



2.º CICLO DE ESTUDO  
HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

# Religião e Identidade judaica no discurso de Netanyahu e Peres

Ana Isabel Silva Almeida

# M

2016



**Ana Isabel Silva Almeida**

Religião e identidade judaica no discurso de Netanyahu e Peres

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e  
Cooperação orientada pelo Professor Doutor Manuel Loff

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2016



# Religião e identidade judaica no discurso de Netanyahu e Peres

Ana Isabel Silva Almeida

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e  
Cooperação orientada pelo Professor Doutor Manuel Loff

## Membros do Júri

Professor Doutor Teresa Maria Resende Cierco Gomes (Presidente)  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff (Vogal)  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Maria Luísa Malato da Rosa Borralho Ferreira da Cunha (Arguente)  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores



## Sumário

Agradecimentos.....	7
Índice de ilustrações.....	10
Índice de tabelas (ou de quadros).....	11
Introdução .....	12
Capítulo 1 - Contextualização teórica e histórica.....	14
1.1. As Elites .....	14
1.2. As Elites Políticas .....	19
1.3. Relação entre Religião e Política .....	21
1.3.1. Religião e Nacionalismo .....	21
1.3.2. Elites religiosas e elites políticas.....	23
1.3.3. Papel e impacto da religião na esfera política .....	24
1.3.4. Uso da religião como fonte de legitimação política.....	26
Capítulo 2. – O caso de Israel .....	27
2.1. Sionismo, Nacionalismo, Identidade judaica e Religião .....	27
2.2. Religião e Política em Israel.....	34
2.3. Poder político e elites políticas em Israel.....	38
Capítulo 3. – Política e Elite Política em Israel.....	40
3.1 Caracterização da população israelita .....	40
3.2. Análise das eleições para o 19.º Parlamento .....	43
3.3. Núcleo da Elite Política Israelita no 33.º Governo.....	47
3.4. Perfis de Netanyahu e Peres .....	53
Capítulo 4 – Referências à Religião e Identidade Judaica nos discursos de Netanyahu e Peres.....	58
4.1 Metodologia .....	58
4.2 Análise dos Dados .....	59
4.2.1 Discursos de Shimon Peres .....	60
4.2.2 Discursos de Benjamim Netanyahu .....	65
4.2.3 Comparação dos discursos dos dois líderes .....	75
Considerações finais.....	80
Referências Bibliográficas .....	82
Anexos.....	94
Anexo 1 .....	94

## Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu supervisor, Prof. Doutor Manuel Loff, pela sua análise rigorosa, pela paciência e apoio, que foram vitais para a conclusão deste objetivo. É de enaltecer a sua dedicação a esta área do saber e aos seus alunos.

Também gostaria de mencionar a Prof.<sup>a</sup> Maria Luísa Malato, o Prof. Luís Grosso, a Prof.<sup>a</sup> Teresa Cierco e a doutoranda Marta Silva, pela forma como lecionaram algumas disciplinas do mestrado e que serviu de motivação para prosseguir com esta tese.

O meu agradecimento sincero aos meus colegas de curso, em especial à Francisca Amorim, pela sua dedicação e disponibilidade em ajudar.

Por último agradeço à Arine, à minha família e aos meus amigos pelo apoio que me deram e a inspiração que me passaram ao longo deste mestrado e mais especialmente, na entrega final da tese.

Sinto que todo o esforço dedicado a fazer esta tese, numa área bastante diferente da minha formação de base e da minha atividade profissional atual, me proporcionou uma enorme aprendizagem, motivando-me ainda mais a querer aprender e envolver nas disciplinas de História e Relações Internacionais.

## **Resumo**

Esta dissertação tem como objetivo comparar o peso da identidade e da religião judaicas no discurso dos dois maiores líderes do Estado de Israel – Shimon Peres e Benjamin Netanyahu no período que corresponde ao 33.º Governo (2013 – 2015).

Para tal foram analisados todos os discursos disponíveis nas páginas oficiais dos respetivos gabinetes (Primeiro-Ministro e Presidente), na busca de referências à religião e identidades judaicas.

Espera-se que no final consigamos perceber o peso destas temáticas – religião e identidade judaica – nos discursos oficiais desses dois líderes, assim como identificar possíveis diferenças e semelhanças.

**Palavras-chave:** Identidade Judaica, Religião, Sionismo, Israel, Retórica



## **Abstract**

This paper aims to compare the weight that the Jewish identity and religion plays in the discourse of the two top leaders of Israel - Shimon Peres and Benjamin Netanyahu - during the period that corresponds to the 33<sup>rd</sup> Government (2013-2015).

To achieve this all the speeches available in the official pages of the respective offices (Prime Minister and President) were analyzed, seeking to identify references to Jewish religion and identity.

The expectation by the end of this work is to understand the weight of these themes – Jewish religion and identity – in the official speeches of these two leaders and identify differences and similarities between them.

**Keywords:** Jewish Identity, Religion, Zionism, Israel, Rhetoric

## Índice de ilustrações

Figura 1 – Tipos de Elite (elaborado pela autora, 2016) .....	18
Figura 2 – Literatura sobre elites e outros conceitos (elaborado pela autora, 2016).....	19
Figura 3 – Auto distribuição da religiosidade e prática religiosa (adaptado do Relatório Gutman, 1999-2009, Nível de religiosidade e prática religiosa entre judeus israelitas) .....	41
Figura 4 – Diversidade religiosa em Israel (dados de 2014/2015, Pew Research Centre, março de 2016) .....	42
Figura 5 – Ideologia política segundo a filiação religiosa (Pew Research Centre, 2016).....	43
Figura 6 - Eleições Legislativas de Israel, 2013.....	46
Figura 7 – Distribuição dos deputados religiosos no 19.º Parlamento (Kenig (2013) .....	47
Figura 8 – Perfil dos Ministros nomeados para o 33.º Governo (baseado em informações oficiais) .....	48

## Índice de tabelas (ou de quadros)

Tabela 1 - Teorias sobre estrutura de poder na sociologia política (adaptado de Vergara, 2013).....	15
Tabela 2 – Teorias sobre as Elites (Korom, 2015) .....	16
Tabela 3 – Teorias da composição das Elites Políticas (Kifordu, 2011).....	16
Tabela 4 – Partidos concorrentes às eleições de 22 janeiro de 2013 (19.º Parlamento).....	44
Tabela 5 – País de Origem dos Ministros por partido .....	50
Tabela 6 – Perfil dos Vice-Ministros nomeados para o 33.º Governo (baseado em informações oficiais).....	52
Tabela 7 – Lista dos discursos de Shimon Peres analisados .....	60
Tabela 8 – Análise de conteúdo dos discursos de Shimon Peres: identidade Judaica e Orgulho Nacional .....	61
Tabela 9 – Análise de conteúdo dos discursos de Shimon Peres: referências religiosas .....	63
Tabela 10 – Análise de conteúdo dos 12 discursos de Shimon Peres: Ameaças ao Estado de Israel	65
Tabela 11 – Análise de conteúdo dos discursos de Netanyahu: identidade Judaica e orgulho nacional .....	66
Tabela 12 - Análise de conteúdo dos discursos de Netanyahu: referências religiosas.....	71
Tabela 13 - Análise de conteúdo dos discursos de Netanyahu: ameaças do Estado de Israel.....	74
Tabela 14 – Frequência das diferentes categorias (percentagem) .....	76

## Introdução

Quando, em 2014, ingressei na Especialização em História, Relações Internacionais e Cooperação tinha como objetivo aprender mais sobre os fenômenos internacionais de natureza política e sociológica e perceber a sua história e interdependências. Achei fascinante o mundo da história e relações internacionais e quando comecei a frequentar a disciplina de Política Contemporânea do Médio Oriente, em 2015, ainda fiquei mais fascinada por estes temas. Já antes, na cadeira de Sistemas Políticos Contemporâneos, tínhamos abordado a questão de Israel, que foi um tema que também sempre me interessou. Talvez porque é um dos mais antigos conflitos da história, que continua sem perspectiva de resolução. Comecei por querer estudar o que outros estudiosos tinham proposto para resolver o conflito e comecei por ler teorias de resolução de conflito e negociação, em especial, o método de negociação de Harvard. Depois comecei a ler artigos sobre assimetrias de poder entre Estados e como isso influencia as relações entre eles.

Finalmente decidi fazer um estudo de caso sobre Israel e após ter lido sobre várias temáticas relacionadas com o conflito, optei pela questão da identidade judaica e religião. Esta é uma questão de fundo que molda toda a questão judaica e que interessa estudar, pois é um dos casos mais paradigmáticos da história. Identidade e religião misturam-se em Israel de forma complexa e interdependente, desde o momento em que o movimento sionista resolveu usar a religião e adaptá-la aos seus objetivos. As duas misturam-se e torna-se difícil dissociá-las. Liebman e Susser (1998) foram dois autores que caracterizaram a população israelita e demonstraram que à parte dos extremos – ultraortodoxos (que têm a religião como baluarte) e a os radicais laicos (que não querem ter nada a ver com a religião), 70% da população é o que eles chamam “tradicional”, representando a tal fusão entre religião e identidade, isto é, mantendo e preservando tradições e rituais associados ao judaísmo. Neste cenário, torna-se relevante perceber como é que a identidade e a religião se relacionam em Israel e como é que a identidade de uma nação se relaciona com a religião em sentido lato.

Depois da decisão sobre o tema, foi necessário perceber quais as fontes bibliográficas ao meu dispor. Os discursos do Primeiro-Ministro estão todos disponíveis nas páginas oficiais do próprio gabinete do Primeiro-Ministro, o que facilitou a pesquisa. Uma vez que são discursos oficiais, são fontes fidedignas. Também os discursos do Presidente Peres estavam disponíveis na página oficial da Presidência da República, embora em número bem

mais reduzido. Não sei se resulta do facto dos discursos do Presidente serem diminutos face ao Primeiro-Ministro, se simplesmente não são todos disponibilizados na página oficial da presidência. Foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, bastante útil para análise de discursos, em que foram elencadas categorias comuns aos dois líderes e depois foram criadas componentes dentro dessas categorias, de acordo com o conteúdo dos seus discursos. Além disso, foi também analisado a frequência do uso dessas componentes nos diferentes discursos e por último foram dados alguns exemplos, em forma de citação.

No plano temporal e como já exposto antes, analisou-se o período de 2013 a 2015, correspondente ao 33.º Governo de Israel.

Decidiu-se caracterizar o 33.º Governo (ministros e vice-ministros) a nível económico-social e depois avançar com a análise dos discursos dos dois líderes, em busca de referências religiosas e ligação à identidade judaica, no período mencionado.

Dividiu-se o trabalho em três partes principais: uma contextualização teórica e histórica, onde são definidos conceitos e relação entre conceitos como os de elite, religião, identidade judaica, sionismo, nacionalismo, recorrendo a autores como Kifordu, Brichs, Vergara, Transfeld, Abulof, Gorski, De Juan, Goldberg, Weinstein, Desch, Norris e Inglehart entre outros; uma aplicação dos conceitos teóricos ao caso de Israel, uma terceira parte que inclui a análise socioeconómico do 33.º Governo (ministros e vice-ministros) e caracterização da elite israelita e por último a análise dos discursos de Netanyahu e Peres procurando referências à Religião e Identidade Judaica nos seus discursos.

## Capítulo 1 - Contextualização teórica e histórica

Neste capítulo procurou-se explicar alguns conceitos importantes, como o de *Elite*, *Elite Política*, *Religião* e as relações entre estes conceitos na literatura existente.

### 1.1. As Elites

Foi com Pareto que o conceito de elite foi inserido nas ciências sociais no final do séc. XIX (Korom, 2015, p. 390). Pareto definiu elite como “a small and selected political group of people with superior personal qualities that governed the mass of society, which was all the rest of individuals who were considered by Pareto as unintelligent, irrational and therefore, poorly organized” (Vergara, 2013, p35). Outro estudioso das elites, Gaetano Mosca, considerava que “the most important criterion of belonging to the elite the ability to govern other people and the superiority of the moral, intellectual and material characters. He always thought of these people to belong to the political class” (Suslov et al, 2015, p. 72). Outros autores mais recentes, definem elites “those in command of the major hierarchies and organizations of modern society,’ who have the power to make decisions of national and international consequence (Mills, 1956, apud Korom, 2015, p. 393), “persons who are able, by virtue of strategic positions in powerful organizations and movements, to affect political outcomes, usually at the level of national states, regularly and substantially” (Higley e Pakulski, 2012, p. 3), “a distinct group within a society which enjoys privileged status and exercises decisive control over the organization of that society” (Robinson, 2010, p. 3), “individuals or groups of individuals who have control over (or access to) material, human or institutional resources which enable them to influence, change or maintain the interests of individuals, social, religious or ethnic groups” (Shafi, 2004, p. 6), “selected and small group of citizens and/or organizations that controls a large amount of power” (Vergara, 2013, p. 32), “individuals with superior hierarchic position within social institutions and whose survival in this position depends on their capacity to compete for power accumulation” and “has the potential to intervene to different extents depending on the power structure of the society they are in” (Brichs e Lampridi-Kemou, 2013, p.11) ou “individuals or representatives of groups with influence on a nation’s tangible and intangible security resources” (Van Veen, 2015, p.10).

Aparentemente o “denominador comum de todas as definições é a ideia de exclusividade” (Gaman-Golutvina, 2011, apud Suslov et al, 2015, p.72). Esta exclusividade pode também ser percebida como diferenciação, uma vez que estes grupos procuram diferentes recursos sociais para definir a sua especificidade (Vergara, 2013, p. 32). Todos eles incluem “critérios de distinção e das fontes de poder das elites” (Korom, 2015, p. 394).

Estas definições conduzem-nos à relação entre elites e poder. Autores como Brichs e Lampridi-Kemou (2013), afirmam que as elites podem ser definidas em termos de poder, uma vez que procuram melhorar a sua posição da hierarquia, competindo contra outras elites pelos recursos (sejam eles políticos, económicos, ideológicos, etc.) e acumulando mais poder do que os seus concorrentes (acumulação diferencial de poder). No que respeita à influência de poder por parte das elites, Mistree (2013) sublinha a diferença entre a Teoria do Poder da Elite (o poder da elite como algo que influencia todas as esferas da sociedade) e a Teoria da Elite Difusa (nenhum grupo sozinho exerce controlo decisivo sobre uma sociedade, existindo vários grupos nesta posição). Certo é que as interpretações de superioridade baseadas no acesso a recursos valiosos podem levar à justificação do domínio e desigualdade social da elite (Kifordu, 2011, p. 20).

Existem quatro teorias explicativas da estrutura de poder na sociologia política (Tabela 1), entre elas a Teoria das Elites.

*Tabela 1 - Teorias sobre estrutura de poder na sociologia política (adaptado de Vergara, 2013)*

<b>Teoria</b>	<b>Base teórica</b>	<b>Perspetiva Teórica</b>
<b>Pluralismo</b>	Teoria Geral da Sociedade	Vários centros de poder
<b>Autonomia do Estado</b>	Teoria do governo enquanto força independente	Governo como centro do poder
<b>Teoria das Elites</b>	Teoria das Organizações	Os líderes de grandes organizações inevitavelmente dominam as sociedades
<b>Dominação de Classes</b>	Teoria da dominação e de redes de poder	A dominação de determinados grupos sobre outros não significa controlo total mas sim a capacidade de impor os termos sobre os quais outros grupos e classes devem atuar.

Segundo Vergara (2013), alguns estudos corroboram a teoria da dominação de classes como é o caso da investigação de Domhoff (que estudou as interações sociais e performance

das elites políticas) e de Scott (ao estudar a elite política chilena afirmou que o poder está estruturado em relações estáveis e permanentes de controlo).

Em modo mais lato, as teorias sobre elites podem, segundo Korom (2015) ser desdobradas em três grandes blocos (Tabela 2).

Tabela 2 – Teorias sobre as Elites (Korom, 2015)

Teorias	Pensadores	Ideias
<b>Teoria Clássica</b>	Mosca, Pareto, Michels	Oposta ao marxismo, defendia que é impossível ter uma sociedade sem classes devido à inevitável dominação da minoria (poder concentrado na mão de alguns).
<b>Teoria Pluralista</b>	Mannheim, Dahrendorf, Dahl, Keller	Elites como tendo poder e recursos à sua disposição, graças a realização profissional. A emergência dessas elites como central para a fundação da democracia; há múltiplas elites nas sociedades industriais, que concorrem entre si e por isso o poder é disperso.
<b>Teoria Crítica</b>	Mills, Bourdieu	Mills: Noção de estrutura de poder em níveis diferentes. Bourdieu: “campo de poder” como o centro da luta entre os agentes que já possuem posições dominantes.

Na sua análise sobre elites políticas, Kifordu (2011) foca-se apenas em duas das perspetivas anteriores – teoria pluralista e teoria crítica, detalhando-as (Tabela 3).

Tabela 3 – Teorias da composição das Elites Políticas (Kifordu, 2011)

Princípios	Teoria Pluralista Liberal	Teoria Crítica da Elite
Foco	Dispersão do poder dentro da elite.	Concentração do poder da elite e coesão
Mudanças	Frequentes, ao longo do tempo.	Resistência à mudança e abertura e inclusão limitadas
Conceitos	O poder está fragmentado e disperso pelos vários grupos/elites dentro da esfera política (Pluralismo).	Membros com <i>background</i> comuns, o que explica a socialização política semelhante e a coesão de interesses
Luta pelo Poder	É uma luta inter-classes entre grupos autónomos, independentes do poder e da intervenção do Estado. Ao nível de poder político, as elites são renovadas.	Considerado um fenómeno circunscrito à intra-elite (em vez de inter-elite). Ao nível do poder político, as elites são substituídas.



Interesses	Os interesses são representados de igual forma na esfera política.	O interesse implica a seleção de valores por um grupo ou parte dele, contra outros, de forma a obter privilégios
Filiação	Valorização da educação como forma de socialização e possibilidade de circulação da elite.	Filiação da elite restrita a um pequeno grupo.

Ambas as teorias são, segundo Kifordu (2011), úteis para identificar que grupos são elites e que grupos não são, assim como para perceber a dificuldade em dar voz aos cidadãos dentro da estrutura de poder, mesmo naqueles países em que os cidadãos ganharam o direito ao voto e têm liberdade de expressão pública. O mesmo autor afirma que a longevidade dos sistemas políticos aumenta quanto mais pessoas de classes mais baixas conseguem ter a oportunidade, não apenas formal, mas substantiva, de igualdade para participar no sistema político e alcançar cargos políticos.

Em termos da forma, Higley et al. (1991, p. 37) caracteriza as elites como círculos operacionais que se formam à volta de instituições e se “baseiam em interações repetidas entre membros da elite com interesses ou problemas em comum”. Estes círculos são as partes densas de redes muito maiores de ligações e normalmente os membros de um círculo apenas conhecem os membros desse círculo com os quais interagem regularmente.

É inegável a influência, poder e controlo das elites sobre a agenda política e governamental, quer na distribuição dos recursos (Kalebe-Nyamongo, 2010, p. 1) quer na contribuição para uma democracia estável, desde de que isso também lhes traga benefício (Higley et al., 1991, p. 36).

Autores como Aaron (1950, apud Wing-Chung et al., 2010, p. 472) afirmam que “uma das características da estrutura de qualquer sociedade é a estrutura da elite, que consiste na relação entre os grupos que exercerem o poder, o nível de unidade ou divisão entre esses grupos, o sistema de recrutamento e a facilidade ou dificuldade de acesso”. A estrutura da elite pode ser afetada por processos de formação, retenção (Khan, 2012), recrutamento (Maman, 1997) e circulação (Robinson, 2010), resultantes de mudanças de poder.

A retenção de elites está associada à capacidade de a elite dominante tirar partido da sua posição privilegiada em termos de capital social e controlo simbólico e material dos recursos (Adams e Tomsic, 2000, p. 144). O recrutamento de elites é tido, atualmente como um processo muito menos conscientemente “elitista”, uma vez que por “questões de inclusão

e representatividade”, não são recrutados apenas os mais cultos e abastados (Higley e Pakulski, 2012, p. 6). O processo de “circulação das elites” foi definido por Pareto (1968 in Nunes, 2015, p. 16) como a passagem de elementos entre dois grupos – a elite e o resto da população. Mais tarde, Brichs e Lampridi-Kemou (2013, p. 8) caracterizam estes dois grupos: os membros da sociedade que governam (elite) e os que são governados (população em geral), afirmando que a população pode agir enquanto ator social (mobilizando-se através de protestos, resistência, oposição, aproveitando a competição entre elites e questionando as elites) ou ser um recurso usado pelas elites (especialmente quando estas não têm consciência dos seus interesses). Segundos os autores, a ideologia pode ter aqui um papel importante e é neste âmbito que podemos assistir a ações de manipulação por parte da elite usando sistemas de crenças religiosas e políticas.

Na literatura existem vários autores que se interessaram por categorizar os diferentes tipos de elites e associar o conceito de elite a outros conceitos. Os seguintes mapas mentais resultam da síntese de alguns desses artigos e respetivos conceitos, feitos pela própria autora (Figura 1 e 2).

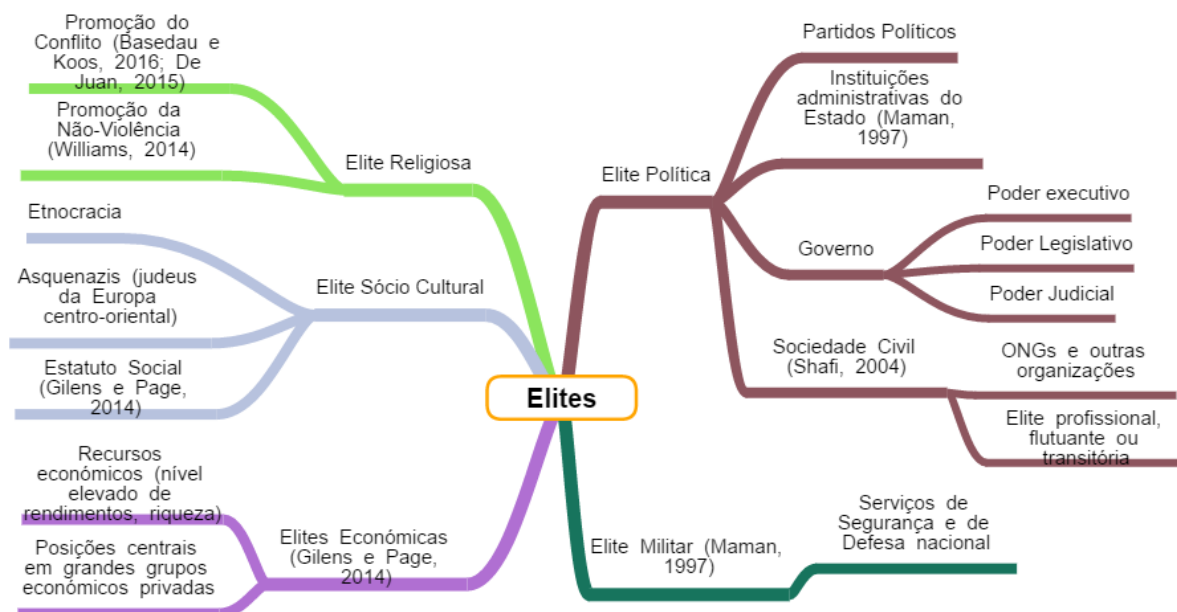


Figura 1 – Tipos de Elite (elaborado pela autora, 2016)

Como podemos ver na imagem anterior, existem vários tipos de elite reconhecidos na literatura – elite religiosa, sociocultural, económica, militar e política – e estas ligam-se a conceitos como “poder”, “posição”, “recursos”.

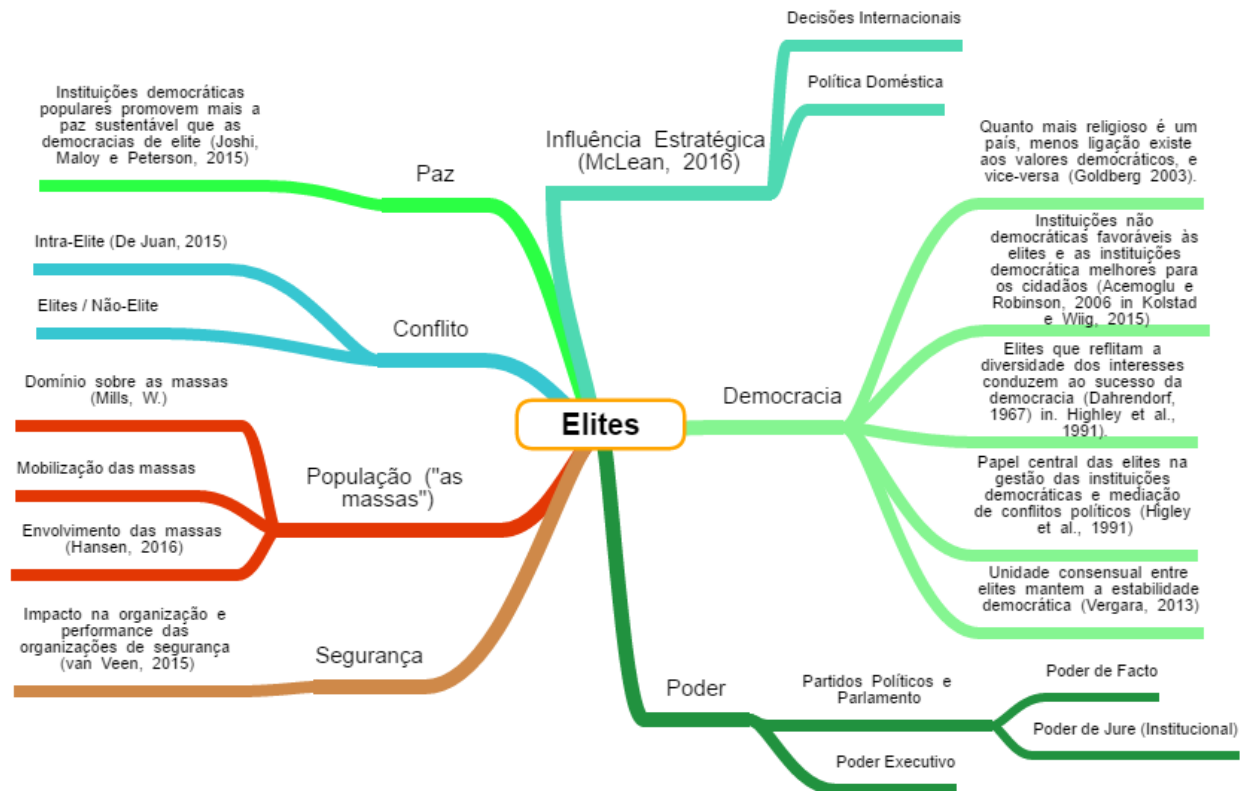


Figura 2 – Literatura sobre elites e outros conceitos (elaborado pela autora, 2016)

Muitos artigos relacionam o conceito de “elite” com outros conceitos, como o de “segurança”, “paz”, “conflito”, “democracia”, “poder”, “influência estratégica”, demonstrando de que forma as elites influenciam ou podem influenciar outros fenómenos complexos e sociais como os indicados anteriormente.

## 1.2. As Elites Políticas

O conceito de elite política pode ser definido como “um grupo de pessoas, associações, partidos políticos e/ou qualquer outro tipo de organização da sociedade civil que gere e organiza o governo e todas as manifestações do poder político” (Vergara, 2013, p. 33). Podemos operacionalizar este conceito, como fez Mondal (s.d), e incluir nesta categoria todos os que são eleitos/nomeados para o Parlamento e Governo, que ocupam posições importantes em partidos políticos e/ou que controlam os que exercem o poder. Higley e Pakulski (2012, p. 2) afirmam que “a maioria dos cientistas sociais entendem as elites políticas como pessoas que são capazes de afetar os resultados políticos de forma regular e substancial, em virtude de posições estratégicas em organizações”.

Dentro das elites políticas, podemos identificar um pequeno núcleo que seria “constituído pelos mais altos quadros do Governo e/ou Junta militar – Primeiro-Ministro, Presidente, Vice-Presidente, Ministros, e outros membros – responsáveis pelas principais decisões políticas” (Kifordu, 2011, p.17). Perthes e seus colegas (Perthes, 2004, apud Asseburg e Wimmen, 2016, p. 6) na análise da mudança das estruturas de poder nos regimes árabes no início do ano 2000, chamam a atenção para o termo **elite politicamente relevante**, que inclui os indivíduos, grupos ou rede, que num determinado país exercem a sua influência política e poder, tomando decisões estratégicas ou participando na tomada de decisão, contribuindo para definir normas e valores políticos e influenciando diretamente o discurso político em questões estratégicas. Transfeld (2016, p. 151) também usa o conceito de PRE (*politically relevant elite*) para caracterizar as redes existentes nos partidos políticos, estruturas militares, tribos e meios de comunicação social com interesses próprios. No seu estudo sobre o Iémen, Transfeld (2016, p. 152) identifica duas famílias detentoras de poder (constituídas por militares de topo) no nível 1 da PRE e os partidos políticos ocupam os níveis 2 e 3 da PRE, onde uma das famílias tinha influencia.

Vergara (2013, p.34) sublinha que as elites políticas exercem poder através do Estado, uma vez que são decisoras nas instituições publicas e operam através de partidos políticos. Ainda segundo o mesmo autor, as elites políticas têm que lidar com instituições de poder e modelar o sistema político, elaborando regras para manter o poder ou competir entre si e/ou com outros cidadãos. Já Weber em 1943 (apud Kifordu, 2011, p. 21) tinha sublinhado que as classes e partidos refletem a distribuição de poder dentro de uma comunidade.

É importante referir que a política de representação também é objeto de estudo quando falamos de elite política. Este conceito refere-se à “competição existente entre indivíduos e agentes institucionais (os que falam no nome da organização ou instituição), ou grupos sobre o significado de eventos, objetos e situações ambíguas no mundo” (Mehan e Chang, 2006, p. 1). Assim, as autoridades políticas eleitas procuram ativamente convencer a população de um determinado significado relacionado com um determinado evento, de forma a alcançar legitimidade e poder, recorrendo a um guião cultural poderoso, facilmente acessível ao publico, internamente coerente e que ressoa com opiniões existentes. Um caso paradigmático, segundo Mehan e Chang (2006, p. 1) é a política de representação dos eventos após o 9 de setembro de 2001, por parte da administração Bush, que através de um guião muito coerente, mobilizou o público americano e legitimou a guerra contra o terrorismo.

### **1.3. Relação entre Religião e Política**

#### **1.3.1. Religião e Nacionalismo**

A religião pode ser definida como “a system of symbols which acts to establish powerful, pervasive, and long-lasting moods and motivations in men by formulating conceptions of a general order of existence and clothing these conceptions with such an aura of factuality that the moods and motivations seem uniquely realistic” (Geertz, 1993, p. 90). O nacionalismo pode ser definido como “the ideology of the modern nation-state or of any movement directed toward the establishment of a new nation-state”, “that provides a justification for the existence or creation of a state defining a particular population, and that prescribes the relationship of the individual to that state”, “and also entitles the nationalism movement to the support of its members in establishing and maintaining the state’s independence, integrity and effective functioning” (Kelman, 1997, p. 166)

Apesar da relação entre religião e nacionalismo já se discutir há muito, os estudos sobre a ação recíproca entre religião e nacionalismo são relativamente recentes (Abulof, 2014, p. 515). As ondas modernas da democratização envolviam a separação do Estado da Religião, contudo, o permanente papel da religião na vida moderna levou os estudiosos a afirmarem que a modernização estava a fortalecer a religião, especialmente no mundo não ocidental. Consequentemente, o nacionalismo é visto como um parceiro valioso da religião a ser alvo de maior investigação (Abulof, 2014, p. 516).

Segundo Verdeja (2013, p. 115), a “nação não é uma mera substituição da religião, mas, por vezes, é instrumental para atingir objetivos religiosos”. Por outro lado, Anderson (1983, apud Verdeja, 2013, p.112) vê o nacionalismo como uma substituição para a religião, oferecendo a promessa da salvação e significado através da consagração da identidade comunitária, conceção muito semelhante ao conceito de religião civil. Este termo foi cunhado por Jean-Jacques Rousseau, denominando-a de cimento social, de carácter sagrado e que suporta a unificação do Estado. Gorski (2010, p. 2) explica que o termo veio do tempo dos romanos, que gozavam de um grau elevado de liberdade religiosa e que apesar de terem que fazer parte dos rituais cívicos do Império, estes que não envolviam nenhuma devoção ou credo. A religião civil pode ser definida como uma religião popular de uma nação ou cultura política, praticada por líderes dentro dessa sociedade e que se manifesta “através de mitos, devoções civis e exorcismos públicos” que suportam e são suportadas por políticos e políticas

(Xifra, 2008, p. 193).

No contexto da sociedade americana, a religião civil é definida como uma “serie de crenças, símbolos e rituais” que “existem paralelamente e de forma diferenciada das igrejas (Bellah, 2005, apud Gorski, 2010, p. 1). A religião civil serviu e ainda serve como “veículo genuíno de auto compreensão religiosa nacional”, dando um “objetivo transcendente ao processo político” e contribuindo para a unidade e identidade coletiva dos americanos enquanto comunidade nacional (Bellah apud Cristi, 2001, p.2).

Xifra (2008, p. 194) reforça que a religião civil é nacional ou nacionalista, uma vez que a religião civil está enraizada geralmente numa comunidade nacional, embora “o fenómeno não se limite a nações”. Flere e Lavrič (2009, p. 161), relacionam a religião civil com a “integração social da nação, estado, grupo étnico e autoridade da soberania”. Segundo Cristi (2001, p. 3), a religião civil pode ser considerada um “sistema de crenças ou uma religião substituta”, que pode forçar a identidade de grupo e legitimar a ordem política existente, trazendo uma dimensão transcendente, uma vez que tende a sacralizar certos aspetos da vida cívica através de rituais públicos e cerimónias coletivas.

Autores como Rosseau e Durkheim divergiram na forma como viram a religião civil: enquanto Rousseau a via como um instrumento político coercivo (facto ignorado por muitos sociólogos), Durkheim via-a como um fenómeno essencialmente espontâneo, cuja função natural é dar às pessoas uma moralidade comum e uma lealdade ao grupo (Cristi, 2001). Segundo Cristi (2001, p. 7), para Durkheim, “qualquer sociedade relativamente saudável se baseia numa série de crenças, rituais e símbolos” que expressa valores com um significado transcendental, considerados sagrados pelos membros do grupo e que unem a comunidade.

Gorski (2010, p. 7) acrescenta que, “historicamente, a religião civil tem dois adversários”: o nacionalismo religioso (total fusão entre as comunidades religiosas e políticas) e o secularismo liberal (total separação entre as duas comunidades). Os religiosos civis por seu lado, imaginam as duas comunidades sobrepostas, isto é, independentes, mas interconectadas. Hasler (2013, p. 139) acrescenta que Israel é um caso de nacionalismo que assenta num conteúdo religioso, distinguindo-o de outros nacionalismos de conteúdo laico, como é o caso de França.

Gorski e Turknen-Dervisoglu (2013, p. 203) concluem que os estudiosos estão de acordo com as seguintes afirmações: o nacionalismo moderno tem uma ligação religiosa; as identidades nacionais formaram-se frequentemente em paralelo com clivagens religiosas; a

retórica e rituais nacionalistas são frequentemente trazidos da religião; o nacionalismo religioso pode ser um tipo distinto e moderno de nacionalismo.

### **1.3.2. Elites religiosas e elites políticas**

Existem alguns estudos sobre as alianças criadas entre elites políticas e religiosas. Por exemplo, De Juan (2008) explica-nos que as elites políticas cooperam com líderes religiosos influentes e reconhecidos de forma a atingir os seus objetivos políticos e persuadir os crentes das suas ideias através da autoridade religiosa, e por outro lado, as elites religiosas cooperam com atores políticos para terem acesso a recursos (materiais e não só), para proteger as suas comunidades, estender a sua influência religiosa e cumprir as suas agendas pessoais. Ainda segundo De Juan (2008, p. 1130), apenas a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado podem prevenir este tipo de aliança.

Enquanto uns dizem que a religião (e conseqüentemente, suas elites) pode desempenhar um papel mobilizador nos conflitos violentos (Basedau e Koos, 2015, p. 760), especialmente se fizeram parte da interpretação do conflito (De Juan, 2015, p. 763), outros afirmam que ela pode também contribuir para a oposição não-violenta (Williams, 2014, p. 108) ou para a “promoção da paz através do questionamento da mobilização religiosa radical”, condenando a violência (De Juan, 2015, p. 764). De Juan (2015, p. 766) sublinha que em sociedades com diversidade religiosa, as elites políticas tenderão a apresentar-se como defensores das suas respetivas comunidades religiosas e étnicas para legitimar a sua reivindicação de liderança e para mobilizar apoio, sendo as suas hipóteses de sucesso maiores se as elites religiosas influentes que lhes prestam apoio confirmem a sua retórica religiosa. Segundo o autor podemos definir elite religiosa como as pessoas que dentro de uma comunidade, são aceites pelos fiéis como legítimos interpretadores dos dogmas religiosos, criando linhas e normas religiosas concretas. Alternativamente, Basedau e Koos (2015, p. 760), fala no conceito de “líderes religiosos” como tendo um papel preponderante na mobilização dos grupos religiosos, atendendo à sua legitimação, credibilidade e influencia nos fiéis, conseguindo assim uma grande mobilização de recursos. Goldberg (2003, p.2) acrescenta que no momento em que um grupo religioso começa a participar na política, torna-se uma elite religiosa, com o intuito de “tornar esses líderes políticos desses grupos religiosos mais poderosos”.

### **1.3.3. Papel e impacto da religião na esfera política**

A religião tem um papel que pode ser negativo ou positivo, na estabilidade de um Estado (Weinstein, 2012, p. 233). De Juan (2015, p. 775) acrescenta que as religiões e as suas instituições, elites e ideias estão profundamente “ligadas a organizações, atores e ideologias sociais e políticas”, sendo importante perceber como é que a religião interage com as esferas política e social. A esse propósito, Goldberg (2003, p. 2) sugere que a religião influencia a política ao “projetar imagens e concepções acerca da natureza do mundo”, do que é certo e errado, embora a política também possa influenciar a religião. Ivanescu (2010), p. 309) afirma que “a linha que separa religião e política é muito ténue”, e que a religião se combina com a cultura e a etnicidade e os argumentos religiosos entram em discussões que não são necessariamente do domínio da religião. Se por um lado, os argumentos e ideias religiosas são apresentadas na esfera política e têm a oportunidade de causar impacto nas decisões que são de natureza política, por outro lado, a política também interfere na esfera privada (família, educação, crenças) turvando a diferença entre privado e o público e entre a política e a religião (Ivanescu, 2010). Esta ideia é reforçada por Desch (2013, p. 17), que defende que a privatização da religião (religião na esfera privada) é a condição necessária para a democracia liberal, e por Liebman (1997, apud Goldberg, 2003, p. 6), que afirma que a religião não promove valores que conduzam a uma sociedade democrática, uma vez que a democracia pressupõe uma grande tolerância pela opinião dos outros e a religião produz uma sociedade “polarizada e dicotómica”. Em alternativa, Sheedy (2009, p. 4), coloca em revelo a visão de Habermas, que defende que a religião possa “contribuir para o processo de decisão política sem se tornar demasiado politizado no processo, admitindo a inclusão da religião na esfera pública”.

Apesar dos estudos citados anteriormente, a literatura sobre religião e política é ainda muito “marginal dentro de disciplinas como as relações internacionais” (Desch, 2013, p. 7), e a importância da religião no mundo da política, particularmente fora da Europa, continua a ser descurado pelos investigadores. Hassner (2013, p. 72) reforça que a religião enquanto sistema vivo de símbolos e práticas, pode explicar crenças formais e informais, ideias religiosas, rituais, estruturas sociais. Desch (2013, p. 20) acrescenta que existe uma “tensão entre a visão da religião enquanto artefacto irrelevante do passado, e por outro lado, a sua continuidade enquanto fonte poderosa de conflito internacional”. Esta dicotomia leva alguns investigadores a considerarem incompatíveis a fé pública e a democracia e outros a verem-nas



como reforço mútuo (Desch, 2013, p. 21). Autores como Rawls e Habermas afirmam que “a teologia não pode colonizar o domínio laico da política”, pois isso iria rapidamente destruir os alicerces da tolerância e dos direitos que formam o centro das sociedades democráticas modernas liberais (Verdeja, 2013, p. 106). Mais recentemente, Habermas admite que “as tradições religiosas podem fornecer uma espécie de socialização de virtudes políticas desejáveis necessárias para sustentar as sociedades democráticas liberais” (Verdeja, 2013, p. 106).

Importa também perceber o conceito de laicização, que pode ser definido como a “erosão sistemática das práticas, valores e crenças religiosas” (Norris e Inglehart, 2004, p. 2). A laicização relaciona-se com a modernidade, pois pode ser vista como uma marca da modernidade que significa que “a religião está a tornar-se menos importante no mundo” (Desch, 2013, p. 17). De forma complementar, Norris e Inglehart (2004, p. 2) afirmam que a laicização ocorreu mais em sociedades prósperas, pós-industriais, por oposição às sociedades mais vulneráveis e pobres, onde a importância da religiosidade permanece. Contudo, “a atração por mitos e símbolos continua a acontecer apesar da laicização” (Paraschivescu, 2012, p. 23). Efetivamente, algumas correntes no campo das Relações Internacionais são consideradas laicas, uma vez que os seus fundadores introduziram a laicização nos eventos religiosos: transferência de autoridade e poder dos atores religiosos para as mãos do Estado soberano, a subordinação dos atores religiosos à soberania do Estado dentro do seu território, tendo sido estas ideias apoiadas por intelectuais como Kant e Rousseau, que além de descreverem um mundo onde os atores religiosos perderam a sua autoridade recomendavam que a política continuasse sem eles (Philpott, 2013, p. 76). Esta ideia é corroborada por Norris e Inglehart (2004, p. 1), que afirmam que os pensadores sociais do séc. XIX – Comte, Spencer, Durkheim, Weber, Marx, Freud – acreditavam que a religião iria diminuir gradualmente de importância com o advento da sociedade industrial.

Contrariamente ao que é dito no parágrafo anterior, o mundo não se está a tornar menos religioso e a religião continua a “modelar as políticas laicas modernas, apesar de menos pessoas acreditarem na religião dos velhos tempos” (Desch, 2013, p. 25). São vários os autores que defendem que nos últimos 40 anos ocorreu “um aumento dramático e global da influência religiosa na política” (Inboden, 2013, p. 163). Nesta sequência, Habermas (apud Sheedy, 2009, p. 6) reconhece um “revivalismo das religiões autoritárias no Mundo Islâmico e Estados Unidos”, defendendo que os indivíduos laicos precisam de desenvolver o que ele

chama “transcendência autorreflexiva de auto-compreensão laica da modernidade” e um reconhecimento de que vivem numa sociedade pós-laica que precisa de se tornar “epistemologicamente ajustada” à existência de comunidades religiosas (Habermas apud Sheedy, 2009, p. 7). Segundo Desch (2013, p. 163) apesar da importância da religião na esfera política, esta continua a ser estranha para muitos decisores políticos, que têm “dificuldades em compreender a religião e ainda mais integrá-la e operacionalizá-la como uma categoria política”.

#### **1.3.4. Uso da religião como fonte de legitimação política**

Autores como Paraschivescu (2012, p. 26) estudaram as referências religiosas nos discursos políticos e nas Constituições nacionais, defendendo a “teoria do discurso político que advoga que a escolha de ideias e de palavras não é acidental no discurso político”.

Por seu lado, Abulof (2014, p. 516) procurou compreender a ação recíproca entre religião e política, através da análise do papel da religião na legitimação de um Estado-Nação. Ele identificou quatro tipos de legitimação:

a) Nacionalismo no lugar da religião (“nacionalismo laico”): a diminuição do papel da religião nas esferas pública e privada proporcionou a ascensão do nacionalismo laico como nova forma de lealdade e significado e a nação passa a ser vista como um grupo sócio histórico capaz de determinar sua política, não descartando convicções religiosas pessoais.

b) Nacionalismo como religião (“religião civil”): envolve uma santificação precoce e institucional do estado-nação. O estado tem um caráter sagrado.

c) Religião como recurso para o Nacionalismo (“religião auxiliar”): A religião tradicional torna-se um ativo de e para o nacionalismo. Os símbolos, ideias, princípios, costumes e imagens religiosos são trazidos do passado para justificar e mobilizar a nação.

d) Religião como fonte de nacionalismo (“Pessoas Escolhidas”): O Estado é entendido como manifestação da vontade de Deus. Este modelo encontra-se entre o nacionalismo moderno e a religião politizada. As nações, tal como as religiões, oferecem imortalidade simbólica através da moralidade. Os dois entrelaçam-se: quanto mais a nação percebe a sua existência em perigo, mais precisa da religião para se legitimar.

Estes quatro modelos serão vistos à luz do caso de Israel no capítulo seguinte.

## Capítulo 2. – O caso de Israel

Neste capítulo iremos aplicar os conceitos anteriores (elites, nacionalismo, religião, etc.) ao caso prático de Israel.

### 2.1. Sionismo, Nacionalismo, Identidade judaica e Religião

Entende-se por *sionismo* o apelo etnonacional para fundar um Estado judaico da Palestina, movimento minoritário no mundo judaico até ao Holocausto (Abulof, 2014, p. 522), que está irrevogavelmente ligado à colonização da Palestina – Sião (Pappe, 2007). Segundo Verdeja (2013, p. 123), o sionismo é um dos muitos movimentos nacionalistas europeus que irromperam no séc. XIX, e que dentro do contexto europeu, podemos analisar o seu discurso antissemita (sionismo enquanto solução para o “problema judeu”), colonialista (o lobby feito para a distribuição de terras por administradores coloniais não parecia estranho ou antiético a Herzl e subsequente aos líderes sionistas,) e orientalista (sionismo como movimento político e depois incluído nas práticas culturais, políticas e socioeconómicas do Estado de Israel). Pappe (2007) acrescenta que “nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, o sionismo era ainda um projeto colonialista motivado por emoções nacionais” (p. 83), que, entretanto, se assumiu como uma solução credível para o problema judeu: a imigração destes para Israel.

Conforti (2010, p. 216) também entende o sionismo como um “movimento nacionalista que representa as várias experiências e posturas judaicas polarizadas relativamente ao caráter da existência judaica na idade moderna” e que tem características únicas que derivam da sua consciência étnica e não tanto do seu território. Efetivamente, pairou sobre o sionismo (movimento nacional judaico) uma pesada ligação entre religião e nacionalismo, uma tensão que passou para a cultura política do Estado de Israel.

O sionismo é um caso paradigmático para estudar o papel da religião na legitimação do Estado-Nação, se tivermos em conta a mescla entre religião e etnicidade ou a imersão sionista na legitimação do seu projeto de construção de um Estado (Abulof, 2014, p. 522). No sionismo clássico, ambos os elementos – étnicos e cívicos – operavam em paralelo para o cumprimento do projeto sionista, contudo nunca existiu um consenso dentro do movimento sionista sobre o “caráter desejado para a democracia israelita – étnica ou civil” (Conforti, 2010, 2016). Conforti (2010, p. 216) acrescenta que sempre existiu uma tensão no

pensamento sionista entre aspetos nacionalistas e aspetos universalistas, presentes na visão de dois dos mais importantes pensadores sionistas – Theodor Herzl e Ahad Ha'am.

As identidades nacionais de Israel e Palestina, entre outros, estão “impregnadas com narrativa religiosa e mito, simbolismo e ritual” (Friedland 2010, apud Gorski e Turknen-Dervisoglu, 2013, p. 195). Segundo Fisher (2013, p. 219), desde os primórdios da história judaica, existiu uma “ligação forte entre religião e identidade etno-social”, ligação esta que enfraqueceu nos séculos XVIII e XIX, devido aos processos de secularização que ocorreram em toda a parte e às ideias trazidas pelo Iluminismo, levando a um “enfraquecimento significativo da religião enquanto foco central da identidade da comunidade étnica judaica”.

Segundo Don-Yehiya e Liebman (1981, p. 121), o “socialismo-sionista foi um substituto religioso com sistema de símbolos e valores próprio, dando um significado e um propósito à existência humana através da mobilização do indivíduo no esforço coletivo, de estabelecer, na terra de Israel, uma sociedade baseada na igualdade social, justiça social e trabalho produtivo”. Don-Yehiya e Liebman (1981) acrescentam que o socialismo sionista pode ser considerado religião civil, apoiando-se em valores e símbolos vindos do Judaísmo e da tradição judaica e também no movimento socialista internacional (reforço dos valores de consciência de classe), de forma seletiva e criando novas interpretações. Ainda segundo Don-Yehiya e Liebman (1981), os símbolos tradicionais judaicos foram transformados e exagerados para irem ao encontro dos valores do socialismo sionista, como por exemplo a seleção dos feriados (alguns foram ignorados, outros exagerados), a transformação e exagero de alguns mitos religiosos (êxodo/Macabeus), a recriação das cerimónias (transferidas para um espaço público, onde os líderes políticos aproveitavam para anunciar posições políticas e a comunidade se reunia em torno de objetivos e valores comuns), o uso de alguns símbolos (a bandeira, os uniformes, representam uma ideia, uma emoção) e a seleção de festivais e rituais. Todas estas transformações e adaptações, acentuam ainda mais a mescla entre identidade e religião judaicas.

Autores como Liebman e Susser (1998, p. 16) sublinham a distinção existente no inglês entre judaísmo (referente à religião judaica) e *schijewishness* (cultura, etnicidade e sentimento histórico de pertença ao povo judeu), que em hebraico não existe. Segundo os autores, esta palavra implica uma identidade laica, com origens e práticas que se possam sobrepor àquelas do judaísmo.

Como já foi referido, o sionismo não foi bem aceite até aos anos 40 (Abulof, 2014, p. 522), sofrendo a resistência por parte do sector ultraortodoxo, assim como dos judeus não-praticantes. Os judeus ortodoxos acreditavam que “o regresso de povo judeu à terra de Israel apenas ocorreria com a chegada do Messias” (Goldberg, 2003, p. 9), considerando a formação de um reino judaico através da ação humana uma profanação (Weinblum, 2014, p. 285), uma interferência na vontade de Deus (Pappe, 2007). Contudo, e para um maior desespero dos judeus ortodoxos, muitos judeus europeus adotaram uma nova definição de judaísmo, assente num “conceito moderno de cidadania”, onde a religião era encarada como um assunto privado e não público e onde a diferença entre judeus e não-judeus não era considerada importante (Goldberg, 2003, p. 10).

Os fundadores do Estado de Israel foram sobretudo social democratas laicos que lutaram por um Estado judaico “no qual houvesse liberdade religiosa e as instituições do governo e a lei pudessem ser independentes da religião” (Lehmann, 2012, p. 1029). Assim, o movimento nacionalista judaico (o sionismo) apresentou-se como uma alternativa sólida à religião e empenhou-se em “definir o coletivo judeu em termos nacionalistas não sujeitos à tradição religiosa e, de certa forma, até em oposição à religião” (Fisher, 2013, p. 219). Contudo, e apesar de os ortodoxos o continuarem a considerar uma heresia, muitos judeus religiosos juntaram-se ao sionismo e ajudaram a criar uma narrativa que conciliava as crenças judaicas sobre a vinda do Messias com a fundação de um movimento político moderno dedicado à reconstrução de uma casa para o povo judeu (Goldberg, 2003, p.11), uma vez que viam as suas crenças religiosas como parte da ideia nacionalista (Fisher, 2013, p.220) e acreditavam que o sionismo poderia ser uma ferramenta para atingir a redenção messiânica (Weinblum, 2014, p. 285). Assim, a religião foi introduzida no movimento sionista antes da criação do Estado de Israel, o que levou a liderança sionista, de maioria laica, a responder a algumas exigências religiosas, pelo menos de forma a manter o sionismo religioso contra as forças ultraortodoxas que eram contra o sionismo e continuavam a vê-lo como um elemento de “ameaça à identidade religiosa judaica” (Fisher, 2013, p. 220). O sionismo, enquanto nacionalismo moderno, envolveu a “homogeneização cultural”, uma “identidade judaica laicizada e etnicizada dependendo muito da imaginação teológica e da tradição judaica” que ansiava voltar àquela terra (Verdeja, 2013, p. 123).

Apesar dos sentimentos ateístas dos primeiros Euro-Sionistas, estes invocaram motivos religiosos e o renascimento do hebraico para fabricar o nacionalismo, atestando a

visão de Weber sobre as “afinidades eletivas” (Omer, 2013, p. 117) entre religião, etnicidade, cultura e nacionalidade. A simbiose foi codificada no chamado acordo de *status-quo* (Verdeja, 2013, p. 124), que irá ser detalhado em maior detalhe no capítulo 2.2.

Ainda assim, dentro da Organização sionista, os religiosos lutavam por um Estado unicamente judeu e identificável como tal, e os não religiosos defendiam que o Estado devia ser uma comunidade política como tantas outras (Goldberg, 2003, p. 21). Embora tenham decidido que o Estado em construção deveria ter uma identidade judaica significativa, continuaram em desacordo sobre as implicações práticas deste consenso, com os sionistas religiosos a defenderem um Estado de Direito de acordo com a lei judaica, opondo-se à lei laica, defendida pelos não-religiosos (Goldberg, 2003, p. 12). Segundo Fisher (2013, p. 220), “a interação entre religião e nacionalismo tornou-se ainda mais complicada após o nascimento do Estado de Israel”, em 1948. Tal como aconteceu na Índia e no Paquistão, o Estado de Israel teve que “criar um regime para a gestão da religião” (Lehmann, 2012, p. 1030). Neste sentido, foram dados passos para a institucionalização da autoridade religiosa, através da criação do Ministério dos Assuntos Religiosos e do Rabinato oficial (Lehmann, 2012), instrumentos estabelecidos pelo Estado para “levar a cabo as funções da vida religiosa a um nível governamental” (Goldberg, 2003, p. 18), com o objetivo da subordinação da religião ao Estado, o que acabou por gerar uma cooperação do Estado com a religião (Verdeja, 2013, p. 125). Estas instituições tinham o poder sobre o setor religioso, jurisdição dos tribunais religiosos e o registo de casamentos e divórcios (Goldberg, 2003, p. 17).

O Estado de Israel foi criado por e para o povo judeu, em 1948, e o “caráter etno-cultural do estado” seria concretizado através do “uso da língua, distribuição da terra ou uso de símbolos judaicos na esfera pública, como o hino nacional, a bandeira e os feriados públicos baseados no calendário judaico” (Weinblum, 2014, p. 285).

Segundo Desch (2003, p. 16), o estabelecimento da independência de Israel teve origem religiosa, tal como a Guerra dos Seis Dias, em 1967 e isso implicou o ressurgimento global da religião, acordando a consciência religiosa entre os judeus israelitas e mutilando o prestígio do nacionalismo laico entre os árabes muçulmanos. “A ocupação israelita da Cisjordânia e da faixa de Gaza permitiram uma mudança histórica no sionismo, da sua origem socialista laica para maior predominância da ortodoxia nacional religiosa, com implicações na política local e na política externa” (Desch, 2013, p. 27).

Uma das questões mais complexas e não consensuais é a questão da conversão ao Judaísmo, uma vez que interfere com a definição do que é ser judeu. Os judeus laicos baseiam o seu conceito de *Judeu* na definição sociológica: se te consideras um judeu, então és um judeu (Edelman, 2000 apud Goldberg, 2003, p. 23). Segundo Fisher (2013, p. 219), “o envolvimento do Estado de Israel na questão da conversão é um fenómeno sem paralelo em qualquer outro estado democrático”. A lei do retorno aprovada em 1950 (nos primórdios do Estado de Israel) ia ao encontro da nova identidade nacional judaica, desenvolvida pelos fundadores do sionismo, apoiada no ideal sionista e por uma “afiliação étnica com a nação judaica, mas não necessariamente com a religião judaica” (Fisher, 2013, p. 220). Nas primeiras duas décadas de existência do Estado de Israel predominou a posição nacionalista-laica de Ben-Gurion que representava o ponto de vista dos fundadores do Estado, isto é, mesmo que o Estado conservasse uma ligação cultural à tradição judaica, a religião deveria ter um papel menor na vida política e, portanto, não deve ser envolvida em questões relacionadas com a conversão dos cidadãos (Fisher, 2013, p. 226). Em contraste, sionistas religiosos como Rabino Goren, tentaram colocar a religião como parte integrante do Estado, e por outro lado, os ultraortodoxos defendiam o uso do poder do Estado para preservar a religião. A visão laica não prevaleceu, e em 1970, a política de conversão em Israel foi alterada, estabelecendo que um não-judeu podia alterar o seu estatuto para judeu apenas depois da conversão ao Judaísmo. Segundo Pappe (2007), desde então, a questão do que é ser judeu em Israel tem sido determinada pela correlação de forças políticas no governo e na coligação no parlamento.

Segundo Goldberg (2003, p. 4), a “declaração da independência de Israel caracteriza o Estado como judaico e garante igualdade a todos os israelitas, independentemente da sua etnicidade, religião ou género”. Contudo, embora o Estado respeite a liberdade religiosa e tenha criado leis nesse sentido, na prática o Estado continua a dar privilégios ao sector ultraortodoxo (Lehmann, 2012, p. 1041). Neste sentido, Israel ilustra bem a interação entre laicização e cidadania, existindo uma ligação indissociável entre religião e etnicidade (Lehmann, 2012, p. 1040).

Ao fim de 60 anos da existência do Estado de Israel questões como a conversão ao Judaísmo continua a ser controversa, indicando que apesar da necessidade de reconhecer Israel como um estado judaico, “a própria sociedade judaica de Israel não chegou a um consenso” sobre o que isto significa exatamente (Fisher, 2013, p. 238). Efetivamente, a

política israelita está muito relacionada com a religião e segundo Goldberg (2003 p. 17), esta inter-relação reside no facto de existirem muitas características similares: “ambas têm uma base de lealdade ampla, ambas são organizadas, ambas usam doutrinas para atrair pessoas e distinguir-se de outros grupos”; “ambas lidam quer com problemas comuns quer com assuntos nobres”; “ambos têm a afiliação passada através da família”; e um pode ser substituído pelo outro de forma relativamente credível.

Verdeja (2013, p. 138) realça que sem reconhecer a “heterogeneidade das concepções judaicas da identidade, a análise da religião continuará reduzida e delimitada ao discurso nacionalista, mesmo que este elucida claramente as flutuações elásticas entre interpretações mais ou menos liberais da religião e da nacionalidade”.

O que permanece óbvio é que o Estado deveria garantir dos direitos civis básicos, entre os quais a liberdade religiosa, mas em vez disso concede isenções e privilégios a uma elite, enfraquecendo as proteções dadas às minorias e contribuindo para “a pobreza e exclusão étnica” dos judeus de outros setores e dos árabes (Lehmann, 2012, p. 1042). Enquanto isso, a cultura ultraortodoxa (*haredi*) continua a extrapolar o seu espaço e influenciar os nacionalistas religiosos, como é o caso do aumento de deputados do *Shas* a partir dos anos 80, um partido ultraortodoxo sefardita, considerado um novo ator na política nacional e ultraortodoxa, exigindo um sistema de educação próprio para a população sefardita, semelhante ao que existia para os Asquenazes do partido *Agudat Yisrael* (Lehmann, 2012, p. 1034).

No que respeita à categorização religiosa dos judeus, Liebman e Susser (1998) propõem três categorias distintas:

- a) religiosos praticantes (ortodoxos e ultraortodoxos): constituem cerca de 20% e subdividem-se nas comunidades Asquenazes e Sefarditas. Acreditam que a lei judaica (*halakha*) é divina e eterna e que deve estar presente em todos os aspetos da vida – público ou privado – vendo os rabinos como árbitros;
- b) religiosos não praticantes também designados de *laicos radicais*, *pós-sionistas*, *pós-modernos*: constituem cerca de 10% da população e defendem a separação entre o Estado e a Religião e a não judaização do Estado;
- c) *tradicionais*, também designados como praticantes dos costumes religiosos: constituem cerca de 70% da população e são a favor do sionismo (de um Estado judaico), que não são nem religiosos de forma rigorosa, nem radicais laicos no



sentido de dissociarem Israel da sua tradição judaica. A sua identidade e prática judaica vai ao encontro dos conceitos de religião civil e religião popular.

Liebman e Susser (1998, p. 17) afirmam que, enquanto os pós-modernos (b) e os religiosos (a) têm perspectivas inconciliáveis, os tradicionalistas (c) representam a forma dominante de *Jewishness* que interessa estudar. Segundo os mesmos autores, apesar de procurarem comunicar e consolidar a sua identidade cultural, os tradicionalistas geralmente não são representados por intelectuais ou partidos políticos nem têm o desejo de criar uma nova forma de Judaísmo, o que faz com que não percecionem o seu potencial de ação na vida pública israelita e correndo o risco de se desmantelarem e passarem a ser pós-modernos ou religiosos praticantes. Nas eleições de 1996, Netanyahu apelou a esta maioria tradicional, afirmando ser o guardião dos valores judaicos, obtendo assim 55% dos votos dos judeus (Liebman e Susser, 1998, p. 17).

Os quatro modelos de legitimação de Abulof (2014) explicados anteriormente, podem ser aplicados, segundo o autor, ao caso de Israel, da seguinte forma:

- 1) Sionismo laico como movimento contra a tradição em geral e a ortodoxia em particular, apesar de não excluir a religiosidade individual: exaltou o direito dos povos à autodeterminação como princípio universal que se aplicava ao povo judeu, levando a dois outros argumentos: o direito a identificar-se enquanto povo e o direito a procurar um estado independente.
- 2) Judaísmo como recurso para legitimar o sionismo através do uso de símbolos religiosos. O sionismo religioso começou por ser instrumental, voltando-se para o Judaísmo de forma a estimular a solidariedade nacional. Este modelo acabou por não vingar, em parte devido à guerra de 1967 que levou a que os judeus laicos não quisessem evocar símbolos religiosos para justificar o sionismo e porque o ocidente via o sionismo como excessivamente religioso;
- 3) Sionismo como religião civil invocou o sofrimento da diáspora para justificar o Estado judaico (muito antes do Holocausto) e a necessidade de sobrevivência judaica (após o Holocausto). Este modelo foi visto frequentemente como uma desculpa ilegítima dos judeus para tirar a terra aos palestinianos inocentes, passando, de vítimas a agressores;
- 4) Judaísmo como fonte do sionismo tem falhado em trazer a legitimação necessária: apesar do sionismo ter usado a narrativa bíblica do “povo escolhido” e da “terra

prometida” alavancando o Judaísmo, este foi sendo ofuscado pela construção paralela de uma religião civil sionista.

A religião e o nacionalismo são duas forças que modelam as sociedades contemporâneas e “the modern era may precipitate, but does not prescribe, secular nationalism as the sole legitimating model of politics. Its subscription to “the people” as the legitimator of both polity (via self-determination) and authority (via popular sovereignty) is predicated on the nations’ ability to forge and sustain their politics accordingly (Abulof, 2014, p.529). Weinblum (2014, p. 294) afirma que apesar da diminuição das práticas religiosas, a religião permanece como uma dimensão das sociedades modernas.

## **2.2. Religião e Política em Israel**

Autores como Goldberg (2003, p. 4) estudaram o papel do Judaísmo na política israelita, afirmando que o “Judaísmo combina a etnicidade com a doutrina religiosa” de uma forma que torna difícil a sua descrição.

O estabelecimento do *status quo*, acordado entre Ben-Gurion e os representantes do sector ultraortodoxo (*haredi*), resultou de uma “atitude pragmática” dos ultraortodoxos face ao movimento sionista (Weinblum, 2014, p. 285), negociando um acordo que garantia a preservação dos acordos anteriores realizados entre este grupo e as autoridades britânicas e otomanas (Lehmann, 2012, p. 1030) e que influencia de forma profunda a relação entre religião e política em Israel. Este acordo consiste numa série de benefícios dados aos judeus ultraortodoxos, entre os quais ter o seu próprio sistema legal e manter a jurisdição exclusiva sobre Direito de Família (casamento, enterros, divórcios, heranças); preservar a autonomia dos seus dois sistemas escolares religiosos (ortodoxo e ultraortodoxo); isentar os estudantes religiosos do serviço militar; alocar fundos públicos a escolas religiosas e alunos (dando-lhes um rendimento para estudarem a religião até aos 40 anos de idade); garantir o dia de descanso (*Shabbat*); “garantir que o *Kashrut* seria respeitado nas cozinhas das instituições públicas” (Weinblum, 2014, p. 285). O judeu ultraortodoxo é entendido como pertencendo a uma “identidade coletiva” que se expressa numa forma de vestir uniforme, concentra-se em bairros homogêneos, “rejeita uma educação laica, pratica a endogamia e vive em famílias numerosas” (Lehmann, 2012, p. 1032).

Apesar deste acordo ter, como objetivo reduzir o conflito entre laicos e religiosos, tornou-se óbvio que os grupos religiosos têm uma influência desproporcionada no

Parlamento relativamente ao seu “estatuto de minoria” (Goldberg, 2003, p. 7). Segundo Weinblum (2014, p. 285), a “implementação do *status quo* e o monopólio dos (ultra)ortodoxos na interpretação da religião tornou Israel num Estado muito mais religioso que os sionistas laicos teriam imaginado” e querido. Inclusive “o Parlamento israelita, assim como o Estado de Israel, está marcado pela vida judaica e símbolos judaicos” (Weinblum, 2014, p. 286).

Os partidos religiosos têm um impacto enorme na vida política israelita, ganhando relevo através da participação em governos de coligação, o que lhes tem dado certos privilégios (Goldberg, 2003, p. 30). Não deixa de ser impressionante como é que estes partidos que “têm apenas o apoio de 15% do eleitorado, conseguem impor a lei religiosa ao resto da comunidade”, incluindo padrões religiosos nas leis gerais do Estado (Goldberg, 2003, p. 19).

A definição do Estado Judaico permanece em debate, sendo uma das principais razões pela qual ainda não se fez nenhuma constituição (Goldberg, 2003, p. 12). Se, por um lado, os judeus ultraortodoxos querem manter o *status quo* e usar a Torá (*torah*) como a Constituição do país, por outro, os judeus não-religiosos tentam promover o pluralismo religioso. Certo é que o conflito entre Judaísmo e democracia não tem a ver com a legislação, mas com a capacidade da” tradição judaica em modelar as atitudes e valores que servem de pré-condições ao funcionamento de um Estado democrático” (Goldberg, 2003, p. 21). De forma a evitar que Israel se possa vir a tornar uma teocracia através da imposição da lei religiosa, por meios legislativos ou institucionais, deveriam ser feitas mudanças radicais na formação e funcionamento do Governo, como “a despolitização da administração pública, a reforma eleitoral e a polarização partidária” (Goldberg, 2003, p- 29).

Weinblum (2014) levou a cabo um estudo bastante interessante sobre o uso da religião no Parlamento, analisando um conjunto extenso de debates e entrevistas de deputados, em 2010. Foram identificados três tipos de utilização da religião na política (Weinblum, 2014, p. 283): a religião como fonte de autoridade (traduz-se no uso da Torá como guia para a vida pública e privada, uma vez que não existe uma constituição que tenha o consenso da maioria nem é evidente o papel do Tribunal Supremo no regime político israelita); a religião enquanto marcador da identidade da nação (assentando na narrativa bíblica que sustenta que os judeus terão sido escolhidos por Deus e que lhes teria dado uma terra, *Eretz Israel*, onde poderia deveria exercer a sua soberania – princípio central do projeto sionista em si, desdobrando-se

na questão da soberania sobre o Estado de Israel – leis de imigração, cidadania, demografia – e na ligação do povo judeu com o território – leis sobre alocação de terras); e a religião enquanto fonte de valores (refere-se ao Judaísmo enquanto vínculo de princípios éticos como o respeito, amor e empatia que os judeus devem seguir nas suas vidas diárias, tal como espelhado na Torá (Weinblum, 2014, p. 288). O autor demonstra com este estudo que o papel da religião em Israel e especialmente no Parlamento israelita não pode ser reduzido à divisão entre grupos laicos e religiosos, relevando uma imagem mais complexa e dinâmica. Entre estes três usos da religião nos debates, apenas o primeiro provoca o choque clássico entre laicos e religiosos. O segundo uso é muito mais consensual, o que pode ser explicado pelo fato de Israel ter sido estabelecido em grande parte pelo movimento laico desenhado numa “visão laicizada da narrativa bíblica”. O último uso, embora mais raro, não permite apenas convergências entre deputados laicos e religiosos, mas também ser usado por ambos os grupos de deputados (Weinblum, 2014, p. 295).

Vários são os exemplos que demonstram o conflito entre os interesses do Estado e os interesses religiosos, pondo em evidência a influência da elite ultraortodoxa nas políticas públicas, resultado do *status quo*. Seguidamente iremos dar alguns exemplos dessa influência.

Segundo Lehmann (2012, p. 1032), o **poder judicial** está fortemente condicionado pela religião, uma vez que os tribunais religiosos tomam decisões à luz da lei religiosa judaica, tendo sido dado ao dois Rabinos Chefes – um pertencendo aos Asquenazes (Judeus oriundos da Europa Central e Oriental) e outro pertencendo aos Sefarditas (Judeus oriundos da Península Ibérica) o monopólio do controlo dos assuntos religiosos, por parte do Estado após 1948, deixando de fora outras correntes do judaísmo (Weinblum, 2014, p. 285).

A relação entre o sistema judiciário e o setor ultraortodoxo tem-se tornado, segundo Lehmann (2012, p. 1033), cada vez mais política e dependente de quem governa. Por exemplo em fevereiro de 2012, o Tribunal Supremo anulou a lei que especificava que as condições segundo as quais os homens ultraortodoxos que estudam nas escolas religiosas (*yeshivas*) podem adiar, temporariamente ou definitivamente, o serviço militar, criando tensões entre os sectores religioso e laico (Weinblum, 2014, p. 284). Segundo Goldberg (2003, p. 13), o “Parlamento converteu os tribunais religiosos em órgãos judiciais do Estado e os seus juízes em funcionários do Estado”, com muitas leis a estarem sob jurisdição rabínica. Como exemplifica Goldberg (2003, p. 24), a questão do casamento e do divórcio

está vinculada à lei religiosa, o que faz com que se alguém se casa em Israel numa cerimônia não religiosa, não é considerado casado aos olhos do Estado.

De salientar que os tribunais em Israel não reconhecem o princípio do *status quo* (que favorece o setor ultraortodoxo) e tentam impor os valores do individualismo e pluralismo associados a uma “cultura política americanizada” (Goldberg, 2003, p. 25), assumindo o Supremo Tribunal um poder equivalente ao Supremo Tribunal nos Estados Unidos da América. Os tribunais civis tomam decisões com base em direitos individuais e, em 1995, a Justiça chegou a considerar as onze Leis Básicas do Parlamento <sup>1</sup> como a constituição do país (Goldberg, 2003, p. 27). Enquanto o sector não religioso da sociedade vê nos tribunais a sua única proteção, o setor ultraortodoxo vê “os tribunais como uma ameaça”, procurando, através da sua posição privilegiada controlar as agendas eleitorais, a administração pública (além do Ministério dos Assuntos Religiosos, o Ministério da Educação) e gerir as suas escolas e organizações fora do sistema estatal (Goldberg, 2003, p. 28).

Em termos de **educação** e já antes da formação do Estado de Israel, “jewish education in Palestine was divided among political parties and religious institutions. Different secular-minded Zionist parties ran their own education systems and the Mizrahi (religious and Zionist) party and Agudat Yisrael, representatives of Orthodoxy, ran their own too (Swirski 1999, apud Lehmann, 2012, p.1033). O sistema ultraortodoxo e o seu sistema educativo não oficial, mas reconhecido, abrange entre 15% a 20% dos alunos (dados de 2000-2009), sendo financiado a 80% pelo Estado, devido, mais uma vez, ao *status quo* (Lehmann, 2012, p. 1033). Apesar da controvérsia, esta situação permanece inalterada.

Em termos de **território**, existe uma clara separação entre setores. O sector ultraortodoxo vive uma vida muito rigorosa em ambiente homogéneo, os laicos criaram bairros laicos e os colonatos criaram uma “subcultura de ativismo político” (Lehmann, 2012, p. 1038). Segundo Lehmann (2012, p. 1035), o movimento dos colonatos beneficiou do patrocínio da classe política e da indulgência dos ultraortodoxos, mas também lançou uma multiplicidade de vozes rabínicas, havendo rabinos dispostos para assinar decretos e petições que apoia a causa dos colonatos. O mesmo autor sublinha que o judaísmo pode estar a enfrentar uma crise de autoridade e multiplicação das origens da autoridade, uma vez que os

---

<sup>1</sup> As onze Leis Básicas do parlamento foram originalmente concebidas para serem capítulos de um projeto de uma futura constituição de Israel, mas são utilizadas diariamente pelos tribunais como uma constituição formal. (Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Leis\\_B%C3%A1sicas\\_de\\_Israel](https://pt.wikipedia.org/wiki/Leis_B%C3%A1sicas_de_Israel))

rabinos, ao contrário de padres e bispos, não têm uma educação comum nem passam no mesmo exame, mas recebem um certificado da sua escola específica.

Em termos de **segurança**, as Forças de Defesa Israelitas (IDF) têm judeus de diferentes origens e é suposto ser um espaço para fortalecer a identidade dos judeus (Lehmann, 2012, p. 1039). Apesar de muitos judeus ultraortodoxos recusarem a participar em algumas instituições laicas como as Forças de Defesa Israelitas (Goldberg, 2003, p. 28) e por conta do *status quo* não serem obrigados a fazerem serviço militar, existe uma presença cada vez maior de nacionalistas religiosos entre os oficiais que, embora militantes, “não se vestem de preto nem excluem as mulheres da vida pública” (Lehmann, 2012, p. 1039).

### **2.3. Poder político e elites políticas em Israel**

Israel tem uma democracia parlamentar. O Governo tem como função preparar, iniciar e acompanhar a legislação no Parlamento, determinar a agenda, gerir as políticas externa e de defesa e controlar a política economia, orçamento e finanças públicas, concentrando muito do poder (Goldberg, 2003, p. 14). Embora o Presidente tenha o direito de escolher o Primeiro Ministro, o Parlamento tem o poder de concordar ou recusar a sua nomeação. O Primeiro Ministro tem a tarefa de escolher os ministros e os parceiros de coligação, embora essas escolhas também sejam influenciadas pelo seu partido de origem (Goldberg, 2003, p. 14). Os ministros nomeados podem ser membros do Parlamento ou não.

Politicamente, “loci of power are found in a small number of central institutions, such as the Cabinet, the Supreme Court, the military, and some key governmental agencies such as the Israel Land Authority, the Ministries of Defence, Treasury, Housing and Infrastructure, as well as in the Jewish Agency” (Arian, 1997; Yishai, 1998, apud Yiftachel, 2001, p. 283). Esta centralidade de poder foi afetada pela etnocracia, um sistema opressor de controlo étnico e social dominado pela elite laica dos Asquenazes que domina o *Likud* (Yiftachel, 2001, p. 285), e que apesar do seu enfraquecimento, continua a manter a sua superioridade sobre os judeus *mizhari*. Segundo o autor, a fragmentação étnica e social já existia antes da criação do Estado de Israel, potenciada pelas elites, e esta situação só poderia ser revertida e evitar piores consequências se se reduzisse a distância entre os líderes e os cidadãos e fosse desmantelado o sistema etnocrático de dominação e segregação.

Não existem muitos estudos sobre as elites políticas em Israel. Um dos artigos encontrados é o de Maman (1997), que caracteriza a elite israelita dos anos 20 aos anos 80.

Segundo este autor, as elites políticas eram dominantes durante o período anterior à criação do Estado de Israel (anos 20 até 1947) e a sua predominância foi reforçada com o estabelecimento do Estado de Israel. Contudo, após o estabelecimento deste começou um processo gradual de alteração da estrutura da elite: de subdivisão em múltiplas elites. A elite administrativo-estatal (não eleita) foi consolidada devido ao rápido crescimento do setor público e à dependência do Estado destas instâncias. A elite económica tornou-se mais autónoma, devido à competição política e à política corporativa. A elite militar, que já remonta ao período anterior à criação do Estado de Israel, viu a sua autonomia crescer gradualmente desde meados dos anos 60, criando-se alianças entre as elites política e militar que contribuíram muito para o papel central do aparelho militar nos assuntos relativos à Defesa. Segundo este autor (Maman, 1997, p. 41), a elite política continua a ter uma posição dominante entre as outras elites, após mais de 40 décadas.

Relativamente ao perfil social das elites israelitas nos anos 90, Maman (1997, p. 35) afirma que é semelhante à dos anos 50, isto é, caracteriza-se por uma maioria de homens, judeus, instruídos e de origem europeia/americana. Apesar disso, a elite política incluía, entre 1974 e 1988, alguns líderes não-judeus, algumas mulheres e tinha a representação mais alta de judeus de origem asiática ou africana, relativamente às outras elites. Segundo Maman e Lissak (1996, apud Maman, 1997, p. 36), as pessoas que pertencem à elite israelita tipicamente conheceram-se na idade adulta em virtude de posições que ocupam na estrutura da elite e embora essa estrutura seja restrita à entrada de judeus homens de descendência europeia, existem menos restrições internas do que outras sociedades para a mobilidade entre elites.

Segundo Maman (1997, p. 39), no passado, os partidos políticos tinham um papel central na tomada de decisão da economia israelita, mas hoje em dia os participantes nas alianças económicas incluem “organizações governamentais, grupos económicos, e grupos de interesse”, que atuam de acordo com as elites que os lideram, isto é, elites estatais (eleitas e administrativamente nomeadas) e elites económicas (que controlam os grandes grupos económicos não-estatais).

## **Capítulo 3. – Política e Elite Política em Israel**

### **3.1 Caracterização da população israelita**

Segundo dados da OCDE (2012), Israel tem 7.9 milhões de habitantes. Segundo Goldberg (2003, p. 5), os judeus constituem a maior parte da população em Israel e uma parte ainda maior no Parlamento, com os restantes 17% da população a incluir muçulmanos, cristãos e drusos. Dados mais recentes (Centro Nacional de Estatística Israelita, 2016), em comunicado de imprensa de 9 de Maio de 2016), indicam que existem cerca de 8,5 milhões de residentes no Estado de Israel, divididos por 6,3 milhões de residentes judeus (74,8% do total da população), 1,7 milhões de população árabe (20,8% da população) e 374 mil “outros” (refere-se a cristãos não árabes, membros de outras religiões ou pessoas não classificadas por religião segundo o Ministério do Interior, perfazendo 4,4% da população). São considerados dados preliminares e esta estimativa populacional não inclui a população estrangeira que se estimava ser de 192 mil no final de 2014.

Israel é o país com a mais alta taxa de natalidade no mundo, com 3 filhos por cada mulher (Jewish Virtual Library, 2016) e a população de Israel é considerada relativamente jovem tendo em conta as populações de outros países ocidentais. Dos aproximadamente 14,3 milhões de judeus no mundo, 43% reside em Israel. No que respeita à distribuição, pouco menos da metade da população judaica vive no centro do país, nas áreas metropolitanas de Jerusalém ou Tel Aviv, enquanto que 60% da população árabe vive no Norte.

Relativamente à religião e de acordo com a mesma fonte (Centro Nacional de Estatística, 2015), numa população de 8,2 milhões em 2014, contam-se 6,2 milhões de judeus, 1,4 milhões de muçulmanos, 163 mil cristãos e 135 mil drusos.

Contudo, e segundo o relatório Instituto de Democracia Israelita (2012), fruto de um inquérito feito a 2,803 judeus israelitas (com mais de 20 anos), têm existido diversas mudanças na forma como os judeus israelitas definem a sua religiosidade e como praticam e observam a tradição religiosa, como se pode ver nos gráficos seguintes (figura 3):



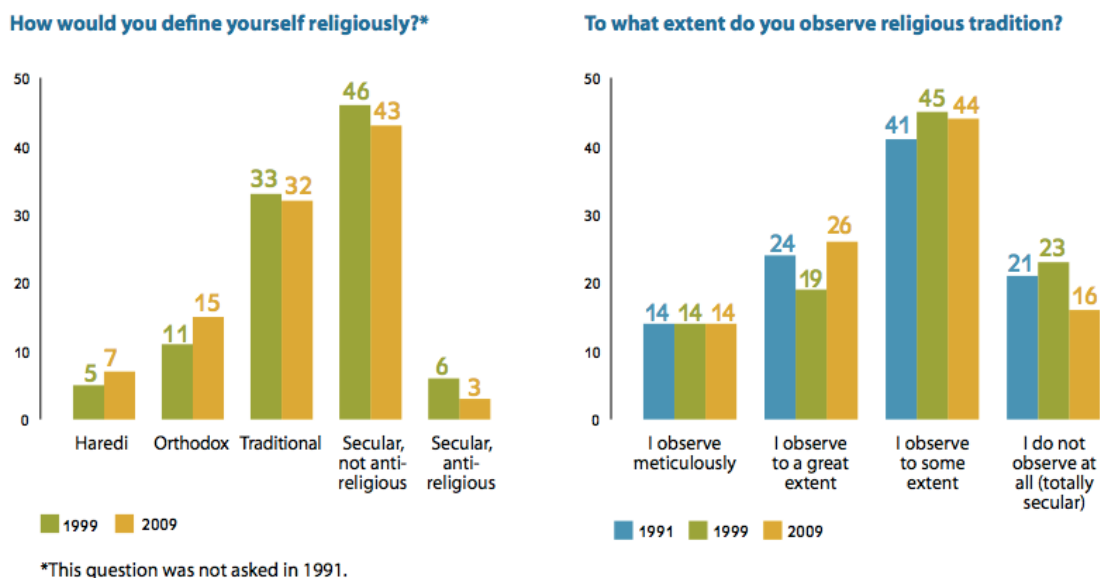


Figura 3 – Auto distribuição da religiosidade e prática religiosa (adaptado do Relatório Gutman, 1999-2009, Nível de religiosidade e prática religiosa entre judeus israelitas)

De acordo com este relatório do Israel Democracy Institute (2009, p. 12), o número de praticantes da religião sofreu uma descida (de 24% em 1991 para 19% em 1999), contudo entre 1999 e 2009 houve uma inversão dessa tendência, como consequência da grande onda de imigração da antiga União Soviética. Também mais judeus israelitas se identificaram, em 2009, como ortodoxos ou ultraortodoxos (22% em 2009 para 16% em 1999). Correspondentemente, uma percentagem menor de judeus intitulou-se de laico não antirreligioso e laico antirreligioso (46% em 2009 para 52% em 1999).

Um outro estudo sobre o nível de religiosidade declarado pela população em 2012, revela que 35% da população se considera “religiosa” (8% ultraortodoxos, 12% ortodoxos, 13% tradicionalistas religiosos) contra 65% de população não religiosa (20% tradicionalistas não religiosos e 45% laicos (Herman et al., 2012, apud Weinblum, 2014, p. 286).

De acordo com o relatório do Pew Research Centre (2016) baseado em entrevistas feitas a 5.601 adultos israelitas (com mais de 20 anos), entre outubro de 2014 e maio de 2015 para estudar a religião em Israel, foram identificados 4 subgrupos dentro dos Judeus: ultraortodoxos (*Haredi*), religiosos/ortodoxos (*Dati*), tradicionais (*Masorti*) e laicos (*Hiloni*). Esta amostra consistiu em 81% de Judeus divididos pelas categorias anteriores, 14% de muçulmanos, 2% de drusos, 2% de católicos e 1% de outras religiões, como se pode ver na figura em baixo (figura 4).

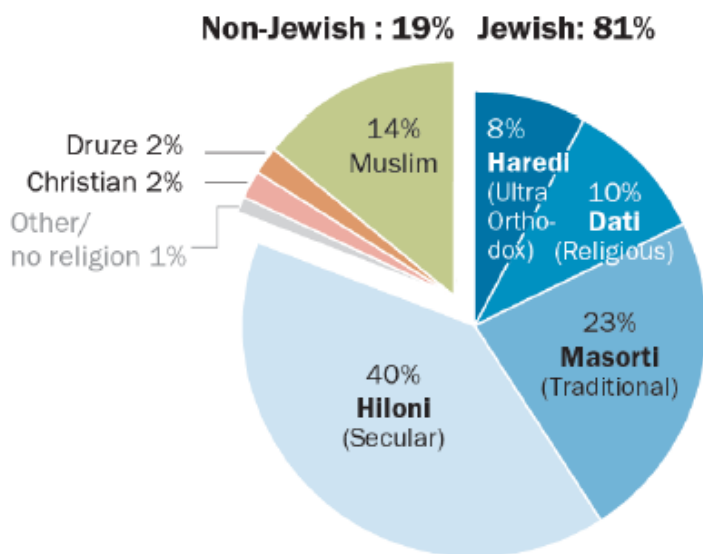


Figura 4 – Diversidade religiosa em Israel (dados de 2014/2015, Pew Research Centre, março de 2016)

Face a algumas questões fraturantes, este relatório coloca em evidência que a maioria dos judeus concordam que Israel pode ser uma democracia e um Estado judeu, embora os judeus laicos afirmem que os princípios democráticos devam prevalecer sobre a lei religiosa e os judeus ultraortodoxos afirmem que a lei religiosa é que deve ter primazia. Relativamente à identidade judaica, os judeus ultraortodoxos dizem que “ser judeu” é principalmente uma questão de religião, enquanto os judeus laicos tendem a dizer que é principalmente uma questão de ascendência e/ou cultura. Os judeus laicos identificam-se primeiro com ser israelita e só depois com ser judeu e os judeus ultraortodoxos e ortodoxos identificam-se primeiro com ser judeu e depois com ser israelita. Interessante, contudo, é que quando questionados sobre a sua religião, quase todos os israelitas judeus dizem ser judeus (quase nenhum diz não ter religião), embora cerca de metade se descreva como laico e um em cada cinco afirme não acreditar em Deus (Pew Research Centre, 2016, p. 6).

Relativamente à relação entre a filiação religiosa e a filiação política (figura 5), a maioria dos judeus (principalmente os ortodoxos) situam-se politicamente à direita ou ao centro (Pew Research Centre, 2016, p. 173).

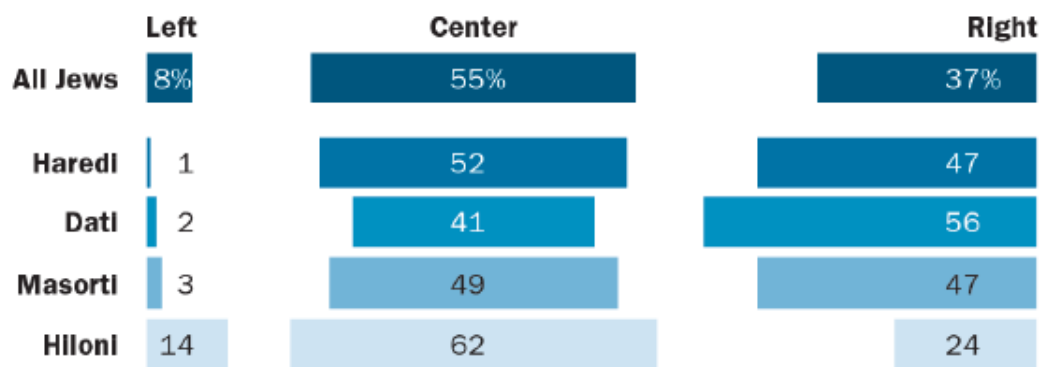


Figura 5 – Ideologia política segundo a filiação religiosa (Pew Research Centre, 2016)

De salientar que os ortodoxos (*dati*) colocam-se mais à direita (56%) do que no centro (41%), os ultraortodoxos (*haredi*) colocam-se ligeiramente mais ao centro (52 %) do que à direita (47%), à semelhança dos tradicionais (*masorti*). A maioria laica (*hiloni*) coloca-se sobretudo ao centro (62%), com uma percentagem à direita (24%) e uma pequena percentagem à esquerda (14%).

O estudo também questionou os seus entrevistados sobre o partido político com o qual se identificavam. Não houve nenhum partido político maioritário dentro de cada subgrupo judaico, mas pode dizer-se que os ultraortodoxos geralmente suportam os partidos que representam os interesses da sua comunidade – *Shas* e *Yahadut Hatorah*. Os tradicionais e os laicos mostraram preferência pelo Likud (partido de direita, maioritariamente laica), embora dentro dos laicos também houvesse algum suporte ao *Avoda* (partido de centro esquerda), ao *Yisrael Beytenu* (partido laico de direita, apoiado por muitos imigrantes russos) e ao *Yesh Atid* (partido laico que representa os interesses de classe média). Os ortodoxos (*dati*) identificam-se mais com o *Habayit Hayehudi*, partido de direita, sionista e pró-colonatos e com o *Shas* (partido religioso que tradicionalmente apoia os interesses dos judeus *Mizrahi*).

Os dados fornecidos por este estudo (Pew Research Centre, 2016), vão ao encontro da afirmação de Yiftachel (2001, p. 288) que afirma que os “political parties usually represent social and ethnic sectors and thereby reinforce the divisions”.

### 3.2. Análise das eleições para o 19.º Parlamento

Antes de passarmos à análise sociopolítica da elite política israelita (considerando ministros e vice-ministros) no período do 33.º Governo, iremos analisar e explicar os

resultados das eleições para o 19.º Parlamento, categorizando os partidos concorrentes, os votos alcançados, as coligações feitas e as principais programas defendidos por cada um (tabela 4).

Tabela 4 – Partidos concorrentes às eleições de 22 janeiro de 2013 (19.º Parlamento)<sup>2</sup>

Nº	Listas	Lugares e Nº Votos	Ano criação, ideologia, programas
1	<i>Likud Yisrael Beitenu</i>	31 885,163	União do Likud (1977, Direita) e do <i>Yisrael Beitenu</i> (1999, Direita nacionalista apoiado pelos imigrantes russos).
2	<i>Yesh Atid</i>	19 543,458	2012; Centrista, Israel enquanto estado democrático e judaico, luta pelo direito das mulheres.
3	<i>Ha-Avoda</i> (Partido trabalhista)	15 432,118	1968; Centro-Esquerda, luta pela democracia, bem-estar socioeconómico de todos os cidadãos de Israel e consolidação da economia com base no mercado livre, paz e segurança no Médio Oriente.
4	<i>Habayit Hayehudi</i> (Lar Judaico)	12 345,985	2008; Religioso sionista, opõe-se à criação de um Estado Palestino, defende a privatização de algumas empresas públicas.
5	<i>Shas</i>	11 331,868	1984; Ultraortodoxo <i>mizhari</i> , defende os direitos dos sefarditas, lutando por ter um sistema de educação separado.
6	<i>Yahadut Hatorah</i> (Judaísmo da Tora Unida)	7 195,892	1992; Ultraortodoxo <i>haredi</i> , defende o uso da Lei da Torá em todas as esferas da vida.
7	<i>Hatenua</i>	6 189,167	2012; Centro-esquerda sionista, a favor da paz com os palestinos, justiça social, proteção ambiental, pluralismo religioso, serviço obrigatório militar para todos.
8	<i>Meretz</i>	6 172,403	1992; Esquerda social democrata, luta pela paz entre Israel e seus vizinhos, pelos direitos humanos e civis, pela justiça social, ecologia e ambiente seguro.
9	<i>Reshima Aravit Me'uhedet</i> (Lista Árabe Unida)	4 138,450	1996; apoiado pelos árabes israelitas, defendem a retirada das fronteiras pré-1967 e a criação de um Estado palestino, desmantelamento dos colonatos judeus, direito de retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes, separação da religião do estado, etc.

<sup>2</sup> Fonte: Israel Cabinet & Ministers: Thirty-Third Government, 2014, in <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/33gov.html>, acedido a 16/04/2016.

Israeli Elections: Electoral History, in <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/knessetelectionstoc.html>, acedido a 16/04/2016.

10	<i>Hadash</i>	4 113,439	1977; esquerda comunista apoiada por árabes israelitas; defende a retirada total dos territórios ocupados, reconhecimento da OLP, separação religião-estado, o direito de retorno dos palestinos e total igualdade para os cidadãos israelitas árabes.
11	<i>Balad</i>	3 97,030	1996; intelectuais árabes israelitas que apoiam a evacuação dos colonatos e remoção do muro, o direito de voltar dos refugiados palestinos e a criação de um estado binacional em Israel.
12	<i>Kadima</i>	2 78,974	2005; centrista, a favor da paz com os palestinos.

Legenda: Laranja (Direita); Verde (Esquerda); Azul (Centrista); Branco (Partidos maioritariamente árabes);

Partidos a negrito pertencem à coligação para o 33.º Governo

Segundo a análise das eleições de 2013 do Israel Democracy Institute<sup>3</sup>, verifica-se uma estabilidade na taxa de afluência às urnas, com o valor destas eleições a situar-se no 67,8%, ligeiramente superior às das duas últimas eleições e inferior às habituais taxas de 80%, anteriores a 2001, altura em que foi institucionalizada a eleição direta do Primeiro-Ministro.

No que respeita aos partidos políticos, apenas 12 estão representados no parlamento (historicamente, o mínimo foram 10 e o máximo foram 15). De salientar que desde 2006, os partidos com menos de 2% dos votos não podem eleger deputados, o que tem limitado a entrada de novas forças políticas. Como consequência, cinco listas ficaram sem representação no Parlamento (*Otzma LeYisrael, Am Shalem, Aleh Yarok, Rabbi Amnon Yitzhak's Koach Lehashpia, Eretz Hadasha*), o que corresponde a quase um quarto de milhão de eleitores (Kenig, 2013).

Segundo Kenig (2013), a introdução de eleições diretas para Primeiro-Ministro, em vigor entre 1996 e 2003, trouxe muita fragmentação e ainda se estão a sofrer as consequências. Segundo esse sistema, os eleitores dispunham de dois votos: um para o Primeiro-Ministro e o outro para o Parlamento (geralmente votando num partido mais pequeno). Os partidos mais representativos, como o *Likud* e o *Ha-Avoda* (Partido Trabalhista) viram o seu poder diminuir. Consequentemente, apesar de nas eleições de 2013

<sup>3</sup> Ofer Keing (2013), acedido em Maio de 2016, <http://en.idi.org.il/analysis/articles/the-2013-knesset-election-results-a-preliminary-analysis-of-the-upcoming-parliament/>

*Likud* e *Yisrael Beiteinu* se terem coligado para ganhar mais poder, tal não se verificou. Até 1992, o partido vencedor conseguia um mínimo de 40 lugares, mas nestas eleições o bloco *Likud-Beiteinu* ganhou apenas 31 assentos.

Após as eleições, o Presidente Simon Peres, ouviu os diversos partidos e atribuiu a Netanyahu a responsabilidade de formar governo e este, em representação do *Likud-Beiteinu* conseguiu coligar-se com o *Yesh Atid*, com o *Habayit Hayehudi* e com o *Hatnua*, conseguindo assim um total de 68 lugares num total de 120 (Kenig, 2013). Podemos ver através da imagem seguinte a distribuição dos votos por partidos (figura 6):

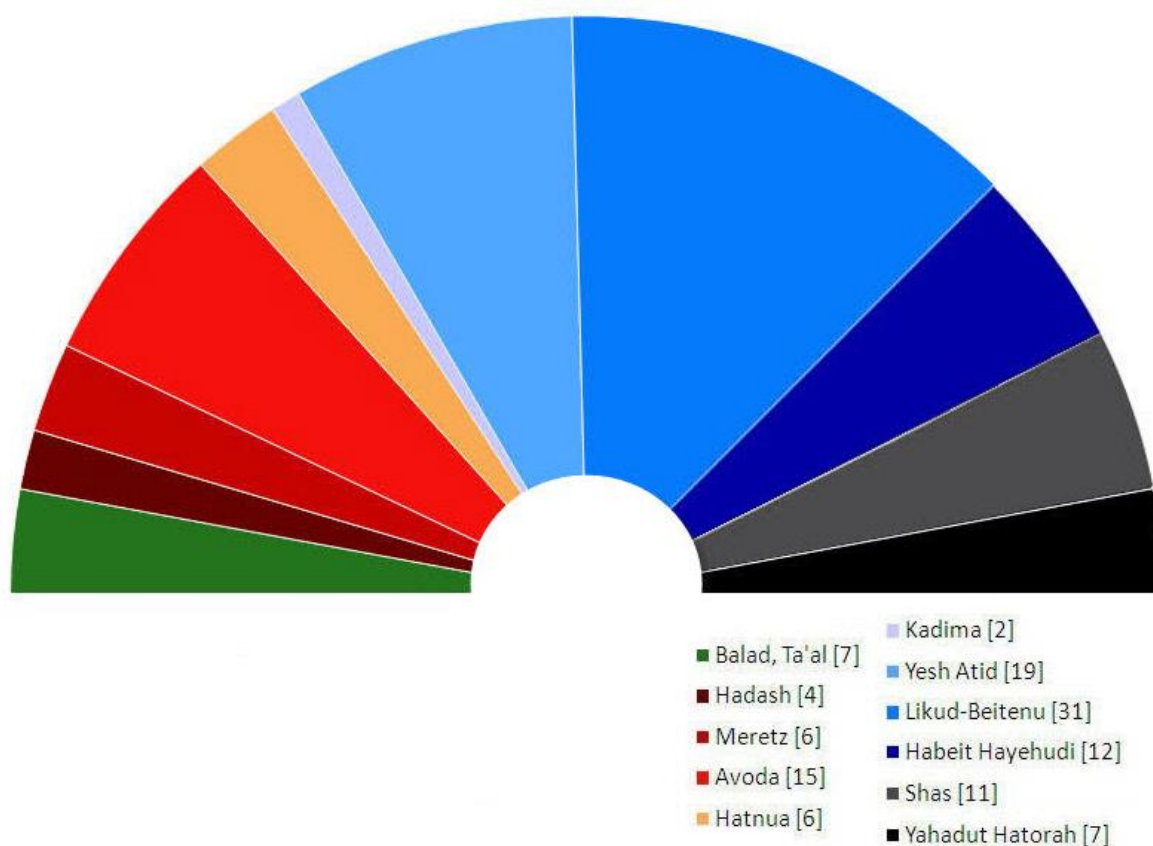


Figura 6 - Eleições Legislativas de Israel, 2013<sup>4</sup>

No que respeita aos deputados e segundo Kenig (2013), 48 dos novos eleitos nunca tinham sido membros do Parlamento. Estas eleições também introduzem um número recorde de mulheres no Parlamento (27), com o mínimo a verificar-se em 1988 (7) e o máximo anterior em 2009 (21).

<sup>4</sup> Ofer Keing (2013) acedido em Maio de 2016, [https://en.wikipedia.org/wiki/Israeli\\_legislative\\_election,\\_2013](https://en.wikipedia.org/wiki/Israeli_legislative_election,_2013).

Além desta categorização podemos verificar que o 19.º parlamento tem um elevado número de membros ortodoxos e ultraortodoxos (39): um em cada três membros deste 19.º Parlamento são religiosos (figura 7). Do lado dos partidos religiosos ultraortodoxos estão o *Shas* dos Sefarditas e a *Yahadut Hatorah* dos Asquenazes e do lado dos partidos sionistas religiosos estão o *Habayit Hayehudi* (Weinblum, 2014, p. 286).

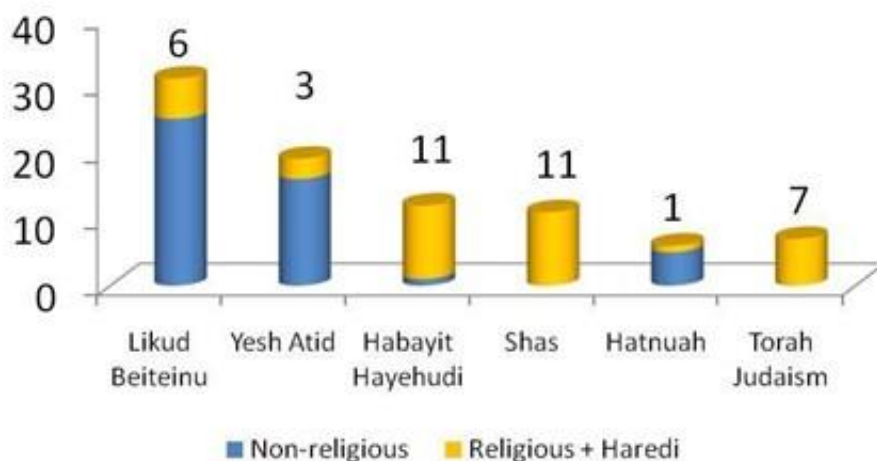


Figura 7 – Distribuição dos deputados religiosos no 19.º Parlamento (Kenig (2013))

### 3.3. Núcleo da Elite Política Israelita no 33.º Governo

No nosso estudo, iremos analisar a elite política israelita, mais concretamente o núcleo de ministros, vice-ministros, Primeiro-Ministro e Presidente da República no período de 2013 a 2015 (33.º Governo), apresentando uma caracterização socio demográfica, e posteriormente, o perfil em mais detalhe dos dois maiores líderes do Estado de Israel durante o período do 33.º Governo.

O 33.º governo tomou posse em 18 de março de 2013 com Netanyahu assegurando a pasta de Primeiro-Ministro e de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Na tabela seguinte (tabela 8), podemos ver o perfil dos ministros nomeados por Netanyahu para o 33.º Governo, tendo em conta a país de origem, idade, género, estudos/profissões, família, vida militar, partido a cargo político no referido governo.

Figura 8 – Perfil dos Ministros nomeados para o 33.º Governo (baseado em informações oficiais)

<b>Nome e país de origem</b>	<b>Idade/ Género</b>	<b>Habilitações Académicas</b>	<b>Estado Civil e n.º de Filhos</b>	<b>Vida Militar (Posto)</b>	<b>Partido e Cargo no 33.º Governo</b>
Benjamin Netanyahu; Israel	66 anos; M	Gestão; Mestrado	Casado, 3 filhos	Capitão em unidade de elite	<i>Likud</i> ; Primeiro-ministro, Comunicações / Negócios Estrangeiros / Assuntos da Diáspora e Jerusalém
Yair Shamir; Israel	71 anos; M	Eng. Eletrónica; Licenciatura	Casado, 3 filhos	Coronel na Força Aérea	<i>Ysrael Beitenu</i> ; Agricultura e Desenvolvimento rural
Gilad Erdan; Israel	45 anos, M	Direito; Licenciatura	Casado, 3 filhos	Capitão	<i>Likud</i> ; Comunicações / Interior
Limor Livnat; Israel	65 anos F	Publicidade; Licenciatura	Casada, 2 filhos	Sargento	<i>Likud</i> ; Cultura e Desporto
Moshe Ya'alon; Israel	66 anos; M	Ciência Política; Licenciatura	Casado, 3 filhos	Ex-Chefe do Estado Maior IDF	<i>Likud</i> ; Defesa
Silvan Shalom; Tunísia	58 anos; M	Direito e Economia; Mestrado	Casado, 5 filhos	Sargento	<i>Likud</i> ; Desenvolvimento do Negev e Galileia / Infraestrutura, Energia e Água / Cooperação Regional
Naftali Bennett; Israel	44 anos; M	Frequentou Escola Religiosa; Direito; Licenciatura	Casado, 4 filhos	Major (no ativo)	<i>Habayit Hayehudi</i> ; Serviços Religiosos / Assuntos da Diáspora e de Jerusalém / Economia
Shai Piron; Israel	51 anos; M	Direito; Licenciatura	Casado, 6 filhos	Sem informação	<i>Yesh Atid</i> ; Educação
Amir Peretz; Marrocos	64 anos; M	Ensino Secundário	Casado, 4 filhos	Capitão	<i>Hatnuah</i> ; Proteção Ambiental
Yair Lapid; Israel	52 anos; M	Jornalismo, Mestrado	Casado, 3 filhos	Sargento	Fundador do <i>Yesh Atid</i> ; Finanças



Avigdor Lieberman; Rússia	58 anos M	Ciências Sociais, Licenciatura	Casado, 3 filhos	Cabo	Fundador do <i>Yisrael Beiteinu</i> ; Negócios Estrangeiros
Yael German; Isarel	69 anos F	História; Mestrado	Casada, 2 filhos	Deputado Municipal; Presidente da Câmara;	<i>Yesh Atid</i> Saúde
Uri Ariel; Israel	63 anos; M	Ensino Secundário	Casado, 6 filhos	Major	<i>Habayit Hayehudi</i> ; Habitação e Construção
Sofa Landver; Russia	66 anos; F	Terapia da Fala; Mestrado	Viúva, 1 filha	Sem informação	<i>Yisrael Beiteinu</i> ; Imigração e Absorção
Yuval Steinitz; Israel	58 anos; M	Filosofia; Doutoramento	Casado, 3 filhos	Soldado	<i>Likud</i> ; Relações Internacionais/ Assuntos Estratégicos / Inteligência
Gideon Sa'ar; Israel	49 anos; M	Direito e Ciência Política; Licenciatura	Casado, com filhos	Sargento	<i>Likud</i> ; Interior
Tzipi Livni; Israel	58 anos; F	Direito; Licenciatura	Casada, 2 filhos;	Tenente	Fundador <i>Hatnuah</i> ; Justiça
Uri Orbach, Israel	Faleceu; M	Escola Religiosa	Casado, 4 filhos	Sargento	<i>Habayit Hayehudi</i> ; Cidadãos Seniores
Yitzhak Aharonovich Israel	66 anos; M	História; Licenciatura	Sem informação	Tenente Coronel	<i>Yisrael Beiteinu</i> ; Segurança Pública
Yaakov Perry; Israel	72 anos; M	Economia; Licenciatura	Casado	Cabo	<i>Yesh Atid</i> ; Ciência, Tecnologia e Espaço
Yisrael Katz; Israel	60 anos; M	Ciência Política; Mestrado	Casado, 2 filhos	Capitão	<i>Likud</i> ; Transportes e Segurança rodoviária
Uzi Landau; Israel	73 anos; M	Ciência de Computadores; Doutoramento	Sem informação	Major	<i>Yisrael Beiteinu</i> ; Turismo
Meir Cohen; Marrocos	60 anos; M	Professor; Mestrado	Casado, 3 filhos	Estudos em filosofia judaica	<i>Yesh Atid</i> ; Assistência Social e Serviços Sociais

Dos 23 Ministros nomeados para o 33.º Governo, a média de idades situa-se nos 60 anos (mais concretamente 60,39) e a composição no que respeita ao género, é esmagadoramente masculina (19 ministros para 4 ministras). Estas quatro ministras, uma do *Yisrael Beiteinu*, outra do *Likud*, uma do *Hatnuah* e uma do *Yesh Atid*, estiveram à frente das pastas da Imigração e Absorção, Cultura e Desporto, Justiça e Saúde respetivamente. De salientar que a ministra da Justiça, Tzipi Livni, fundadora do partido *Hatnuah*, não terminou o mandato por ter sido demitida por Netanyahu. Uma situação semelhante viveu o ministro das Finanças, Yair Lapiz, fundador do partido *Yesh Atid*, que foi também demitido pelo Primeiro-Ministro. Houve uma série de outros ministros que se demitiram, a maioria pertencendo ao partido *Yesh Atid* (Shai Piron da Educação, Meir Cohen, dos Assuntos Sociais, Yael German, da Saúde, Yaakov Perry, da Ciência e Tecnologia), um pertencendo ao *Hatnuah* (Amir Peretz da Proteção Ambiental) e um do *Likud* (Gideon Sa'ar do Interior).

De salientar que dos 29 ministérios existentes (o da Frente de Defesa foi abolido), foram nomeados 23 ministros, pois alguns ficaram responsáveis por mais que uma pasta. Destes 23 ministros, 12 pertenciam ao *Likud* (12 ministros), 5 pertenciam ao *Yisrael Beiteinu*, 5 pertenciam ao *Yesh Atid*, 5 pertenciam ao *Habayit Hayehudi* e 2 pertenciam ao *Hatnuah*.

No que respeita ao país de origem dos ministros, a maior parte nasceu em Israel (18) e os restantes nasceram na África do Norte (um em Marrocos e outro na Tunísia) e na Rússia (dois). Podemos ver a sua divisão por partido (Tabela 5):

Tabela 5 – País de Origem dos Ministros por partido

<b>Partido</b>	<b>Israel</b>	<b>Marrocos</b>	<b>Russia</b>	<b>Tunisia</b>
<i>Likud</i>	7			1
<i>Yisrael Beiteinu</i>	3		2	
<i>Yesh Atid</i>	4	1		
Jewish Home	3			
<i>Hatnuah</i>	1	1		

No que respeita ao estado civil, a maioria é casado/a (20), uma é viúva e de dois dos ministros não foi possível apurar essa informação<sup>5</sup>. Exceto três ministros dos quais não conseguimos apurar esta informação, todos os outros (20) têm uma média de 3,2 filhos, o que está em linha com as estatísticas nacionais.

<sup>5</sup> Informações disponível no website do Parlamento Israelita: <https://www.knesset.gov.il/mk/eng/>

Relativamente às habilitações académicas, a maioria concluiu o ensino superior (10 com licenciatura, 7 com mestrado e 2 com doutoramento). Os restantes dividem-se entre Ensino Secundário (2) e Escola Religiosa (2). De salientar que Naftali Bennett frequentou a Escola religiosa e também a Universidade. Esta amostra também é representativa do país. Segundo dados da OCDE (2013, p. 1), “Israel ranks second among OECD countries (tied with Japan and just after Canada) for the percentage of 25-64 year-olds that have achieved tertiary education: 46% compared with an OECD average of 32%. The share of 25-64 year-olds with at least an upper secondary education is 83%, well above the OECD average of 75%, while at the same time, the proportion of those with only an elementary education is well below the OECD average, 17% compared with 25% across OECD countries” (OECD, 2013, p. 1)

O serviço militar em Israel é obrigatório, pelo que todos os 23 ministros cumpriram serviço militar. Vinte e um dos ministros serviram nas Forças de Defesa Israelitas, dos quais cinco alcançaram o grau de sargento, quatro o de capitão, um o de coronel, três o de major, um o de tenente, um o de tenente-coronel, quatro não temos informação e um deles chegou a chefe do Estado Maior (Moshe Ya'alon, do *Likud*), ocupando por isso a pasta da Defesa. De salientar que à exceção de Naftali Bennett, todos os outros ministros já não se encontram no ativo (vida militar).

No que respeita à religiosidade dos ministros, foi difícil apurar essa informação de forma fidedigna, pelo que sabemos que dois deles – Bennett e Orbach (ambos do partido *Habayit Hayehudi* – estudaram em escolas religiosas e são religiosos praticantes e Shai Piron (do partido *Yesh Atid*) é rabino. Do que é do conhecimento público, o Primeiro Ministro Benjamim Netanyahu define-se como laico.

Interessante notar que a pasta dos serviços religiosos foi atribuída ao partido sionista religioso, *Habayit Hayehudi*.

Foram também considerados na análise os vice-ministros nomeados para o 33.º Governo (Tabela 9).

Tabela 6 – Perfil dos Vice-Ministros nomeados para o 33.º Governo (baseado em informações oficiais)

<b>Nome e País de Origem</b>	<b>Idade/ Género</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Estado Civil e n.º filhos</b>	<b>Vida Militar (posto)</b>	<b>Partido e Cargo no 33.º Governo</b>
Ofir Akunis; Israel	43 anos; M	Licenciatura em Ciência Política	Casado, 2 filhos	Jornalista militar	<i>Likud</i> ; Gabinete do Primeiro-Ministro, Proteção Ambiental
Danny Danon; Israel	45 anos; M	Mestrado em Políticas Públicas	Sem informação	Tenente;	<i>Likud</i> ; Defesa (demitido pelo Primeiro-Ministro)
Avi Wortzman; Israel	45 anos; M	Escola religiosa; Mestrado em Políticas Públicas	Casado, 4 filhos	Sargento	<i>Habayit Hayehudi</i> ; Educação
Mickey Levy; Israel	65 anos; M	Licenciatura em Ciência Política	Casado, 4 filhos	Major	<i>Yesh Atid</i> , Finanças (demitiu-se)
Ze'ev Elkin; Russia	45 anos; M	Doutoramento em História Judaica	Casado, 3 filhos	Sem informação	<i>Likud</i> ; Negócios Estrangeiros (demitiu-se)
Tzachi Hanegbi, Israel	59 anos; M	Licenciatura em Direito	Casado, 4 filhos	Sargento Paraquedistas	<i>Likud</i> ; Negócios Estrangeiros Saúde
Faina Kirschenbaum Russia	60 anos; F	M.B.A. Administração de Negócios	Casada, 3 filhos	Sem informação	<i>Yisrael Beiteinu</i> Interior
Eli Ben- Dahan; Marrocos	62 anos; M	Mestrado em Políticas Públicas	Casado, 9 filhos	Major (Corpo de Artilharia)	<i>Habayit Hayehudi</i> ; Serviços Religiosos
Tzipi Hotovely, Israel	37 anos; F	Doutoramento em Direito	Casada, 1 filha	Agência Judaica nos EUA	<i>Likud</i> ; Transportes e Segurança rodoviária / Ciência e Tecnologia

Dos 9 vice-ministros, a maioria é masculina (7 homens para 2 mulheres), a média de idades é de 51,2 anos (mais baixa que a dos ministros), são todos casados(as), a média de filhos é de 3,75 (não foi possível apurar a informação de um vice-ministro), a maioria nasceu em Israel (6 em Israel, 2 na Rússia e 1 em Marrocos) e todos concluíram o ensino superior (3 com Licenciatura, 4 com Mestrado e 2 com Doutoramento).

Relativamente à vida militar dos 7 vice-ministros que temos informação disponível, dois deles atingiram o grau de sargento, dois o grau de major, um o grau de tenente, um foi jornalista militar e outra trabalhou na Agência Judaica dos Estados Unidos.

Ao nível de prática religiosa, não temos informação disponível para a maioria dos vice-ministros. Temos a informação de que o vice-ministro dos serviços religiosos que pertence ao *Habayit Hayehudi* e é rabino e que a vice-ministra dos Transportes e Segurança rodoviária e da Ciência e Tecnologia é religiosa ortodoxa. De salientar que também o vice-ministro para os serviços religiosos pertence ao partido sionista religioso *Habayit Hayehudi*.

Dois vice-ministros demitiram-se durante o mandato – Elkin dos negócios estrangeiros (partido *Likud*) e Levy das Finanças (partido *Yesh Atid*) – e o vice-ministro da Defesa, Danny Danon (do partido *Likud*), foi demitido pelo Primeiro-Ministro.

### **3.4. Perfis de Netanyahu e Peres**

Depois da análise dos ministro e ex-ministros, vamos analisar o percurso dos dois dirigentes políticos mais importantes do Estado de Israel no período seleccionado – Benjamin Netanyahu e Shimon Peres. O nosso período de estudo foi o correspondente ao 33.º Governo, que vai de 2013 a 2015, mesmo no caso do Presidente Peres (embora tenha exercido o cargo de Presidente da República de 2007 a 2014).

Um dado curioso no percurso destes dois líderes, foi que se confrontaram nas eleições de 1996, tendo Netanyahu (Likud) ganho a Peres (Ha-Avoda), que era na altura o Primeiro-Ministro israelita.

#### **Perfil Netanyahu<sup>6</sup>**

Benjamin “Bibi” Netanyahu nasceu a 21 de outubro de 1949 em Tel-Aviv, cresceu em Jerusalém e passou a sua adolescência nos Estados Unidos, onde o seu pai, um historiador conceituado, dava aulas de História judaica em Filadélfia. Aos 18 anos, regressou a Israel para cumprir o serviço militar nas Forças de Defesa Israelitas (IDF) e voluntariou-se para um comando de elite. Após seis anos e algumas missões audazes, foi dispensado tendo alcançado o posto de capitão. Netanyahu estudou depois no MIT em Boston, tirando uma Licenciatura em Arquitetura e um Mestrado em Gestão. Em 1976, foi contratado pelo *Boston Consulting*

---

<sup>6</sup> Jewish Virtual Library, Benjamin "Bibi" Netanyahu, in <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/Netanyahu.html>, acessido a 30 de abril de 2016)

*Group*, uma empresa internacional de consultoria de negócios e mais tarde juntou-se à gestão das RIM Industries, em Jerusalém.

Devido à morte do seu irmão mais velho, na sequência de uma operação de salvamento no Uganda, Netanyahu organizou duas conferências internacionais sobre o terrorismo internacional, atraindo importantes figuras políticas e formadores de opinião da comunidade internacional.

Em 1982, Netanyahu juntou-se à missão diplomática de Israel nos Estados Unidos, ocupando o cargo de Vice-Chefe de Missão durante dois anos e, em 1984, foi nomeado embaixador de Israel nas Nações Unidas, ocupando esse cargo durante quatro anos. Conseguiu, neste período, abrir os arquivos da ONU para os crimes de guerra nazis. Tirando partido das suas boas competências em diplomacia e comunicação, esforçou-se para melhorar a imagem de Israel e a necessidade de segurança do seu país, na vida pública americana.

Depois de regressar a Israel em 1988, Netanyahu entrou na arena política e foi eleito deputado pelo partido *Likud* e nomeado Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Serviu nesta posição durante quatro anos, marcado pela Primeira Intifada, Guerra do Golfo e Conferência de Paz de Madrid. Em 1993, é eleito presidente do *Likud* e candidata-se a Primeiro-Ministro, liderando a oposição no período antes e depois do assassinato do Primeiro-Ministro Rabin - um período controverso e de debate sobre os acordos de Oslo e a escalada do terrorismo palestino.

Em 1996, nas primeiras eleições diretas, Netanyahu derrotou o candidato trabalhista Shimon Peres, e tornou-se o 13.º Primeiro-Ministro do Estado de Israel, estando no cargo até as eleições de maio de 1999, quando o líder do *Ha-Avoda*, Ehud Barak ganhou as eleições. Depois de completar o seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro, Netanyahu foi consultor de negócios para empresas de alta tecnologia em Israel e conferencista. Em 2002 regressou à política, primeiro como ministro dos Negócios Estrangeiros (novembro 2002 - fevereiro 2003) e depois como ministro das Finanças (até agosto de 2005).

Em fevereiro de 2009, após as eleições para o 18.º parlamento, o *Likud* de Netanyahu ficou em segundo lugar. No entanto, ele foi encarregado de formar um governo de coligação. O seu segundo mandato como Primeiro-Ministro foi marcado por uma relação tensa com o presidente americano Barack Obama e com o líder da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas. Em maio de 2011, Netanyahu expressou seu apoio à criação de um Estado

palestiniano, afirmando, no entanto que tal Estado teria que ser desmilitarizado e só poderia ser formado através de negociações diretas, bilaterais entre Israel e a Autoridade Palestiniana.

Em outubro de 2012, o *Likud* de Netanyahu e o *Yisrael Beiteinu* de Lieberman, concorrem em conjunto às eleições gerais de janeiro de 2013, conseguindo apenas 31 lugares. Contudo, Netanyahu foi chamado a formar governo e coligou-se com o *Yesh Atid* (de Yair Lapid) e *Habayit Hayehudi* (de Naftali Bennett).

Nas últimas eleições, em março de 2015, e como forma de absorver votos da extrema-direita, Netanyahu afirmou que não havia nenhuma possibilidade do estabelecimento de um Estado palestino, enquanto ele permanecesse primeiro-ministro. Netanyahu já havia sugerido ser a favor de uma solução de dois Estados, com um Estado palestino independente ao lado de Israel. Nos dias imediatamente após a sua eleição, Netanyahu voltou atrás sobre essas palavras, afirmando que estava de facto comprometido com a criação do Estado palestino, mas apenas se as condições no Médio Oriente melhorarem.

Benjamin Netanyahu declarou vitória sobre seus rivais políticos a 18 de março de 2015, obtendo 29 dos 120 assentos no Knesset, sendo o atual Primeiro-Ministro de Israel. Netanyahu é casado com a psicóloga Sara, é pai de três filhos (Noa, Yair e Avner) e tem escrito uma série de livros.

### **Perfil Shimon Peres<sup>7</sup>**

Shimon Peres nasceu a 2 de agosto de 1923, na Polónia (em território atualmente da Bielorrússia), imigrando com a sua família aos 11 anos, para a Palestina sob o Mandato Britânico. Estudou em Tel-Aviv e frequentou uma Escola Secundária Agrícola.

Peres passou vários anos numa *kibbutz* (comunidade coletiva na Palestina, sendo fundador de uma delas) e, em 1943, foi eleito secretário do movimento juvenil trabalhista-sionista. Em 1944, regressou a uma dessas comunidades, onde trabalhou como agricultor e pastor.

Em 1947, depois de ter sido recrutado por David Ben-Gurion e Levi Eshkol para as Forças de Defesa da *Haganah* (organização paramilitar judaica de carácter sionista), Peres ficou com a responsabilidade de coordenar a mão de obra e o armamento, uma atividade que continuou durante o início da Guerra de Independência de Israel. Um ano mais tarde, em

---

<sup>7</sup> Jewish Virtual Library, Shimon Peres, in <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/peres.html>,  
acedido a 3 de maio de 2016

1948, Shimon Peres foi nomeado chefe do Estado maior da Marinha e no final da guerra, assumiu o cargo de Diretor da Delegação do Ministério da Defesa dos Estados Unidos. Posteriormente, estudou na Escola de Nova Iorque para a Investigação Social e em Harvard.

Em 1953, aos 29 anos, Peres foi nomeado pelo Primeiro-Ministro David Ben-Gurion para o cargo de Diretor-geral do Ministério da Defesa, cargo que ocupou até 1959. Durante esse período, modelou as relações especiais entre Israel e a França, estabeleceu as indústrias aeronáuticas eletrônicas de Israel, bem como o seu programa nuclear e comandou a Campanha do Sinai. Em 1959, foi eleito para o Parlamento de Israel e até 1965, foi ministro adjunto da Defesa. Em 1965, juntamente com David Ben-Gurion, deixou o *Mapai* e tornou-se Secretário-Geral do *Rafi* (Trabalhadores de Israel). Os dois partidos uniram-se e deram origem ao *Ha-Avoda* em 1967, com a contribuição de Peres. Em 1969, Shimon Peres tornou-se ministro da Absorção de Imigrantes e assumiu a responsabilidade dos Territórios Ocupados. De 1970 a 1974, ele foi ministro dos Transportes e Comunicações. De 1974 até 1977, foi ministro da Defesa, revitalizando e fortalecendo as Forças de Defesa de Israel, participando nas negociações do segundo acordo interino com o Egito e promovendo relações positivas com a população do Sul do Líbano.

Após a demissão de Rabin em 1977, Peres ocupou o lugar de Primeiro-Ministro interino. Contudo, o *Ha-Avoda* foi derrotado nas eleições gerais de 1977 - após trinta anos de hegemonia política – e Peres foi eleito presidente do partido, e ainda vice-presidente da Internacional Socialista.

Peres propôs o estabelecimento de um Governo de Unidade Nacional após as eleições de 1984. Peres desempenhou o cargo de Primeiro-Ministro, em dois mandatos não consecutivos. O seu primeiro mandato foi durante 1984-1986 baseado num sistema de rotação com o *Likud*. De 1986 a 1988, ele foi Vice-Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, e de 1988-1990, foi Vice-Primeiro-Ministro e ministro das Finanças. Neste papel, tentou recuperar a economia após a guerra de 1982 no Líbano, conseguindo o apoio da *Histadrut* (sindicatos de Israel) para reduzir a taxa de inflação anual de 400% para 16%. Peres também foi fundamental para a retirada das tropas do Líbano e o estabelecimento de uma zona de segurança no Sul do Líbano.

Após a vitória do *Ha-Avoda* nas eleições de 1992, Shimon Peres foi novamente nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, iniciando e conduzindo as negociações que levaram à assinatura da Declaração de Princípios com a OLP, em 1993, e que lhe rendeu o



Prémio Nobel da Paz em 1994, em conjunto com Rabin e Arafat. Peres esforçou-se por promover as relações com os países árabes, como parte de sua visão de um "Novo Oriente Médio". O segundo mandato de Peres como Primeiro-Ministro aconteceu depois do assassinato de Yitzhak Rabin em novembro de 1995, tendo sido escolhido pelo *Ha-Avoda* como sucessor de Rabin, e recebendo um voto de confiança por parte do Parlamento. Peres foi Primeiro-Ministro e ministro da Defesa até as eleições de maio de 1996, esforçando-se para manter a dinâmica do processo de paz, apesar de uma onda de ataques terroristas palestinos contra civis israelitas.

Em 1996, ele fundou o Centro Peres para a Paz, com o objetivo de construir uma infraestrutura para a paz por e para o povo do Médio Oriente, através do desenvolvimento socioeconómico, promovendo ao mesmo tempo a cooperação e compreensão mútua entre parceiros israelitas e árabes nos campos da economia, da cultura, educação, saúde, agricultura e meios de comunicação.

De 1996 a 1999, foi membro do Comité de Assuntos Exteriores e Defesa do Parlamento, e em 1999 foi feito presidente honorário da Internacional Socialista. Peres foi Ministro da Cooperação Regional de julho de 1999 até março de 2001, e posteriormente nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e Vice-Primeiro-Ministro no governo de Ariel Sharon, nele se mantendo até outubro de 2002, quando renunciou junto com outros ministros.

Em 2005, Peres perde a liderança do *Ha-Avoda* para Amir Peretz e anuncia que vai deixar o partido (depois de mais de 60 anos) para ajudar o Primeiro-Ministro Ariel Sharon a perseguir a paz com os palestinos. Antes das eleições para o 17.º parlamento, Peres junta-se assim ao recém-fundado *Kadima*. Em maio de 2006, Shimon Peres foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e ministro do Desenvolvimento do Negev e Galileia.

Em 13 de Junho de 2007, o Shimon Peres foi eleito o nono presidente de Israel para um mandato de sete anos. Esteve no cargo até 2014.

Exatamente cinco anos mais tarde, em 13 de junho de 2012, o presidente dos EUA, Barack Obama concedeu a Peres a "Medalha Presidencial da Liberdade", maior honra civil dos Estados Unidos, pelas suas "contribuições meritórias para a paz mundial."

Shimon Peres é casado com Sonya e tem uma filha (Zvia), dois filhos (Yonathan e Nehemia) e seis netos e também tem livros editados.

Shimon Peres é um dos políticos israelitas mais relevantes, tendo sido o primeiro político a desempenhar os cargos de Primeiro-Ministro e de Presidente de Israel.

## **Capítulo 4 – Referências à Religião e Identidade Judaica nos discursos de Netanyahu e Peres**

### **4.1 Metodologia**

Como já foi referido anteriormente, o objeto deste estudo é analisar a retórica sobre a identidade e religião judaicas no discurso da elite política israelita, no período do 33.º Governo de Israel de 2013 a 2015. Após uma análise socioeconómica ao 33.º Governo (capítulo 3), analisaram-se os discursos dos dois maiores líderes políticos israelitas neste período – o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu e o Presidente Shimon Peres. Estes discursos estão disponíveis nas páginas oficiais dos respetivos gabinetes, tendo sido fácil o seu acesso. De salientar que a quantidade de discursos disponíveis do Primeiro-Ministro (86 discursos) é substancialmente superior aos do Presidente (12 discursos).

Os 86 discursos de Netanyahu e os 12 de Peres durante o período 33.º Governo (2013-2015) foram examinados através da técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é uma técnica útil para análise de discurso, pois o seu objetivo consiste na compreensão crítica da comunicação e do seu conteúdo e significados, quer latentes, quer manifestos (Chizzotti, 2006, apud Mozzato e Grzybovski, 2011, p. 734). Com esta técnica é possível condensar dados, categorizar e uniformizar, facilitando a sua análise e interpretação (Silva et al. 2013). Este método apresenta vantagens e desvantagens. Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), a análise de conteúdo pode contribuir para uma redução da complexidade na análise e para facilitar a comparação entre casos, embora isso dependa por exemplo da qualidade da elaboração concetual feita pelo investigador ou do esquema de análise e das categorias. Por outro lado, Mozzato e Grzybovski (2011, p. 740) mencionam algumas limitações, como o facto de “carregar um ideário de metodologia quantitativa” e de exigir inferência do pesquisador nas diferentes fases do processo de análise de conteúdo.

Vários autores (Bardin 2006, Mozzato e Grzybovski 2011, Silva et al. 2013) decompõem as três fases da análise de conteúdo: 1) Pré-análise, que consiste na escolha das fontes documentais e na formulação de hipóteses para posterior interpretação; 2) Exploração do material, que consiste na codificação, na definição de categorias de análise (rubricas que reúnem um grupo de elementos com caracteres comuns, sob um título genérico) e na identificação das unidades de registo (segmento de conteúdo, temas, palavras ou frases); 3)

Tratamento dos resultados, inferência e interpretação, destacando-se as informações para análise.

Segundo Bardin (2006), a codificação (representação do conteúdo ou sua expressão), a classificação e a categorização (agrupamento de elementos segundo critérios) são essenciais na segunda fase (Bardin, 2006) e facilitam as interpretações. Neste estudo, as categorias foram selecionadas com base no objetivo de estudo desta tese – identidade judaica e religião – analisando as referências de Netanyahu e Peres aos temas relacionados com estas duas temáticas, assim como a sua frequência ao longo dos discursos. A terceira e última fase consiste numa análise reflexiva e crítica (Bardin, 2006).

Foi feita uma leitura cuidada dos referidos discursos, agrupando o conteúdo desses discursos em categorias, posteriormente decompostas em componentes às quais foram atribuídas uma frequência de ocorrência e às quais foram acrescentadas algumas citações que servem de exemplo. De salientar que a frequência de ocorrência é contabilizada apenas uma vez por discurso, isto é, se uma palavra aparecer 5 vezes num discurso, é apenas referido que a palavra aparece no discurso X. O importante é perceber, no universo de discursos, quais abordam determinados temas.

Espera-se que os dois líderes – com percursos bastante diferentes – possam ter diferentes abordagens relativamente à questão da identidade judaica e façam diferentes referências religiosas nos seus discursos oficiais.

Foram colocadas as seguintes hipóteses, às quais se espera responder depois de feita a análise aos discursos:

H1 – O 33.º Governo liderado por Netanyahu teve que se coligar com partidos de base religiosa (*HaBayit HaYehudi*) e por isso espera-se que Netanyahu apresente mais temas “religiosos” nos seus discursos, relativamente a Shimon Peres;

H2 – Devido à construção de um Estado que tem na sua base uma identidade judaica, ambos os líderes, sionistas, apresentarão uma retórica de orgulho nacional e de reforço dessa mesma identidade;

## **4.2 Análise dos Dados**

Depois da recolha dos discursos dos dois líderes – Peres e Netanyahu e tendo em conta o objetivo da tese: referências à identidade e religião judaicas – foram identificadas quatro grandes categorias: identidade judaica, orgulho nacional, referências religiosas e

ameaças ao Estado de Israel. Dentro destas categorias foram criadas componentes de acordo com o conteúdo presente no discurso dos dois líderes. De salientar que as ameaças ao Estado de Israel foi uma categoria criada pelo facto de alguns países/fenómenos colocarem em perigo a identidade judaica (o holocausto no passado e Irão no presente), segundo o discurso de ambos os líderes.

#### 4.2.1 Discursos de Shimon Peres

Os discursos de Shimon Peres foram maioritariamente acedidos através da sua página oficial, no período selecionado (2013-2015), apesar da sua presidência ter durado sete anos (de 2007 a 2014). Felizmente, quase todos os discursos acedidos se situam nos últimos dois anos do seu mandato – 2014 e 2013, o que corresponde ao nosso objeto de análise. Na tabela seguinte elencou-se o título do discurso, a data (do mais recente ao mais antigo) e fonte.

*Tabela 7 – Lista dos discursos de Shimon Peres analisados*

#	Título do discurso	Data	Fonte
1	Address by the President of the State of Israel at the European Parliament, Strasbourg	12/03/2013	President of the State of the Israel
2	Welcoming ceremony for the President of the United States Barack Obama, Remarks by President of the State of Israel, Shimon Peres	20/03/2013	Prime Minister Office
3	Holocaust Martyr's and Heroes' Remembrance Day	07/04/2013	President of the State of the Israel
4	Remarks by President Peres at the opening commemoration ceremony of the Israel's Memorial Day for fallen soldiers and victims of terror	15/04/2013	President of the State of the Israel
5	Speech by President Peres at the July 4th Celebrations at the US Embassy in Tel Aviv	04/07/2013	President of the State of the Israel
6	Address by the President of the State, Shimon Peres	04/08/2013	President of the State of the Israel
7	A speech before the Dutch Parliament, Address by the H.E. Shimon Peres, President of the State of Israel, To the Senate and House of Representatives of the Netherlands, The Hague	01/10/2013	President of the State of the Israel
8	Eulogy by President Peres for former Prime Minister, Ariel Sharon	13/01/2014	President of the State of the Israel
9	David Cameron and Shimon Peres press conference	12/03/2014	UK Government
10	Remarks by President Peres at the opening commemoration ceremony of Israel's Memorial Day	05/05/2014	President of the State of the Israel

11	President Shimon Peres addressed Congress for the last time as Israel's president	25/06/2014	<i>Haaretz</i>
12	Farewell speech by President Shimon Peres, Address to the Knesset plenum	24/07/2014	Israel Ministry of Foreign Affairs

Após ler cuidadosamente os 12 discursos do presidente do Estado de Israel no período de 2013 a 2015, efetuou-se uma análise de conteúdo a esses discursos, começando por identificar dentro das principais categorias – identidade judaica, orgulho nacional, referências religiosas, e ameaças ao Estado de Israel – as componentes que a compunham.

*Tabela 8 – Análise de conteúdo dos discursos de Shimon Peres: identidade Judaica e Orgulho Nacional*

<b>Categorias</b>	<b>Componentes</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Discursos</b>
<b>Identidade Judaica</b>  D1, D2, D3, D6, D8, D9, D10, D11, D12 (N: 9)	Património, tradição e cultura	“we will continue with this great legacy”, “respecting its traditions”, “our values and heritage”, “respect the old” (past), “our ancient homeland”, “fulfill the teachings of our heritage”, “moral heritage”, “this is a moral country”, “moral call”, “Preservation of their morals and values”, “moral voice”, “moral responsibility”, “we must maintain our moral legacy”	D1, D2, D3, D4, D5, D7, D10, D11, D12
	Talento e Coragem	“Our human resources are far more precious than wells of oil or mines of gold”, “endless talent”, “dedicated citizens”, “bravery and courage”, “bravery of the Jews in the Holocaust”	D2, D3, D7, D10, D12
	Caráter judaico do Estado	“The state of Israel which is a Jewish homeland in its nature and in its constitution”; “Israel will continue to be Jewish in its legacy and democratic in its practices”, “the Jewish state”	D3, D10, D11, D12
	Terra Prometida	“until the promised land becomes a land of promise”	D5, D7, D8
<b>Orgulho Nacional</b>  D1, D2, D3, D6, D7, D9, D10, D11, D12 (N: 9)	Tecnologia e Inovação	“Will continue to excel in its scientific level on a global scale”, “we became a start-up nation through high-tech and hard work”, “Israel is advanced”	D1, D7, D11, D12
	As Forças de Defesa Israelitas	“courage and spirit of the soldiers”, “Its power is great. The country is proud of its army”, “our beloved army”, “bravery of her fighters”, “heroism of the fighters”	D3, D4, D10, D12
	Orgulho em pertencer ao Estado de Israel	“Israel is an exemplary state”, “fantastic achievements that place this country at the forefront of the world”, “there is no limit to our pride”, “Israel's strength is drawn from its unity”, “a thriving democracy, a diverse society, a leading defense force”, “we, Israelis, are not like any other people”, “a unique	D1, D2, D3, D4, D6, D7, D10, D11, D12

		country”, “be proud of this wonderful creation called the State of Israel”, “we created a democratic society, free, pluralist, varied”, “at this historic place called the State of Israel”, “we decreased in number but not in spirit” (Israelis), “Israeli spirit”, “Israel has been attacked seven times in its 65 years of existence. We were outmanned and outgunned...No other people experienced anything similar”, “a nation that walked through the desert to reach its home, its destiny”	
--	--	---	--

Do que podemos retirar dos discursos de Shimon Peres, tanto a identidade judaica como o orgulho nacional relativamente ao Estado de Israel estão presentes na maioria dos discursos. Nove dos doze discursos têm referências a estas duas categorias. Relativamente à identidade judaica, e do que pudemos analisar no discurso de Peres, esta pode ser decomposta nos seguintes componentes:

- “Tradição”, “património” e “cultura” (referidos em 9 discursos): neste componente encontramos um foco no carácter e legado moral do país (referido em 8 discursos), na importância da ancestralidade e na necessidade de preservação da cultura do povo judeu;

- “Talento” e “coragem” (referido em 5 discursos): neste componente o povo judeu vê as suas características de “coragem” (por exemplo durante o Holocausto) e “talento” enaltecidas pelo Presidente Peres;

- “Carácter judaico e democrático do Estado” (referido em 4 discursos): neste componente o Presidente Peres designa Israel como um país democrático e ao mesmo tempo judaico;

- “Terra Prometida” (referido em 3 discursos): neste componente, Peres foca o seu discurso na importância histórica da “terra prometida”, que seja de facto um local de prosperidade e promessas;

No que se refere ao orgulho nacional, o discurso de Peres pode desdobrar-se nos seguintes componentes:

- “Tecnologia” e “inovação” (referido em 4 discursos): neste componente Peres incide sobre a capacidade do Estado de Israel em produzir inovação e estar na vanguarda da tecnologia;

- “Forças de Defesa Israelitas” (referido em 4 discursos): neste componente Peres reforça o papel central das Forças de Defesa Israelitas no país, vista como um baluarte da nação e fonte de coragem e heroísmo;

- “Orgulho em pertencer ao Estado de Israel” (referido em 9 dos discursos): neste componente, Peres enaltece o Estado de Israel, o orgulho que deve existir na sua construção, nos feitos alcançados ao longo do tempo e no caráter democrático do Estado.

Quanto às referências religiosas e como podemos ver na tabela abaixo, onze dos doze discursos têm referências religiosas (tabela 9).

*Tabela 9 – Análise de conteúdo dos discursos de Shimon Peres: referências religiosas*

<b>Categorias</b>	<b>Componentes</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Discursos</b>
<b>Referências Religiosas</b>  D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D10, D11, D12 <b>(N: 11)</b>	Bênção	“his blessed life”; “God bless you all”; “may your memory be blessed”; “we were blessed with a rich history”	D5, D7, D8, D10, D11
	Alusão aos Profetas e outras personagens relevantes	“the social vision of the prophet Amos as the political vision of the prophet Isaiah”; “Vision of its prophets”, “Moses”, “We and the Palestinians are different nations who are the children of the same father – Abraham.”	D2, D5, D7, D10, D12
	Alusão aos livros sagrados	“Biblical touch”; “Peace is a moral call from our Torah”, “we both respect the ancient bible” (Israelis and Americans), “Jewish history continues to move forward on two parallel tracks: The moral track, encapsulated in the Ten Commandments”	D2, D5, D7, D10, D12
	Oração	“I carry the prayers of our people”; “we should pray”, “the cradle of all believers, of all prayers”, “with deep belief”, “the future requires believers, not necessarily experts”	D2, D3, D6, D7, D12
	Milagres	” miracles of Israel”, “a miracle in the eyes of the Jews”, “to receive its miracle”, “Today’s miracles”	D1, D7, D8, D10, D12
	Família Judaica	“Our brothers and sisters”; “sons and daughters”	D7, D10, D12
	Sagrado	“Israel is rich in holiness”; “holy city”, “holy land”, “sacred stones of the Kotel”	D4, D6, D7
	Servilismo	“be servants of the future”, “The pilgrims who arrived to America on the Mayflower and the founding fathers who wrote the American Constitution, carried the vision of the prophets”, “my first dream was to be a shepherd”;	D1, D5, D11

Iluminação (Luz, Velas)	“with your face full of light”, “his light will continue to illuminate” (Peretz Hochman), “We shall not forget that the righteous among the nations carried candles of light in the darkness”	D1, D3, D12
Mal, Maldição	” Nazi evil”, “Even if we serve as a target for evil”, “It must not stop until slavery, in all its forms, is stopped. In every place, in every situation. Until the winds of freedom blow away the stench of racism and decimate the evil smoke”, “cursed with meagre geography” (Israel)	D3, D7, D12
Alma	“the soul of the Jewish people”, “great hopes in my soul”	D1, D2
Redenção/ Ressuscitar	“spiritual redemption”, “resurrected from the ruins”	D3, D12
Fé	“his soldiers followed him with total faith” (Arik Sharon)	D8, D12
Devoção	“devotion to peace”; “devotion of people”	D1, D7
Rabino	“As the grandson of a Rabbi”, “advised wisely our late chief Rabbi Kook <sup>8</sup> ”	D7, D11
Outras referências	“Lord will give strength to his people”, “Deserve eternal glory”, “being different is a right, not a sin”	D3, D4, D5

Do que pudemos constatar, existem palavras com teor religioso que são recorrentes dos discursos (“bênção”, “oração”, “milagres” aparecem em 5 dos discursos), assim como algumas alusões, por exemplo aos profetas e outras personagens relevantes (ex. Abraão) e aos livros sagrados como a Bíblia ou a Torá (também presente em 5 dos discursos), que constituem segundo Peres, guias de conduta.

Outros temas de teor religioso utilizados em 3 dos discursos são: a família judaica (conceito traduzido pelo tratamento dos cidadãos judeus por “filhos e filhas”, “irmãos e irmãs”), o servilismo (através de por palavras como “servos”, “peregrinos”, “pastor”), a referência à iluminação no sentido literal do termo (velas, luz), ao “sagrado” e ao “mal/maldição” de que foram alvo ao longo da história. A referência ao “pastor” prende-se com um dos sonhos cumpridos de Peres: o de se tornar pastor de uma comunidade.

Os temas usados em 2 dos discursos foram: “alma”, “redenção/ressuscitar”, “fé”, “devoção” e “rabino” e por últimas referências feitas apenas num dos discursos foram: “Deus”, “Glória” e “Pecado”.

<sup>8</sup> O Rabino Kook (1865-1935) foi o primeiro rabino chefe asquenaz de Israel durante o Mandato Britânico da Palestina (Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Abra%C3%A3o\\_Isaac\\_Kook](https://pt.wikipedia.org/wiki/Abra%C3%A3o_Isaac_Kook) )



Como já explicado anteriormente, analisámos também a categoria “Ameaças ao Estado de Israel”, constituídas por duas componentes (Holocausto e Irão) pois considerámos que colocam em causa a identidade do povo judeu (tabela 10).

*Tabela 10 – Análise de conteúdo dos 12 discursos de Shimon Peres: Ameaças ao Estado de Israel*

<b>Categorias</b>	<b>Componentes</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Discursos</b>
<b>Ameaças ao Estado de Israel</b> D1, D3, D5, D7, D11, D12 <b>(N:6)</b>	Holocausto /Nazis/ Shoah	“the abyss of Holocaust”, “The darkness of the Shoah”, “murdered by the Nazis”, “there is no great horror in the history of mankind”, “Jews were murdered in Europe”	D1, D3, D7, D11, D12
	Irão	“prevent Iran from acquiring a nuclear weapons capability”, “Iranian nuclear threat”, “It is a danger to the entire world”, “openly deny the Holocaust and threaten another holocaust”, “a dictatorship cloaked in a religious mantle”	D1, D3, D5, D7, D11

Do que pudemos analisar, o presidente Peres fala das ameaças ao Estado de Israel (em 5 discursos), referindo o Holocausto (5 discursos) e o Irão (5 discursos). Estas duas ameaças são relevantes para o nosso estudo, uma vez que o Holocausto é considerado um ataque ao povo judeu e o Irão é visto pelo Presidente como constituindo a ameaça de um novo Holocausto, colocando novamente em causa a segurança do povo judeu.

#### **4.2.2 Discursos de Benjamim Netanyahu**

Os discursos de Netanyahu durante o 33.º Governo (2013-2015), foram todos acedidos através da página oficial do gabinete do Primeiro-Ministro. Em anexo constará a listagem de todos os discursos aqui referidos e analisados (Anexo 1).

Foi utilizado o mesmo método anteriormente descrito. Após análise dos discursos, foram elencadas as mesmas categorias – identidade judaica, orgulho nacional, referências religiosas e ameaças ao Estado de Israel e dividiram-se as mesmas em componentes de acordo com o teor do discurso, acompanhado da frequência da ocorrência das componentes por discurso, assim como algumas citações exemplificativas. No caso da mesma componente/termo ser encontrado mais do que uma vez num discurso, é contabilizado apenas como um. Dos 86 discursos do Primeiro-Ministro, dois deles não tinham conteúdo relevante (D33 e D71), pelo que foram analisados e categorizados 84 discursos.

Na tabela seguinte encontramos o detalhe das categorias identidade judaica e orgulho nacional (tabela 12), subdivididas em diferentes componentes.

Tabela 11 – Análise de conteúdo dos discursos de Netanyahu: identidade Judaica e orgulho nacional

<b>Categorias</b>	<b>Componentes</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Discursos</b>
<b>Identidade Judaica</b>	Caráter judaico e democrático do Estado	“Jewish state of Israel”, “This is the nation of the Jewish People”, “The national Jewish identity of the State of Israel”, “The rebirth of Jewish sovereignty here in the State of Israel”, “Jewish national home”, “Jewish nation, a Jewish state in the land of Israel”, “The state of Israel as a Jewish and democratic state”, “The Jewish people have no future without the State of Israel”, “Jews are a people with the right for self-definition”, “with a very deep Jewish-historic awareness”, “the connection between Israel and the Jewish people”, “the one and only Jewish State/ of Israel”, “the one and only Jewish homeland”	D1, D10, D13, D14, D17, D18, D19, D24, D25, D26, D29, D32, D34, D35, D36, D39, D41, D42, D43, D44, D47, D52, D53, D67, D74, D75, D76, D78, D79, D80, D83, D85, D86 <b>(D: 33)</b>
	Tradição, Patrimônio e Cultura	“the spirit of Maccabees was rediscovered”, “Talmudic tradition did across Jewish communities”, “The most important tradition that we have is that we cherish our heritage”, “investing in our common future, in our culture, in our bond”, “strengthening the Jewish identity”, “contribution to the eternal heritage of the people of Israel”, “securing the Jewish traditions”, “He said the Jewish people are a fossil”, “almost 4,000 years ago, and the Jewish people lived here for almost 2,000 years ago and then were gradually dispersed”, “I think there’s a special culture. The Jewish people have always treasured education and knowledge”, “The Jewish were unique in this because we were one of the few if not the only broadly literate people in antiquity, and we were literate when nobody else was, in ancient times and throughout the Middle Ages”, “unique combination of our past heritage and the way that we look to the future with our force and talents”, “the force of culture is really the strength of identity, the appreciation of our heritage, the education we give to our children the pride we have in our history, in our state, in our common bond”, “there is a force within our people that has allowed us to turn our country into an amazing success story”, “As representatives of an	D1, D2, D14, D16, D17, D18, D19, D24, D34, D37, D38, D39, D41, D42, D47, D49, D50, D52, D53, D55, D58, D63, D65, D66, D67, D68, D69, D70, D74, D75, D76, D78, D79, D80, D82, D83, D84, D85, D86 <b>(N:55)</b>

		ancient and proud people”, There’s a tremendous bond and tremendous pride what we have been able to overcome the iron walls of history and rise from the ashes”, “Be proud of your Jewish heritage”	
	Ligação ao território	“this is our homeland”, “take his family to the Jewish homeland to help build a future for the Jewish people”, “We reestablished our sovereign state in our ancestral homeland, the land of Israel”, “today we are an independent and sovereign people in our ancestral homeland”, “a people that survived for thousands of years against all odds, returned to their homeland, rebuild their homeland”, “we have had a singular attachment to this land for over 3,000 years”, “the right to join their Jewish brothers and sisters in our historic homeland”, “We are among the few people with a connection to their homeland spanning thousands of years, and there is no other people torn from their land who defied the rules of history and returned to establish a national life in that land”	D1, D10, D13, D14, D16, D17, D21, D24, D29, D34, D36, D39, D41, D42, D43, D48, D49, D63, D66, D67, D70, D74, D78, D76, D80, D83 (N:26)
	Relação com a Diáspora	“Any Jew who wishes to immigrate to Israel will be welcomed with open arms and warm and accepting hearts”, “Israel is home. It is the heart of our people. Come and join us”, “I want you to come back on Aliyah <sup>9</sup> and help us build this country”, “You are welcome in your return to Zion <sup>10</sup> ”, “Tremendous bond between Israel and the Jewish communities of the United States and Canada”, “proud of its Jewishness and proud of Canada”, “assistance that we could give to the Diaspora to maintain our common identity”, “Stand up proud as Jews”	D14, D16, D24, D26, D28, D29, D36, D41, D46, D50, D52, D54, D55, D67, D74, D75, D85 (N: 17)
	O estatuto especial de Jerusalém	“the eternal undivided capital of the Jewish People and the Jewish State”, “the cradle of our common civilization, the crucible of our shared values”, “the capital of the Jewish people for the past 3,000 years”, “the foundation for our existence as a sovereign	D14, D19, D24, D26, D29, D36, D41, D42, D48, D49, D65, D68, D69, D70, D74, D79 (N: 16)

<sup>9</sup> Aliá ou Aliyah (hebraico) é o termo que designa a imigração judaica para a Terra de Israel (in <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ali%C3%A1>)

<sup>10</sup> Sião (em português) é usada figurativamente de Israel como o povo de Deus (Isaías 60:14)

		nation”, “the right to stand tall and proud at the walls of Zion”, “Kotel <sup>11</sup> belongs to all the Jewish people”	
	Inteligência e Talento	“you always look at the future...this is a very Jewish trait”, “20%, or slightly more if I am not mistaken, of Nobel prizes are Jewish”, “our people never stopped investigating”, “Jewish people have shown a remarkable genius in many fields”, “fertile minds of our people”, “outstanding individuals who contribute to the rapid pace of change and the most innovative changes in our world”	D8, D10, D17, D24, D25, D43, D47, D52 D53, D63, D69, D75, D84 <b>(D: 13)</b>
<b>Orgulho Nacional</b>  D1, D2, D3, D4, D5, D7, D9, D11, D12, D14, D16, D19, D20, D21, D22, D23, D24, D26, D29, D32, D35, D36, D37, D38, D39, D40, D41, D42, D43, D45, D47, D48, D50, D52, D53, D55, D56, D58, D59, D61, D63, D66, D67, D69, D70, D72,	Tecnologia e Inovação	“we have abundant innovation, technological capabilities, entrepreneurship, synergy and cooperation”, “Israel is one of the few advanced countries in the cyber field”, “Israel is often called the Start-up nation. I call it the Innovation nation”, “the epicenter of world innovation right now”, “the concentration of exceptionally gifted hi-tech start-up companies”, “among the most advanced countries in this sphere”, “tremendous technological capabilities”, “Israel is the repository of great genius, great creativity, entrepreneurship, innovation, scientific capability, out-of-the box thinking”, “Has cows that produces the most milk per cow”, “We produce more knowledge-based products per capita at the highest level in the world”, “ Israel right now has about 7% of the world’s cyber market”	D1, D5, D9, D19, D23, D24, D26, D35, D37, D38, D39, D40, D41, D42, D47, D52, D53, D55, D61, D63, D70, D82 <b>(N: 22)</b>
	Forças de Defesa Israelitas	“glorious heroes”, “unparalleled bravery”, “ensures the future of the Jewish state”, “magnitude of their heroism”, “valiant fighters”, “there is no place that the long arm of the State of Israel cannot reach and will not reach in order to protect the State of Israel”, “The IDF was and remains the thing that stands between us and annihilation”, “the proud soldiers, the brave soldiers”, “the Entire nation owes you its deep gratitude”, “what courage what comradeship, what unity, what sacrifice”, “courageous fighters, imbued with a sense of mission”	D2, D3, D7, D11, D16, D20, D21, D22, D39, D42, D43, D45, D50, D55, D56, D58, D59, D63, D66, D69, D74, D80, D82, D83 D84, D85, D86 <b>(N: 27)</b>

<sup>11</sup> Kotel refere-se ao Muro das Lamentações, em Jerusalém.

D74, D79, D80, D82, D83 D84, D85, D86 <b>(N: 54)</b>	Orgulho em pertencer ao Estado de Israel	“citizens and people of Israel”, “We are all one family and one people”, “all of Israel’s citizens”, “part of the people of Israel’s culture”, “Israel is an amazing story”, “speak on behalf of my people, the people of Israel”, “The nation of Israel”, “Israel is our true home”, “established, 65 years ago, an independent state”, “the State of Israel is a wonder of the world”, “The establishment of the State of Israel”, “The state of Israel will continue to prosper and flourish as long as we are ready to defend ourselves in every situation”	D2, D4, D7, D10, D13, D14, D16, D17, D18, D19, D21, D22, D29, D31, D32, D35, D36, D39, D40, D42, D43, D45, D48, D50, D56, D61, D63, D67, D75, D77, D82, D83, D84 <b>(N:33)</b>
	Democracia e tolerância	“the only stable country and the only real, functioning democracy”, “this is a democratic, free, advanced, vibrant and strong country”, “the only place where you have freedom, tolerance, protection of minorities, protection of gays, protection of Christians and all other faiths is Israel”, “Israel is a pluralist, vibrant multi-party democracy”, “Our judiciary is fiercely independent and we’re proud of this”, “the only place in a very broad area in which such equal rights are given to everyone regardless of their nationality, regardless of their race or origin”, “proud of our vibrant democracy and our strong democratic institutions”, “In the dark, and savage, and desperate Middle East, Israel is a beacon, of light, and of hope”, “Secure and prosperous and developed country”, “democratic nature of the State of Israel”	D4, D12, D19, D20, D32, D35, D36, D42, D45, D48, D52, D53, D55, D63, D69, D70, D72, D79, D85 <b>(N: 19)</b>

No caso de Netanyahu, os assuntos relacionados com a identidade judaica são referidos em 55 dos seus discursos (mais de 50%). Analisando o conteúdo dos seus discursos, podemos decompor a identidade judaica em seis componentes:

- “Caráter judaico e democrático do Estado” (referido em 33 discursos): nesta componente, Israel é o país e a nação dos judeus e o Estado é democrático e judaico. Além disso Netanyahu reforça o caráter “único” e “judaico” do Estado de Israel;

- “Tradição”, “património” e “cultura” (em 31 dos discursos): tal como Peres, os discursos de Netanyahu apresentam um grande peso neste componente, onde são

mencionados os Macabeus (exército rebelde judeu no período antes de Cristo), a tradição do Talmude (livro sagrado dos judeus), a importância de preservar o património e a identidade judaica, acentuando o seu atributo ancestral e a relação entre “educação, “identidade” e “património”;

- “Ligação dos Judeus ao território” de Israel (referido em 26 discursos): neste componente, a terra de Israel é vista como pertencendo aos Judeus, desde a ancestralidade, existindo um direito e uma ligação forte e histórica com a terra de Israel. Existe também a associação da terra à soberania do país;

- A “ligação com a Diáspora” é mencionada em 17 discursos e consiste num convite aberto do Presidente Netanyahu aos Judeus que estão imigrados, referindo que a terra de Israel lhes pertence. Além disso o Estado de Israel quer manter e reforçar a aliança e ligação com a diáspora (comunidades judaicas espalhadas pelo mundo), com o objetivo de preservar a herança judaica;

- O “estatuto especial de Jerusalém” é mencionado em 16 discursos. Neste componente, Netanyahu refere-se a Jerusalém como uma cidade, uma capital sagrada, descrita como a capital do povo judeu.

- A “inteligência” e “talento” do povo judeu são características mencionadas em 13 discursos, sublinhando os feitos dos Judeus (prémios Nobel), a sua capacidade intelectual e olhar no futuro;

Na categoria do “orgulho nacional”, esta está presente em mais de 50% dos discursos (56 em 84) e desdobra-se nos seguintes componentes:

- “Tecnologia” e “inovação” (referido em 22 dos discursos) que consiste nos feitos alcançados por Israel e no seu posicionamento enquanto país “evoluído” e “avançado” científica e tecnologicamente. O Primeiro-Ministro menciona as condições criadas e a capacidade da nação israelita em posicionar-se como referência mundial em algumas áreas (como por ex. o ciberespaço).

- “Orgulho e pertença ao Estado de Israel” (referido em 33 discursos) que consiste no orgulho do povo pelos “sucessos” da nação israelita, pela construção deste Estado, a identificação com a nação judaica, uma história incrível de construção e entrelaçada, uma grande família;

- Forças de Defesa Israelitas (referido em 27 dos discursos), que consiste no enaltecer do exército israelita, da sua coragem e da sua importância fulcral em manter o Estado de Israel seguro e livre de ameaças;

- “Democracia” e “tolerância” (referido em 19 discursos) que consiste no facto do Estado de Israel apresentar leis progressistas e na exaltação do Estado de Israel enquanto “único estado democrático” na zona do Médio Oriente, em que os valores “europeus” são mantidos (liberdade, tolerância, respeito pelos outros).

Quanto à categoria das referências religiosas, estas estão presentes em 60 discursos de Netanyahu divididas pelas várias componentes, ou neste caso temas (Tabela 13).

*Tabela 12 - Análise de conteúdo dos discursos de Netanyahu: referências religiosas*

<b>Categorias</b>	<b>Componentes</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Discursos</b>
<b>Referências Religiosas</b> D1, D2, D3, D7, D9, D10, D11, D12, D13, D14, D16, D17, D18, D19, D20, D21, D22, D24, D25, D26, D28, D29, D35, D36, D37, D38, D40, D41, D42, D43, D45, D46, D47, D48, D49, D50, D52, D58, D59, D60, D63, D64, D65, D66, D67, D68, D69,	<b>Bênção</b>	“May the memory of Prime Minister Yitzhak Rabin be forever blessed”, “God bless you all”; “We have great blessings”	D3, D10, D11, D12, D13, D16, D19, D20, D21, D22, D25, D37, D38, D41, D45, D49, D50, D68, D69, D74, D77, D79, D80, D83, D84 <b>(N: 25)</b>
	<b>Alusão aos Profetas e outras personagens relevantes</b>	” Isaiah, our great prophet of peace”, “In the words of the Prophet Zachary”, “as the prophet Amos said “, “the fallen shelter of David”, “Rachel the Matriarch, the mother of the nation”, “Jacob dreamed his dreams”, “Moses led our people from slavery to the gates of the Promised Land”	D2, D9, D12, D16, D17, D20, D22, D28, D29, D36, D42, D43, D45, D48, D49, D50, D59, D63, D64, D67, D70, D80, D82 <b>(N: 23)</b>
	<b>Eterno/ Eternidade</b>	“light the eternal flame”, “for all eternity”, “May the memories of the fallen be forever blessed and their lives tied to the eternity of Israel”, “The eternal one of Israel”, “eternal nation”	D3, D7, D12, D13, D19, D42, D48, D49, D50, D58, D65, D69, D70, D74, D79, D82, D83, D84 <b>(N: 18)</b>
	<b>Alusão aos livros sagrados</b>	“There is no flour without the Torah”, “every child in Israel connects with our historic and cultural roots and study the Torah”, “it says in the Book of Jacob”, “The bible is not only the foundation of our existence, it is also the bellows that	D1, D7, D17, D19, D25, D28, D41, D42, D43, D45, D46, D48, D49, D50, D75, D80 <b>(N: 16)</b>

D70, D72, D74, D75, D76, D77, D79, D80, D82, D83, D84, D85, D86  (N: 60)		fans the flame of Zionism in everything that we do in the State of Israel today”, “The Bible articulates man’s relationship with his fellow man”	
	<b>Família judaica</b>	“Our brothers and sisters, flesh of our flesh, part of our nation”, “Our sons and daughters”	D2, D3, D16, D21, D26, D29, D43, D45, D50, D74, D75, D82, D83, D84 (N: 14)
	<b>Deus</b>	“God bless the State of Israel”, “God willing”, “the Jewish outlook in the ancient world that all people were created in God’s image”	D22, D40, D41, D48, D52, D69, D74, D79, D80, D85 (N: 10)
	<b>Mal, Maldição</b>	“this terrible inferno”, “we stand tall against evil”, “we were murdered by the Nazis in this cursed place”	D7, D37, D38, D40, D42, D60, D74, D76, D82, D85 (N: 10)
	<b>Batalha moral /Divisão Moral</b>	“We have to fight not only a physical fight, but a moral fight”, “we defend ourselves with the highest morality”, “wrong side of the moral divide”, “morally wrong”, “These groups have absolutely no moral or other impediment to their mad desires” (terrorist organizations), “On the right side of the moral divide”	D24, D42, D45, D48, D53, D55, D60, D63, D66 (N: 9)
	<b>Fé</b>	“faith”, Jewish faith”, “total devotion”	D3, D22, D24, D48, D52, D63, D75 (N: 7)
	<b>Sagrado</b>	“The memory of our four holy brothers”, “a Jewish threat to the Muslim holy sites”, “the holiest place in Judaism”, “the holiest of days for the Jewish people”, “praised as a holy warrior”, “a holy mission”, “holy land”	D16, D48, D63, D70, D72, D74, D86 (N: 7)
	<b>Iluminação (Luz, Velas)</b>	“light emanating from Zion”, “light a candle of truth”,	D2, D48, D52, D66, D67, D79, D85 (N: 7)
	<b>Oração</b>	“I said a prayer in my heart”, “praying for your welfare”, “pray for peace”	D18, D48, D58, D63, D79, D84 (N: 6)
	<b>Rabinos</b>	“Our friend, rabbi Lau”, “Rabbi Kook also believed that Zionism must not disengage from Judaism as he believed	D2, D49, D67 (N: 3)



		that nationalism alone, disconnected from the eternal sources of the people of Israel, has neither justification nor viability”	
	<b>Outras referências</b>	“a truth that descended from Heaven” “the miracle of our rebirth”, “the secret of our resurrection”, “for the redemption”, “For centuries the Jewish people have been demonized”, “her salvation glows like a flaming torch” (Jerusalem), “If I had to pick one fundamental principle of his doctrine” (Ben-Gurion), “I say would that it could, amen, because this is a basic part of our national”, “worthy of glory” (IDF fallen soldiers) resilience”, “this includes Eve as well, not just Adam”, “so that all may enjoy the religious freedom guaranteed by Israeli law”, “and on the other a Shofar”	D3, D17, D25, D29, D35, D40, D42, D48, D49, D59, D63, D68, D70, D75, D84

Tal como Peres, a categoria mais frequente é “bênção” (em 25 discursos) quase sempre associada ao ato de “dar a bênção”. Em segundo lugar, aparecem as alusões aos diferentes profetas (Moisés, Zacarias, Isaías, Amós) e outras personagens relevantes (Abraão, David, Jacob, Raquel) em 23 discursos, por vezes incluindo citação direta de alguns escritos destas personagens/profetas. Em terceiro lugar, aparecem as palavras “eterno/eternidade” em 18 discursos, associada ao povo e à nação, o que confere um certo grau transcendente e sagrado à nação. Em 16 dos discursos encontraram-se referências aos livros sagrados (como a Bíblia ou a Torá). Em 14 discursos, Netanyahu dirige-se à família judaica (aos cidadãos) como “irmãos e irmãs” e/ou “filhos/filhas”. “Deus” é mencionado em 10 dos discursos, assim como o “mal”, “maldição”. O conceito de “batalha moral”, de “divisão moral” entre os “bons” (Israel) e os “maus” (inimigos) é encontrado em 9 discursos. As palavras “Fé”, “Sagrado” e “iluminação” (consiste nas palavras “velas” ou “luz”) aparecem em 7 dos discursos, e a “oração” aparece em 6 discursos. A menção dos rabinos aparece em 3 discursos. Finalmente existem alguns discursos que aparecem apenas em um ou dois dos

discursos e colocámos na categoria “outras referências”, como é o caso das palavras “paraíso”, “glória”, “alma”, “milagre”, “ressurreição”, “compaixão”, “redenção”, “demónio”, “Adão e Eva”, “salvação”, “doutrina”, “ámen”, “liberdade religiosa” e “shofar<sup>12</sup>”.

Outro tema recorrente nos discursos refere-se às ameaças à integridade do Estado de Israel (tabela 13).

Tabela 13 - Análise de conteúdo dos discursos de Netanyahu: ameaças do Estado de Israel

<b>Categoria</b>	<b>Componente</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Discursos</b>
Ameaças ao Estado de Israel  D2, D3, D5, D6, D7, D9, D10, D11, D13, D16, D17, D18, D19, D24, D25, D26, D28, D30, D32, D34, D35, D36, D39, D41, D42, D43, D48, D49, D52, D53, D55, D56, D60, D61, D63, D64, D69, D70, D73, D76, D77, D78, D79, D80, D81, D82,	Irão	“Iran openly declares its intention to destroy the state of Israel”, “Israel will not allow Iran to get nuclear weapons”, “Iran’s fanaticism is not cluster. It’s real”, “the only diplomatic solution that would work is one that fully dismantles Iran’s nuclear weapons program and prevents it from having one in the future”, “A nuclear-armed Iran would give even greater backing to the radical and terrorist elements in the region”, “Iran is trying to fool the West”, “The worst terrorist regime on the planet”, “Our enemies – headed by Iran”, “Rabin mentioned Iran many times and warned against its nuclear ambitions”, “grave danger to the region and to the world and would threaten the very survival of the State of Israel”	D2, D5, D6, D9, D16, D17, D19, D24, D25, D26, D28, D30, D32, D34, D35, D36, D39, D41, D42, D43, D52, D53, D60, D61, D63, D64, D69, D70, D73, D76, D77, D78, D79, D80, D81, D82, D85, D86 <b>(N: 38)</b>
D2, D6, D7, D10, D11, D13, D18, D25, D43, D48, D56, D60, D63, D76, D77, D80, D82, D85, D86 <b>(N:19)</b>	Holocausto	“Holocaust to destroy the Zionist movement”, “Nazi Germany”, “Nazi oppressor”, “murder of millions of Jews by the Nazis”, “German terrorists”, “the annihilation of European Jewry”, “the tyrant who eliminated one third of our people”, “The lesson we learned from Jewish history, especially from the Holocaust, but not only from the Holocaust, is that we will never again be helpless and under the threat of destruction”, “the West downplayed the seriousness of the danger of the Nazi military build-up”, “The Nazis believed in a master race”, “I can only urge the leaders of the world not to repeat the same mistakes of the past”, “it is your duty to prevent another Holocaust”	

<sup>12</sup> Instrumento de sopro mencionado na Bíblia

D85, D86 (N: 48)	Anti-semitismo	“Jew-haters in every generation have banished us”, “long and dark history of anti-Semitism”, “the rising tide of anti-Semitism, especially in Europe”, “we have to fight anti-Semitism and the vilification of Jews and the Jewish State”, “those who wish to extinguish the Jewish present and Jewish future”, “anti-Semitism is a crime against God and against humanity”, “the oldest hatred of anti-Semitism with the newest technology”, “We live in an age of resurgent and violent anti-Semitism”, “This is taking place in the intolerant parts of the Middle East but it’s also taking place in what otherwise would be expected to be the tolerant parts of the West”, “no rational examination can justify the obsession with the Jewish State and Jewish people, and this obsession is called anti-Semitism”	D3, D10, D34, D36, D41, D42, D48, D49, D52, D53, D55, D60, D70, D76, D80, D85 (N: 16)
---------------------	----------------	--	--

Esta categoria foi decomposta em três componentes: o Irão (referenciado em 38 discursos como uma ameaça à nação de Israel e ao resto do mundo, pela sua capacidade nuclear e associação e subsidiação de organizações terroristas), o Holocausto aparece referenciado em 19 discursos e o antissemitismo em 16 discursos. Além destes, também foi feita referência ao Movimento BDS <sup>13</sup>(em três discursos) e a uma associação da Igreja Presbiteriana (em dois discursos). Estas referências são semelhantes às mencionadas por Peres, com a diferença que Netanyahu incide mais sobre o conceito do antissemitismo.

Pela análise dos discursos, concluímos que tanto Peres como Netanyahu, embora este último seja mais incisivo sobre o tema, concordam que o irão é uma ameaça e que pode constituir um segundo holocausto. Esta conclusão é sustentada pela literatura. Segundo Abulof (2014), Netanyahu tem insistido para que a ameaça nuclear do Irão é semelhante àquela colocada por Hitler ao povo judeu.

#### 4.2.3 Comparação dos discursos dos dois líderes

Antes de comentarmos as hipóteses elencadas, podemos afirmar que no plano da forma, os discursos dos dois líderes são mais semelhantes que diferentes, pois apresentam,

<sup>13</sup> O movimento BDS – Boicote, Desinvestimento e Sanções – é um movimento global que apoia o boicote económico, académico, cultural e político ao Estado de Israel (<https://bdsmovement.net/>)

dentro de cada categoria, componentes muito parecidas. Na tabela seguinte (tabela 14) podemos ver a percentagem da frequência das diferentes categorias nos dois líderes.

*Tabela 14 – Frequência das diferentes categorias (percentagem)*

<b>Categoria</b>	<b>Peres</b>	<b>Netanyahu</b>
Identidade Judaica	75 %	65 %
Orgulho Nacional	75 %	64 %
Referências religiosas	92 %	71 %
Ameaças ao Estado de Israel	50 %	57 %

Peres associa a identidade judaica ao património, tradição e cultura e ambos salientam o carácter judaico e democrático do Estado de Israel. a identidade judaica ao património. Ainda dentro da categoria da identidade judaica, Netanyahu foca-se mais na “Inteligência” enquanto característica dos Judeus, referindo os seus feitos e prémios (ex. Nobel), enquanto Peres se foca mais na Coragem dos judeus, referindo os seus feitos ao longo da história. Peres faz uma referência ao conceito da “terra prometida” e Netanyahu vai mais além da “terra prometida”, falando da ligação dos Judeus ao território, dos Judeus da Diáspora e do estatuto especial de Jerusalém, convidando todos os Judeus a regressarem á terra de Israel, que lhes pertence e que tem como capital eterna a cidade de Jerusalém. De salientar que Peres se refere aos Judeus mais em assuntos do passado (enaltecendo a sua coragem durante o Holocausto) e da tradição (legado do povo judeu) e no presente, tende a usar mais o termo “Estado de Israel” e a dirigir-se mais ao povo como os “israelitas”, em comparação com Netanyahu.

No que se refere à componente do orgulho nacional, as componentes são as mesmas: as Forças de Defesa Israelitas, a “tecnologia” e “inovação” e o “orgulho em pertencer ao Estado de Israel”, com a diferença de que Netanyahu tem mais uma componente: “democracia” e “tolerância”. Contudo, Peres faz uma referência ao carácter democrático do estado, mas foi apenas uma única referência. O componente de “orgulho em pertencer ao Estado de Israel” é o mais recorrente nos discursos dos dois líderes, dentro da categoria do “orgulho nacional”.

No que respeita às referências religiosas, ambos referem sensivelmente os mesmos componentes, verificando-se apenas algumas diferenças. Por exemplo, apenas Peres menciona os temas “peregrino”, “servo”, “pastor”, “pecado” e “devoção”. Por seu lado, Netanyahu é o único a mencionar os temas “eterno/a” (referindo-se a Israel) “compaixão”,

“demónio”, “doutrina”, “salvação”, “ámen”, “Adão e Eva”, “liberdade religiosa” e “shofar”, embora a maior deles só seja mencionado num dos 84 discursos.

Além destas pequenas diferenças o conceito de “batalha moral” e “divisão moral” está presente em 9 dos discursos de Netanyahu, com uma tónica no facto de Israel estar do lado correto dessa batalha /divisão “on the right side of the moral divide” (D42) e os inimigos (organizações terroristas) estarem do lado errado, “wrong side of the moral divide” (D42), e Israel representar a boa moral, “we defend ourselves with the highest morality” (D66). Peres por seu lado associa a “moral” ao legado judaico, “we must maintain our moral legacy” (D10) como se a “moral” fosse uma característica ancestral que pertence ao património e cultura judaicos e que deve ser preservada pois existe uma “moral call” (D8), “moral voice” (D11), “moral responsibility” (D10).

Com base nos discursos dos dois principais líderes durante este período, e tendo em conta as hipóteses elencadas, podemos concluir que:

H1 – Era previsto que Netanyahu apresentasse mais temas “religiosos” nos seus discursos, relativamente a Shimon Peres, pelo facto de ter no seu governo, partidos de base religiosa. Contudo, esta hipótese revelou-se falsa, pois do que pudemos constatar, os dois líderes fazem referências religiosas semelhantes e apresentam temas homogêneos. Em termos quantitativos, Peres faz referências religiosas em 11 dos seus 12 discursos (o que corresponde a 92% dos seus discursos) e Netanyahu faz referências religiosas em 60 dos seus 84 discursos analisados (o que corresponde a 71% dos seus discursos). Podemos concluir que ambos os líderes, sionistas, usam muitos temas religiosos nos seus discursos e fazem referência direta a alguns símbolos religiosos e citações diretas às palavras dos profetas e da Torá.

H2 – Devido à construção de um Estado que tem na sua base uma identidade judaica, ambos os líderes apresentam uma retórica de orgulho nacional e de reforço dessa mesma identidade. Esta hipótese revelou-se verdadeira, à luz desta análise. Os dois líderes enaltecem o percurso do Estado de Israel e do seu povo, que conseguiu “grandes feitos” e apresenta-se hoje como um “Estado judaico e democrático”. Como já foi referido anteriormente, Peres refere-se mais à nação israelita enquanto Netanyahu refere-se mais à característica dos judeus e à nação judaica nos seus discursos. Existe uma certa oscilação na retórica de Netanyahu entre o “Estado judaico” (dos judeus) e o Estado de Israel (dos cidadãos israelitas). As duas vão-se misturando nos discursos, consoante a conveniência. Esta oscilação não é tão sentida

nos discursos de Peres, que como já dissemos anteriormente, menciona os judeus associando-os à tradição e ao passado e concentra mais a sua retórica presente no “povo israelita” e na “nação israelita”. Talvez por ter uma posição mais moderada no conflito israelo-palestiniano e estar no papel de Presidente de todos os israelitas, use mais a palavra “israelitas” uma vez que a nação tem cidadãos judeus e não judeus.

Tal como referia Goldberg (2003, p. 4), o judaísmo tem um papel importante na política israelita, combinando a etnicidade com a doutrina religiosa. Efetivamente, ambos os líderes, apesar de não se manifestarem como judeus “praticantes” e até serem identificados como “laicos” e “sionistas”, usam muitos temas considerados religiosos.

Partindo do estudo de Weinblum (2014) sobre o uso da religião por parte dos deputados israelitas no Parlamento em 2010 (Cap. 2.2), e aplicando-o aos discursos dos dois líderes israelitas, verificamos que o uso da religião no discurso destes dois líderes não é usado como fonte de autoridade, uma vez que as referências feitas à Torá, aos profetas e os outros livros sagrados não pressupõem que os mesmos representem um guia para a vida pública e uma fonte principal de criação de leis. Estes artefactos são usados com respeito e veneração, enquanto fonte de valores e da coesão da identidade judaica.

No caso de Netanyahu, este usa a religião mais como marcador da identidade da nação. Eis alguns exemplos:

- 1) Refere-se à Bíblia como base moral, histórica e religiosa e defende que as crianças em Israel devam conectar-se às suas “raízes históricas e culturais” através do estudo da Torá;
- 2) Defende que os Judeus têm direito à “terra prometida” e elenca uma série de factos históricos para validar a ligação dos Judeus à terra de Israel e de Jerusalém;
- 3) Manifesta interesse em continuar a aproximar os Judeus da Diáspora das tradições judaicas, convidando os Judeus de todo o mundo a usufruírem do direito de regressar à terra de Israel.

Podemos também afirmar que Netanyahu usa a religião enquanto fonte de valores, descrevendo Israel como a nação de “valores europeus”, de “igualdade”, de “democracia”, uma “sociedade livre” e num dado momento faz uma associação entre o povo judeu, o fomento dos valores da “igualdade” e a “religião”, na figura de Deus: “the Jewish outlook in the ancient world that all people were created in God’s image and very soon the Jews decided

– and this includes Eve as well, not just Adam – and rights were granted in places where no one had rights” (D40).

Por seu lado, Peres usa a religião nos seus discursos como marcador da identidade da nação, mas talvez de forma menos pronunciada que Netanyahu, fazendo algumas referências à “terra prometida”. Peres também usa a religião como fonte de valores, pois como diz num dos seus discursos, “Peace is a moral call from our Torah” (D8). Considerámos esta frase mais na vertente dos valores e menos na vertente da autoridade. Além disso Peres refere-se diversas vezes a expressões como “*moral heritage*” (D1), “*moral legacy*” (D10), depreendendo-se que os Judeus terão um património/obrigação moral de estar do lado de “bem” e fazer “o que é mais correto”.

Adicionalmente, se tivermos em conta o conceito de religião explicado no cap. 2.1 e partindo da teoria de Rousseau, podemos afirmar que o discurso dos dois líderes israelitas exemplifica aquilo que é o objetivo da religião: gerar símbolos poderosos de solidariedade nacional para com o Estado e promover e reforçar a união entre os cidadãos. Tanto Peres como Netanyahu usam referências religiosas maioritariamente associadas ao Estado de Israel, atribuindo-lhe quase um papel sagrado. Por exemplo Peres diz “I carry the prayers of our people” (D6), fala em “miracles of Israel” (D1) e diz que “Israel is rich in holiness” (D6). Netanyahu por seu lado fala em “eternal nation” (D83), na importância do “state of Israel as an example of such an exception preserving our spiritual foundations” (D18), fala no “secret of our resurrection” (D75) e à boa maneira americana, não falta o “God bless the State of Israel” (D80).

Um aspeto interessante do discurso de Netanyahu, muito mais visível do que no discurso de Peres, é o recurso aos mitos distorcidos que a religião produziu em Israel. Como vimos no cap. 2.1, o sionismo enquanto religião transformou e exagerou alguns mitos religiosos ou criou outros. Netanyahu refere-se a Moisés como o herói que transformou um conjunto de escravos num povo livre e unido, como podemos ver nesta passagem “Moses led our people from slavery to the gates of the Promised Land, glory of Israel, the miracle of our rebirth” (D80). Outro exemplo é a história dos Macabeus, transformada numa luta bem-sucedida pela liberdade nacional e soberania política devido às suas proezas militares e coragem, como podemos constatar em diferentes discursos “Spirit of Maccabees was rediscovered” (D2), “the heroic spirit of Maccabees” (D14), “the examples of the Maccabees” (D24).

## Considerações finais

Nesta dissertação começou-se por explicar o papel das elites nas sociedades, em especial a elite política, a qual, no caso de Israel, continua a ser a mais importante (Maman, 1997, p. 41). Foram analisados os ministros e vice-ministros, verificando-se que mantêm uma relativa homogeneidade e perfil da elite política semelhante ao dos anos 90 descrita por Maman (1997): a maior parte dos ministros e vice-ministros do 33.º Governo são homens, mais velhos (50-60 anos), casados, com mais de 2 filhos (média), nascidos em Israel, com curso superior e com serviço militar cumprido. No que respeita ao Parlamento (19.º), existem mais mulheres face a parlamentos anteriores e 1 em 3 deputados são ortodoxos.

A elite religiosa desempenha um papel importante no caso de Israel e aproveitando-se do *status quo* criou os seus próprios partidos políticos, passando desta forma a fazer também parte da elite política. Apesar da sua influência, os judeus ortodoxos e ultraortodoxos constituem apenas 20% da população, existindo 70% de judeus “tradicionais” (Liebman e Susser, 1998), que conjugam e misturam símbolos e rituais religiosos com a sua própria identidade judaica.

Abulof (2014) explica que a religião serviu como recurso para o nacionalismo, tendo sido trazidos símbolos, ideias, princípios, costumes e imagens religiosas do passado para mobiliar a nação. O movimento sionista viu-se obrigado a utilizar a religião para se promover junto dos sectores mais religiosos da sociedade, a fim de conseguir o seu apoio. Apesar de se ter selecionado e reinterpretado muitos desses símbolos e rituais, estes têm uma base religiosa que torna quase impossível perceber onde acaba a religião e começa a identidade judaica. Efetivamente, Fisher (2013) afirma que a ligação entre religião e identidade etno-social tenderá a manter-se, embora não saibamos como possa evoluir no futuro: uma sociedade que assuma a fusão entre religião e identidade e se torne mais religiosa ou, pelo contrário, uma sociedade que queira cada vez mais desligar-se da carga religiosa associada à sua identidade. Num dos seus estudos, Weinblum (2014), afirma que 35% da população se define como religiosa, percentagem que segundo o autor, tem vindo a subir.

Do que se pode constatar nesta dissertação, ambos os líderes sionistas – Peres e Netanyahu – usam múltiplas referências religiosas, não se evidenciando grandes diferenças entre eles a esse nível. Além disso, ambos promovem e reforçam a importância de manter uma identidade judaica, tentando aproximar os Judeus, atribuindo características ao povo,



chamando-os até si, santificando o Estado de Israel e aproximando-o quase de um milagre, conseguido com muito esforço, sacrifício e honra.

A religião é usada por ambos os líderes maioritariamente como marcador da identidade judaica, trazendo uma visão laicizada da narrativa bíblica (Weinblum, 2014).

Tal como afirmam Netanyahu e Peres ao longo dos seus discursos, “O Estado de Israel é um Estado democrático e judeu”, facto corroborado pela maioria dos judeus (Pew Research Centre, 2016). Existe adicionalmente um discurso securitário que se apoia na narrativa bíblica e se apropria do Holocausto como forma de reforçar a necessidade de segurança e acentuar a ameaça que Israel correu no passado (com os Nazis) e no presente (com o Irão).

Como se pôde constatar, apesar de ambos os líderes serem sionistas, eles demonstram, através do uso de referências religiosas, que a religião se encontra presente no dia-a-dia, muitas vezes misturada com aquilo que é considerada a identidade judaica. Pappé (2007) afirma que existe um fosso na política de identidade em Israel e que isso preocupa a população, mais do que as questões das fronteiras ou da paz.

As principais limitações nesta dissertação prendem-se com a quantidade de discursos disponíveis de Netanyahu face a Peres e no número reduzido dos discursos oficiais de Peres.

Como proposta de investigação futura seria interessante analisar a evolução do peso da religião nos discursos oficiais, num período temporal mais vasto do que o contemplado nesta dissertação, de forma a explorar as variações de acordo com as coligações efetuadas pelos principais partidos no poder (*Ha-Avoda* e *Likud*), assim como analisar outro tipo de fontes complementares (ex. Notícias, Artigos de opinião) e análise de inquéritos sobre a visão dos israelitas relativamente à sua identidade ao longo dos anos.

## Referências Bibliográficas

### Fontes Primárias

Centro Nacional de Estatística Israelita (2016), Comunicado de imprensa de 9 de maio de 2016, 9 de maio de 2016, disponível em

[http://www.cbs.gov.il/reader/shnaton/text\\_search\\_eng\\_new.html?CYear=2015&Vol=66&input=religion](http://www.cbs.gov.il/reader/shnaton/text_search_eng_new.html?CYear=2015&Vol=66&input=religion) (consultado a 18-05-2016)

Israel Democracy Institute (2012), Lester, Noam (ed), A Portrait of Israeli Jews: Beliefs, Observance, and Values of Israeli Jews 2009, questionário conduzido pelo Guttman Center do Instituto da Democracia de Israel para a Fundação AVI CHAI–Israel, disponível em [https://en.idi.org.il/media/1351622/GuttmanAviChaiReport2012\\_EngFinal.pdf](https://en.idi.org.il/media/1351622/GuttmanAviChaiReport2012_EngFinal.pdf) (Consultado a 16-04-2016)

Jewish Virtual Library (2014), Israel Cabinet & Ministers: Thirty-Third Government, American-Israeli Cooperative Enterprise (AICE) disponível em <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/33gov.html> (Consultado a 16-04-2016)

Jewish Virtual Library (s.d), Israeli Elections: Electoral History, American-Israeli Cooperative Enterprise (AICE) disponível em <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/knessetelectionstoc.html> (Consultado a 16-04-2016)

Jewish Virtual Library (2016), Últimas estatísticas sobre a população israelita, American-Israeli Cooperative Enterprise (AICE), disponível em [http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Society\\_&\\_Culture/newpop.html](http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Society_&_Culture/newpop.html) (Consultado a 07-05-2016)

Jewish Virtual Library, Consulta às biografias dos ministros, American-Israeli Cooperative Enterprise (AICE), disponível em <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/netanyahu.html>;

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/peres.html> (Consultado a 14-05-2016).

Knesset English Homepage, Nineteenth Knesset: Government 33, disponível em [https://www.knesset.gov.il/govt/eng/GovtByNumber\\_eng.asp?govt=33](https://www.knesset.gov.il/govt/eng/GovtByNumber_eng.asp?govt=33) (Consultado a 12-03-2016)

Knesset English Homepage, Informações oficiais sobre os ministros – particulares e cargos, disponível em <http://www.knesset.gov.il/main/eng/home.asp> (Consultado a 21-04-2016).

OCDE (2012), “Dados sobre a população de Israel”, disponível em <https://data.oecd.org/pop/population.htm> (consultado a 14-05-2016)

OCDE (2013), “Education in Israel at a glance”, 2013, disponível em [https://www.oecd.org/edu/Israel\\_EAG2013%20Country%20Note.pdf](https://www.oecd.org/edu/Israel_EAG2013%20Country%20Note.pdf) (Consultado a 07-05-2016).

Ofer Kenig, 2013, Instituto de Democracia de Israel, “The 2013 Knesset Election Results: A Preliminary Analysis of the Upcoming Parliament”, disponível em <http://en.idi.org.il/analysis/articles/the-2013-knesset-election-results-a-preliminary-analysis-of-the-upcoming-parliament/> (Consultado a 16-04-2016)

President of the State of Israel, All Speeches by the President, disponível em [http://www.president.gov.il/English/Presidential\\_Activities/Pages/ALLSpeeches.aspx](http://www.president.gov.il/English/Presidential_Activities/Pages/ALLSpeeches.aspx) (Consultado a 07-05-2016)

Prime Minister’s Office, Speeches, disponível em <http://www.pmo.gov.il/English/MediaCenter/Speeches/Pages/default.aspx> (consultado a 07-05-2016)

## Fontes secundárias

ABULOF, Uriel (2014). The Roles of Religion in National Legitimation: Judaism and Zionism's Elusive Quest for Legitimacy, *Journal for the Scientific Study of Religion*, 53 (3): pp.515–533.

ADAMS, Frane e TOMSIC, Matevz (2000), Transition Elites: Cacatalysts of social innovation or rent-seekers, DR, Vol XVI, 32-33, pp. 138-160. Disponível em <http://druzboslovne-razprave.org/clanek/pdf/2000/32-33/10/> (Consultado a 13-02-2016)

ASSEBURG, Muriel e WIMMEN, Heiko (2016). Dynamics of transformation, elite change and new social mobilization in the Arab World, *Mediterranean Politics*, 21 (1), pp. 1-22.

BARDIN, Laurence (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.

BASEDAU, Matthias e KOOS, Carlo (2015). When Do Religious Leaders Support Faith-Based Violence? Evidence from a Survey Poll in South Sudan, *Political Research Quarterly*, 68 (4), pp. 760–772.

BELLAH, Robert (1967), Civil religion in America, *Daedalus*, 96(1), pp 1-21.

BRICHS, Ferran Izquierdo, LAMPRIDI-KEMOU, Athina (2013), Sociology of power in today's Arab world, pp. 6-37, in BRICHS, Ferran Izquierdo (2013), Political Regimes in the Arab World, *Society and the Exercise of Power*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

CONFORTI, Yitzhak (2010). East and West in Jewish nationalism: conflicting types in the Zionist vision? *Nations and Nationalism* 16 (2), ASEN/Blackwell Publishing Ltd 2010, pp. 201–219.

CRISTI, Marcela (2001), From Civil to Political Religion: The Intersection of Culture, Religion and Politics. Waterloo, Ontario, Canada: Wilfred Laurier University Press, pp. 1-

13. Disponível em <http://www.thedivineconspiracy.org/Z5223M.pdf> (Consultado a 27-02-2016)

DE JUAN, Alexander (2008). A Pact with the Devil? Elite Alliances as Bases of Violent Religious Conflicts, *Studies in Conflict & Terrorism*, 31 (12), pp. 1120-1135.

DE JUAN, Alexander (2015). The Role of Intra-Religious Conflicts in Intrastate Wars, *Terrorism and Political Violence*, 27 (4), pp. 762-780.

DESCH, Michael (2013), “The Coming Reformation of Religion in International Affairs? The Demise of the Secularization Thesis and the Rise of New Thinking About Religion” in Daniel PHILPOTT, William INBODEN, Timothy SHAH (orgs.), *Religion and International Relations: A Primer for Research*, Working Group on International Relations and Religion of the Mellon Initiative on Religion Across the Disciplines hosted by the University of Notre Dame, pp- 14-41. Disponível em [http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion\\_and\\_international\\_relations\\_report.pdf](http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion_and_international_relations_report.pdf) (Consultado a 27-02-2016)

DON-YEHIYA e LIEBMAN, Charles S. (1981), The Symbol System of Zionist-Socialism: An Aspect of Israeli Civil Religion, *Modern Judaism*, 1 (2), pp. 121-148. Oxford University Press Stable. Disponível em <https://blogs.brandeis.edu/siis/files/2015/05/Don-Yehiya-and-Liebman-Israeli-Civil-Religion.pdf> (Consultado a 13-02-2016)

FISHER, Netanel (2013). A Jewish State? Controversial Conversions and the Dispute Over Israel’s Jewish Character, *Cont Jewry*, 33, pp. 217–240, Springer.

FLERE, Sergej e LAVRIC, Miran (2009), Predicting civil religion at a cross-cultural level, *Psihologija*, 42 (2), pp 159-171. Disponível em <http://www.doiserbia.nb.rs/img/doi/0048-5705/2009/0048-57050902159F.pdf> (Consultado a 13-02-2016)

GEERTZ, Clifford (1993), Religion as a cultural system. In: *The interpretation of cultures: selected essays*, pp 87-125. Fontana Press. Disponível em

[http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic152604.files/Week\\_4/Geertz\\_Religion\\_as\\_a\\_Cultural\\_System\\_.pdf](http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic152604.files/Week_4/Geertz_Religion_as_a_Cultural_System_.pdf) (Consultado a 19-03-2016)

GEHRIG, Gail (1981), The American civil religion debate: A source for theory construction. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 20, pp 51-63.

GOLDBERG, Ben (2003). *Discourse of Religion on Politics in Israel: The Compatibility of Judaism and Democracy*, Senior Thesis Department of Political Science New York University, pp. 1-33. Disponível em <http://politics.as.nyu.edu/admin/staging/IO/4600/goldberg.pdf> (Consultado a 26-03-2016)

GORSKI, Philip (2010), Civil Religion Today (ARDA Guiding Paper Series). State College, PA: The Association of Religion Data Archives at The Pennsylvania State University, pp. 1-19. Disponível em <http://www.thearda.com/rrh/papers/guidingpapers/Gorski.pdf> (Consultado a 12-02-2016)

GORSKI, Philip e TURKMEN-DERVISOGLU, Gülay (2013), Religion, Nationalism, and Violence: An Integrated Approach, *Annual Review of Sociology*, 39, pp. 193 -210.

HANSEN, John Mark (2016), Mobilization, participation, and political change, *Party Politics*, 22 (2), pp. 149-157

HASLER, Kirstin (2013), “International Relations Theory and Nationalism: Any Room For Religion?” in Daniel PHILPOTT, William INBODEN, Timothy SHAH (orgs.), *Religion and International Relations: A Primer for Research*, Working Group on International Relations and Religion of the Mellon Initiative on Religion Across the Disciplines hosted by the University of Notre Dame, pp. 133-141. Disponível em [http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion\\_and\\_international\\_relations\\_report.pdf](http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion_and_international_relations_report.pdf) (Consultado a 27-02-2016)

HASSNER, Ron (2013), “Religion as a Variable” in Daniel PHILPOTT, William INBODEN, Timothy SHAH (orgs.), *Religion and International Relations: A Primer for*

*Research*, Working Group on International Relations and Religion of the Mellon Initiative on Religion Across the Disciplines hosted by the University of Notre Dame, pp. 68-75. Disponível em [http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion\\_and\\_international\\_relations\\_report.pdf](http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion_and_international_relations_report.pdf) (Consultado a 27-02-2016)

HIGLEY, John, HOFFMANN-LANGE, Ursula, KADUSHIN, Charles e MOORE, Gwen (1991). Elite Integration in Stable Democracies: A Reconsideration, *European Sociological Review*, 7 (1), pp. 35-53.

HIGLEY, John e PAKULSKI, Jan (2012), Elites, Elitism and Elite Theory: Unending Confusion? [Paper prepared for Research Committee on Political Elites (RC02) panel “Elite Dilemmas and Democracy’s Future”, World Congress of the International Political Science Association, Madrid, Tuesday 10 July], pp. 1-13. Disponível em [http://paperroom.ipsa.org/papers/paper\\_11235.pdf](http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_11235.pdf) (Consultado a 02-02-2016)

INBODEN, William (2013) “Religion and International Relations: How Should Policy-Makers Think About Religion?” in Daniel PHILPOTT, William INBODEN, Timothy SHAH (orgs.), *Religion and International Relations: A Primer for Research*, Working Group on International Relations and Religion of the Mellon Initiative on Religion Across the Disciplines hosted by the University of Notre Dame, pp. 163-175. Disponível em [http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion\\_and\\_international\\_relations\\_report.pdf](http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion_and_international_relations_report.pdf) (Consultado a 27-02-2016)

IVANESCU, Carolina (2010) Politicised religion and the religionisation of politics, *Culture and Religion*, 11 (4), pp. 309-325.

JOSHI, Devin, MALOY, J.S, PETERSON, Timothy (2015), Popular vs. Elite Democratic Structures and International Peace, *Journal of Peace Research*, 52(4), pp. 463-477.

KALEBE-NYAMONGO, Chipiliro (2010). *The politics of poverty reduction and why elites matter: evidence from Malawi*, University of Birmingham, International Development

Department, pp. 1-26. Disponível em <https://www.yumpu.com/en/document/view/31035742/the-politics-of-poverty-reduction-and-why-elites-matter-evidence-> (Consultado a 16-06-2016)

KELMAN, Herbert (1997) “Nationalism, patriotism, and national identity: Social-psychological dimensions” In: BAR-TAL, Daniel e STAUB, Ervin (eds.), *Patriotism in the life of individuals and nations*, Chicago: Nelson-Hall, pp. 165-189

KIFORDU, Henry Ani (2011). Political Elite Composition and Democracy in Nigeria, *The Open Area Studies Journal*, 4, pp. 16-31. Disponível em <https://benthamopen.com/contents/pdf/TOARSJ/TOARSJ-4-16.pdf> (Consultado a 24-04-2016)

KHAN, Shamus Rahman (2012), The Sociology of Elites, *Annual Review of Sociology*, 38, pp 361–77.

KOLSTAD, Ivar e WIIG, Arne (2015), Elite behaviour and citizen mobilization, CMI Working Paper, pp. 1-22. Disponível em [https://editorialexpress.com/cgi-bin/conference/download.cgi?db\\_name=CSAE2016&paper\\_id=334](https://editorialexpress.com/cgi-bin/conference/download.cgi?db_name=CSAE2016&paper_id=334) (Consultado a 02-03-2016)

KOROM, Philipp (2015), Elites: History of the Concept, *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 2<sup>a</sup> ed., Volume 7, Cologne, Germany. Elsevier Ltd, pp. 390-395.

LEHMANN, David (2012) Israel: state management of religion or religious management of the state? *Citizenship Studies*, 16 (8), pp 1029-1043.

LIEBMAN, Charles e SUSSER, Bernard (1998). Judaism and Jewishness in the Jewish State, *The Annals of the Academy of Political and Social Science*, 555, Israel in Transition (Jan. 1998), SAGE Social Science Collections. pp. 15-25.



MAMAN, Daniel (1997). The elite structure in Israel: A socio-historical analysis, *Journal of Political and Military Sociology*, 25 (1), pp. 25-46.

MCLEAN, Wayne (2016), Neoclassical realism and Australian foreign policy: understanding how security elites frame domestic discourses, *Global Change, Peace & Security*, 28 (1), pp. 1-15.

MEHAN, Hugh, & CHANG, Gordon (2006). Discourse in a religious mode: The Bush administration's discourse in the War on Terrorism and its challenges. *Pragmatics: A quarterly journal of the international pragmatic association*, 16 (1), pp. 1-24.

MISTREE, Dinsha (2013), How Elites Determine Development, pp. 30-32. [Recensão do livro AMSDEN, Alice, DICAPRIO, Alisa e ROBINSON, James (eds), *The Role of Elites in Economic Development* por AMSDEN, Alice, DICAPRIO, Alisa e ROBINSON, James (eds)], 35, *Economic & Political Weekly*. Disponível em [http://web.stanford.edu/~dmistree/Elites\\_Determine\\_Development.pdf](http://web.stanford.edu/~dmistree/Elites_Determine_Development.pdf) (Consultado a 20-03-2016)

MONDAL, Anshuman (2016). Articles of Faith: Freedom of Expression and Religious Freedom in Contemporary Multiculture, *Islam and Christian–Muslim Relations*, 27 (1), pp. 3-24. Disponível em [https://ueaeprints.uea.ac.uk/61378/1/Accepted\\_manuscript.pdf](https://ueaeprints.uea.ac.uk/61378/1/Accepted_manuscript.pdf) (Consultado a 26-04-2016)

MONDAL, Puja (s.d), *Political Elite: Concept, Orientations and Role in Social Change*, disponível em <http://www.yourarticlelibrary.com/politics/political-elite-concept-orientations-and-role-in-social-change/39204/> (Consultado a 13-02.2016).

MOZZATO, Anelise Rebelato e GRZYBOVSKI, Denise. Documentos e Debates: *Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios*, RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf> (Consultado a 24-03-2016).

NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald (2004). Sacred and Secular. *Religion and Politics Worldwide*. Cambridge University. Disponível em <http://bayanbox.ir/view/4596934717904925093/Sacred-and-Secular.pdf> (Consultado a 23-04-2016).

NUNES, Manuel (2015), *A Elite Política Parlamentar Portuguesa: Caracterização, Cristalização e Circulação (2005-2011)*, [Tese de Mestrado em Ciência Política], Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, pp. 1-111.

OMER, Atalia (2013), “Religion and Nationalism: What is the Link?” in Daniel PHILPOTT, William INBODEN, Timothy SHAH (orgs.), *Religion and International Relations: A Primer for Research*, Working Group on International Relations and Religion of the Mellon Initiative on Religion Across the Disciplines hosted by the University of Notre Dame, pp. 111-132. Disponível em [http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion\\_and\\_international\\_relations\\_report.pdf](http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion_and_international_relations_report.pdf) (Consultado a 27-02-2016)

PAPPE, Ilan (2007). *História da Palestina Moderna: uma terra, dois povos* (A. Saldanha, Trad.), Lisboa: Editorial Caminho.

PARASCHIVESCU, Mihaela (2012). ‘We the People’ and God. Religion and the political discourse in the United States of America, *Journal for the Study of Religions and Ideologies*, 11 (33), pp. 21-38. Disponível em <http://jsri.ro/ojs/index.php/jsri/article/viewFile/644/557> (Consultado a 01-06-2016)

PEW RESEARCH CENTRE (2016), “Israel’s Religiously Divided Society”, pp. 1-236. Disponível em <http://www.pewforum.org/2016/03/08/israels-religiously-divided-society/> (Consultado a 06-03-2016)

PHILPOTT, Daniel (2013), “The Religious Roots of International Relations Theory”, in Daniel PHILPOTT, William INBODEN, Timothy SHAH (orgs.), *Religion and International Relations: A Primer for Research*, Working Group on International Relations and Religion

of the Mellon Initiative on Religion Across the Disciplines hosted by the University of Notre Dame, pp. 76-86. Disponível em [http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion\\_and\\_international\\_relations\\_report.pdf](http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion_and_international_relations_report.pdf) (Consultado a 27-02-2016)

ROBINSON, James (2010). Elites and Institutional Persistence, Working Paper No. 2010/85, UNU World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), pp. 1-22. Disponível em <http://www.rrojasdatabank.info/wp2010-85.pdf> (Consultado a 30-03-2016)

SHAFI, Salah Abdel (2004), Civil Society Political Elites in Palestine and the role of international donors: A Palestinian View. Gaza Community Mental Health Programme (GCMHP), *EuroMeSCopaper*, Comissão Europeia, pp. 1-16. Disponível em [http://www.euromesco.net/euromesco/media/paper33\\_final.pdf](http://www.euromesco.net/euromesco/media/paper33_final.pdf) (Consultado a 01-02-2016)

SHEEDY, Matt (2009). Religion in the Public Sphere: The Limits of Habermas's Proposal and the Discourse of "World Religions", *Journal of the Centre for Studies in Religion and Society Graduate Students Association*, 8 (1), p. 3-20.

SILVA, Andressa, GILNEI, Luiz, CUNHA, Daniele, FIGUEIRA, Kristina, HORBE, Tatiane, GASPARY, Eliana (2013), *Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica* [Trabalho apresentado para o Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (ENQ), Brasília, 3 a 5 novembro de 2013], pp. 1-14. Disponível em <http://www.posemcomunicacaodigital.com.br/wp-content/files/biblioteca/Analisedeconteudofazemosoquedizemos.pdf> (Consultado a 10-03-2016)

SUSLOV, Evgeniy, GOLUBEV, Valeriy, ZHYRAVLEV, Sergei e MIHAILOV, Vitaliy (2005). Formation of Elite in Russia: Conflict and Consensus, *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6 (3), pp. 71-78. Disponível em <http://www.mcser.org/journal/index.php/mjss/article/viewFile/6845/6551> (Consultado a 06-03-2016)

TRANSFELD, Mareike (2016). Political bargaining and violent conflict: shifting elite alliances as the decisive factor in Yemen's transformation, *Mediterranean Politics*, 21 (1), pp. 150-169. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13629395.2015.1081454> (Consultado a 02-02-2016)

VAN VEEN, Erwin (2015). Elites, power and security: How the organization of security in Lebanon serves elite interests, CRU Report, Netherlands Institute of International Relations Clingendael, The Hague, pp. 1-37. Disponível em [https://www.clingendael.nl/sites/default/files/Elites\\_power\\_security\\_in\\_Lebanon\\_2015.pdf](https://www.clingendael.nl/sites/default/files/Elites_power_security_in_Lebanon_2015.pdf) (Consultado a 10-01-2016)

VERDEJA, Ernesto (2013), "International Political Theology" in Daniel PHILPOTT, William INBODEN, Timothy SHAH (orgs.), *Religion and International Relations: A Primer for Research*, Working Group on International Relations and Religion of the Mellon Initiative on Religion Across the Disciplines hosted by the University of Notre Dame, pp. 103-132. Disponível em [http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion\\_and\\_international\\_relations\\_report.pdf](http://rmellon.nd.edu/assets/101872/religion_and_international_relations_report.pdf) (Consultado a 27-02-2016)

VERGARA, Luis Garrido (2013). Elites, political elites and social change in modern societies, *Revista de Sociologia*, 28, pp. 31-49. Disponível em <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/28/2802-Garrido.pdf> (Consultado a 15-03-2016)

WEINBLUM, Sharon (2014). Religion in the Israeli Parliament: a typology, *Religion, State and Society*, 42 (2-3), pp. 283-298.

WEINSTEIN, Jack Russell (2012). Overlapping Consensus or Marketplace of Religions? Rawls and Smith, *Philosophia*, 40, pp. 223–236.

WILLIAMS, Unislawa (2014). The Fading Halo of Religious Elites: A Comparative Study of the Effects of Religious Motivation on Nonviolence and Democratic Stability in Poland

and Egypt, *Central European Journal of International & Security Studies*, 8 (1), pp. 104-121. Disponível em <http://static.cejiss.org/data/uploaded/140084126811428/Article%2006.pdf> (Consultado a 17-04-2016)

WING-CHUNG Ho, WAN-LUNG Lee, CHUN-MAN, Chan, YAT-NAM Ng e YEE-HUNG, Choy (2010), Hong Kong's Elite Structure, Legislature and the Bleak Future of Democracy under Chinese Sovereignty, *Journal of Contemporary Asia*, 40 (3), pp. 466-486.

Wikipedia (s.d), Resultado das eleições legislativas de 2013, disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Israeli\\_legislative\\_election,\\_2013](https://en.wikipedia.org/wiki/Israeli_legislative_election,_2013) (Consultado a 26-03-2016)

Oren YIFTACHEL (2001). Centralized power and divided space: 'Fractured regions' in the Israeli 'ethnocracy', *GeoJournal*, 53, pp. 283–293.

XIFRA, Jordi (2008), Soccer, civil religion, and public relations: Devotional–promotional communication and Barcelona Football Club, *Public Relations Review*, 34, pp 192–198.

## Anexos

### Anexo 1

Lista dos discursos dos 87 discursos de Netanyahu disponíveis através da página oficial do gabinete do primeiro ministro ([www.pmo.gov.il](http://www.pmo.gov.il))

#	Título do discurso	Data
1	Netanyahu's Remarks at the Welcoming Ceremony for the President of the United States Barack Obama	20/03/2013
2	Address by PM Netanyahu at the Holocaust Remembrance Day Ceremony	07/04/2013
3	PM Netanyahu's Remarks at the Yad LaBanim Memorial Service for IDF Fallen Soldiers	14/04/2013
4	PM Netanyahu's Remarks at the 40 Signatures Knesset Session	05/06/2013
5	PM Netanyahu's Remarks at Yuval Ne'eman Workshop for Science, Technology and Security	09/06/2013
6	Remarks by Prime Minister Netanyahu at the Inter-Governmental Consultations in Poland	12/06/2013
7	PM Benjamin Netanyahu's Speech at the Opening of the Permanent Exhibition in Block 27 at Auschwitz-Birkenau	13/06/2013
8	PM Netanyahu's Remarks at the President's Conference Celebrating President of Israel, Shimon Peres' 90th Birthday	18/06/2013
9	PM Netanyahu's Remarks at the Israeli Presidential Conference	20/06/2013
10	PM Netanyahu's Remarks at the Farewell Ceremony for Governor of the Bank of Israel, Stanley Fischer	23/06/2013
11	PM Netanyahu's Speech at the State Memorial Ceremony for Benjamin Zeev Herzl	27/06/2013
12	PM Netanyahu's Speech at the Special Knesset Session Marking the 37th Anniversary of Operation Jonathan	02/07/2013
13	PM Netanyahu's Remarks at the Fourth of July Reception	04/07/2013
14	Address by PM Netanyahu at the State Memorial Service for Yitzhak Shamir	09/07/2013
15	Address by PM Netanyahu At the Opening Ceremony of the 19th Maccabiah Games	18/07/2013
16	PM Netanyahu's Remarks at the National Defense College Graduation Ceremony on Mt. Scopus	24/07/2013
17	PM Netanyahu's Remarks at the Ceremony Marking 40 Years Since the Yom Kippur War	15/09/2013
18	PM Netanyahu's Speech at the United Nations General Assembly	01/10/2013

19	PM Netanyahu's Remarks at the Israel Towards 2020 Conference at the Begin-Sadat Center for Strategic Studies	06/10/2013
20	PM Netanyahu's Statement at the Opening of the Winter Knesset Session	14/10/2013
21	Address by PM Netanyahu Special Knesset Session Marking the 40th Anniversary of the Yom Kippur War	15/10/2013
22	PM Netanyahu's Speech at the Knesset Special Session in Honor of Yitzhak Rabin	16/10/2013
23	PM Netanyahu's Remarks at the State Memorial Ceremony for the Late PM Yitzhak Rabin at Mount Herzl	16/10/2013
24	PM Benjamin Netanyahu's Speech at the Caesarea Conference	06/11/2013
25	PM Netanyahu's Remarks at the Conference on Joint Strategic Dialogue between the Government of Israel and World Jewish Communities	07/11/2013
26	PM Netanyahu's Speech at the State Memorial Service for the Late David Ben-Gurion	10/11/2013
27	PM Benjamin Netanyahu's Remarks at the Jewish Federations of North America General Assembly	10/11/2013
28	Address by PM Netanyahu At the Ceremony for the Appointment of Dr. Karnit Flug as Governor of the Bank of Israel	13/11/2013
29	PM Netanyahu's Remarks at Masa's Tenth Anniversary Event	14/11/2013
30	PM Netanyahu's Speech at the Knesset Special Session in Honor of the President of the French Republic, Francois Hollande	18/11/2013
31	PM Netanyahu's Remarks at the EMET Prize Award Ceremony	24/11/2013
32	PM Netanyahu's Remarks at the Memorial Ceremony in Memory of the Entertainer Arik Einstein	27/11/2013
33	PM Netanyahu's Address to the Saban Forum	08/12/2013
34	PM Netanyahu Addresses the 7th Galilee Conference	31/12/2013
35	PM Netanyahu's Address at the Memorial Service for Former PM Ariel Sharon	13/01/2014
36	PM Netanyahu's Remarks to the Foreign Press	16/01/2014
37	PM Netanyahu's Remarks at the Knesset Marking the Visit of PM of Canada, Stephen Harper, in Israel	20/01/2014
38	PM Netanyahu's Remarks at the World Economic Forum at Davos	23/01/2014
39	Prime Minister Benjamin Netanyahu's Remarks at the CyberTech 2014 Conference	27/01/2014
40	PM Netanyahu's Remarks at the INSS Annual Conference	28/01/2014
41	PM Netanyahu's Remarks at the Ceremony Celebrating the Award Winners in the Fight Against Human Trafficking	05/02/2014
42	Prime Minister Benjamin Netanyahu's Remarks at the Conference of Presidents of Major American Jewish Organizations	17/02/2014
43	PM Netanyahu's speech at the AIPAC Policy Conference	04/03/2014
44	Address by PM Netanyahu at Yad Vashem	27/04/2014

45	PM Netanyahu's Remarks During his Visit to Independence Hall	01/05/2014
46	Prime Minister Benjamin Netanyahu's Remarks at the Memorial Ceremony for Israel's Fallen Soldiers at Mount Herzl	05/05/2014
47	Excerpt from PM Netanyahu's Remarks at the International Bible Quiz	06/05/2014
48	PM Netanyahu's Remarks at the Genesis Prize Ceremony	22/05/2014
49	PM Netanyahu's Remarks at the Welcoming Ceremony for Pope Francis	25/05/2014
50	Address by Prime Minister Benjamin Netanyahu at the Ceremony Marking the 47th Anniversary of the Unification of Jerusalem	27/05/2014
51	Prime Minister Netanyahu's Remarks at the Official Memorial Ceremony for the Ethiopian Jews who Perished on their Way to Israel	28/05/2014
52	PM Netanyahu's Statement Regarding the Kidnapping of Israeli Teenagers by Hamas	15/06/2014
53	PM Netanyahu's Remarks at the Jewish Media Conference	22/06/2014
54	PM Benjamin Netanyahu's Speech to the Jewish Agency Board of Governors	23/06/2014
55	Statement by Prime Minister Netanyahu at his Meeting with Romanian Prime Minister Victor Ponta	24/06/2014
56	Address by PM Netanyahu at Birthright	24/06/2014
57	Address by PM Netanyahu at the Institute for National Security Studies	29/06/2014
58	PM Netanyahu's Statement	06/07/2014
59	PM Netanyahu's Statement at the Defense Ministry in Tel Aviv	20/07/2014
60	PM Netanyahu's Statement at the Prime Minister's Office in Jerusalem	27/08/2014
61	PM Netanyahu's Address at the International Institute for Counter-Terrorism's 14th International Conference on Counter-Terrorism	11/09/2014
62	PM Netanyahu's Speech at Cybersecurity Conference	14/09/2014
63	Excerpt from PM Netanyahu's Remarks at a Meeting of the IDF General Staff Forum at the Eshkol Regional Council	22/09/2014
64	PM Netanyahu's Speech at the United Nations General Assembly	29/09/2014
65	PM Netanyahu's Remarks to Jewish Federation Leaders in New York	30/09/2014
66	Excerpt from PM Netanyahu's Remarks at the Cornerstone-laying Ceremony for Ashdod's new Southern Port	28/10/2014
67	PM Netanyahu's Speech at the Special Knesset Session in Memory of Rehavam Ze'evi	29/10/2014
68	PM Benjamin Netanyahu's speech at the annual event of the "Masa Journey" Project	02/11/2014
69	PM Benjamin Netanyahu's Remarks at the Knesset Special Session in Memory of Yitzhak Rabin	05/11/2014
70	PM Netanyahu's Remarks at the Memorial Service for Yitzhak Rabin at Mount Herzl -	05/11/2014
71	Prime Minister Benjamin Netanyahu's Remarks for The Jewish Federations of North America's General Assembly	11/11/2014
72	Prime Minister Benjamin Netanyahu's Remarks at the Fuel Choices Summit	03/12/2014



73	PM Netanyahu Addresses the Foreign Press Corps -	17/12/2014
74	Excerpt from PM Netanyahu's Speech at IAF Pilots' Course Graduation Ceremony	25/12/2014
75	PM Netanyahu's Remarks at the Great Synagogue of Paris -	11/01/2015
76	PM Netanyahu's Remarks at the Funeral of the Four Victims of the Terrorist Attack at the Hyper Cacher in Paris	13/01/2015
77	PM Netanyahu's International Holocaust Remembrance Day Address at Yad Vashem	27/01/2015
78	Prime Minister Benjamin Netanyahu's Address at the Memorial Service	29/01/2015
79	Prime Minister Benjamin Netanyahu's Remarks Before the Conference of Presidents -	16/02/2015
80	PM Netanyahu's Speech at The AIPAC Policy Conference	02/03/2015
81	PM Netanyahu's Speech in Congress	03/03/2015
82	Statement by PM Netanyahu	03/04/2015
83	Holocaust Remembrance Day Address by PM Netanyahu at Yad Vashem	15/04/2015
84	PM Benjamin Netanyahu's Remarks at the Memorial Service at Yad Labanim	21/04/2015
85	PM Netanyahu's Remarks at the Memorial Ceremony for Israel's Fallen Soldiers at Mount Herzl	22/04/2015
86	PM Netanyahu's Address at the 5th Global Forum for Combatting Anti-Semitism	12/05/2015
87	PM Netanyahu's Remarks at the Knesset Special Session Marking Victory Over Nazi Germany Day	13/05/2015